

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO SOCIAL**

**MENINAS DA GUERRILHA: GÊNERO E EDUCAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA**

Refletindo sobre as necessidades, deficiências e potencialidades da educação
de meninas na região de Bucaramanga, Colômbia.

Discente: YANETH DURAN BARON

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Araújo de Lima

**Corumbá-MS
2017**

YANETH DURAN BARON

**MENINAS DA GUERRILHA: GÊNERO E EDUCAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA**

Refletindo sobre as necessidades, deficiências e potencialidades da educação
de meninas na região de Bucaramanga, Colômbia.

Projeto de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do *Campus* do Pantanal, área de concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

**Corumbá-MS
2017**

YANETH DURAN BARON

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Dra. Cláudia Araújo de Lima (Orientadora)
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Dra. Monserrat Sagot Rodriguez (Titular)
(Universidade da Costa Rica)

Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar (Titular)
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, tia e irmã.

AGRADECIMENTOS

É de suma importância, nesta parte da dissertação, agradecer a todos que de uma ou outra forma me ajudaram no processo para concretizar o mestrado fora do meu país e que me ensinaram a ter outro olhar.

Primeiramente, agradecer à Capes, pela concessão da bolsa de estudo sem o qual não teria sido possível o desenvolvimento desta dissertação. Na Colômbia meu agradecimento vai para minha mãe, tia e irmã, que estiveram o tempo todo me apoiando incondicionalmente.

Meus agradecimentos a todos os servidores públicos da UFMS, em especial os que formam parte da Unidade 3, Programa de Pós-Graduação em Educação – Educação Social - PPGE.

À minha orientadora a professora Cláudia Araújo de Lima, pela confiança, pela disponibilidade, e pela autonomia que me deu. A todos os professores e professoras do PPGE/Educação Social, Campus do Pantanal (Corumbá).

Aos colegas da turma 2015.1, em especial a Daniel, Joelma, Lielza, Sandra, Nair Teresinha, Lene, Natacha.

Por último, quero agradecer aos meus amigos brasileiros, que acabaram sendo minha família: Gabriela, Divino, Thierry, Marilene, Silvia, Soraia, Eiza, Fabiana e aos meus amigos espanhóis, Patricia, e Carlos. Eternamente agradecida.

RESUMO

Embora se reconheça no âmbito internacional a existência da defesa de direitos dos meninos, meninas e adolescentes (Convenção Internacional dos Direitos da Criança, 1979), tendo a Colômbia como signatária dessa premissa, ainda em 2016 coexiste como problema a situação de exposição dessas crianças e adolescentes à violação de seus direitos fundamentais nos territórios envolvidos em conflitos armados no país. A Colômbia possui aproximadamente 47 milhões de habitantes, onde 32% da população são compostas por crianças e adolescentes.

Segundo a UNICEF, existem na Colômbia 2.182.707 de meninos e meninas em situação de violência. Numa perspectiva científica, ainda existem vazios não alcançados em pesquisas das áreas da educação, de equidade de gênero e sobre a introdução de processos de cultura de paz nas regiões da guerrilha que acometeu a Colômbia nos últimos 50 anos, com foco na questão da inclusão de meninas e adolescentes ex-combatentes do conflito armado, na educação formal. Em termos metodológicos optou-se pela análise documental nacional e internacional, seleção e leitura aprofundada de bibliografia relacionada às temáticas abordadas no estudo.

Como técnicas de pesquisa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e estudo de caso, com o objetivo de conhecer e analisar as necessidades, deficiências ou potencialidades da educação formal de meninas e adolescentes ex-combatentes em situação de conflito armado em Bucaramanga, na região de Santander, Colômbia. Durante as análises do material coletado, verificou-se que as proposições do Acordo de Paz assinado recentemente ainda não apresentam reflexos na área da educação, no entanto, vislumbra possibilidades, embora os sujeitos entrevistados não se sintam preparados para resolver questões dentro e fora da escola numa situação de pós-conflito, seja pelo desconhecimento sobre políticas públicas para meninas ex-combatentes da guerrilha, antes e após os acordos entre o governo colombiano e as FARC-EP ou por outras representações sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Educação, conflito armado, guerrilha colombiana, meninas da guerrilha.

RESUMEN

A pesar que se reconozca en el ámbito internacional la existencia de la defensa de los derechos de los niños, niñas y adolescentes (Convención Internacional de los Derechos del niño, 1979), teniendo a Colombia como firmante de esta premisa, todavía en 2016 coexisten como problema de la situación de exposición de estos niños y adolescentes. La violación de sus derechos fundamentales en los territorios envueltos en conflictos armados en el país. Colombia posee aproximadamente 47 millones de habitantes, donde 32% de la población es compuesta por niños y adolescentes. De acuerdo a UNICEF, existen en Colombia 2.182.707 de niños y niñas en situación de violencia. En una perspectiva científica, todavía existen vacíos no alcanzados en investigaciones de las áreas de educación, de equidad de género y sobre la introducción de procesos de cultura de paz en las regiones de guerrilla que estuvieron presentes en los últimos 50 años, con una principal cuestión de inclusión de niñas y adolescentes ex-combatientes del conflicto armado, en la educación formal. En términos metodológicos se optó por el análisis documental nacional e internacional, selección y lectura profunda de bibliografía relacionada a las temáticas abordadas en el estudio. Como técnicas de investigación, fueron utilizadas entrevistas semiestructuradas y estudio de caso, con el objetivo de conocer y analizar las necesidades, deficiencias o potencialidades de la educación formal de niñas y adolescentes ex-combatientes en situación de conflicto armado en Bucaramanga, en la región de Santander, Colombia. Durante los análisis del material recogido se verifico que las proposiciones del Acuerdo de Paz firmado recientemente todavía no presentan reflejos en la área de educación, sin embargo, vislumbra posibilidades, pero los sujetos entrevistados no se sientan preparados para resolver cuestiones dentro y fuera de la escuela en una situación de posconflicto, sea por el desconocimiento sobre políticas públicas para niñas excombatientes de la guerrilla, antes y después los acuerdos entre el gobierno colombiano y las FARC-EP o por otras representaciones sociales.

PALABRAS-CLAVES: Educación, conflicto armado, guerrilla colombiana, niñas de guerrilla.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Número de meninas e meninos resgatados e envolvidos nos programas de reinserção social na Colômbia. p.18

Gráfico 02 – Número de meninas e meninos recrutados por grupos armados na Colômbia. p.18

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa da Colômbia e suas regiões. p.14

Figura 02. Mapa do Departamento de Santander. Capital Bucaramanga.p.15

.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Articulação dos Descritores no Brasil. p.29

Quadro 2. Descritores nas bases de dados da Redalyc: Base de Dados da América Latina, Caribe e Espanha. p.31-32

Quadro 3. Descritores nas bases de dados da CAPES. p.33-34

Quadro 4. Descritores nas bases de dados da Colômbia – Descritor: Conflicto armado en niños colombianos.p.35

Quadro 5. Descritor: Adolescentes no conflito armado p.35-36

Quadro 6. Descritor utilizado na base de dados CLACSO com descritores: Adolescentes en conflicto armado p.36

Quadro 7. Base de dados da Universidade Nacional da Colômbia p.36-37

Quadro 8. Scielo Colômbia – Descritor: Adolescentes no conflito armado interno p.38

SIGLAS

AUC	Autodefensas Unidas da Colômbia
ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
ACR	Agência Colombiana de Reintegração
CIDH	Comitê Interamericano de Direitos Humanos
CPEM	Conselheira Presidencial para a equidade da Mulher
DANE	Departamento Administrativo de Estatística da Colômbia
DIDH	Derecho Internacional de los Derechos Humanos
DIH	Derechos Internacional Humanitario
DNP	Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia
DDR	Desarmamento, desmobilização, reintegração
CP	Constitución Política da Colômbia
ELN	Exército de Liberação Nacional.
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia-Exército do Povo
GAOML	Grupos Armados Organizados à Margem da lei
ICBF	Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar
IGAC	Instituto Geográfico Agustín Codazzi.
MEN	Ministério da Educação Nacional
NNAJ	Niños, niñas, jvenes
MIJ	Ministério do Interiro e da Justiça
OCDE	Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico
ODS	Objetivo de Desenvolvimento sustentável
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIM	Organização Internacional de Migração
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPS	Organização panamericana da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

PAT	Plan de Atendimento Territorial
PER	Projeto de Educação Rural
PGN	Procuradoria Geral da Nação
PLANEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RUV	Registro Único de Vitimas
SAT	Sistema de Alertas Tempranas
SERCE	Segunda Avaliação Latinoamericana de Aprendizaje en educación básica.
SIMAT	Sistema integrado de matriculas
UARIV	Unidade de Atendimento de Registro Integral de Vitimas
UVR	Unidade de Atendimento de Reparação de Vítimas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM	O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

	13
1 Introdução	
1.1 Justificativa	21
1.2 Objetivos da pesquisa	25
1.3 Metodologia	26
1.4 Marco Teórico	40
2 O desafio dos direitos humanos internacionais no conflito armado na Colômbia...	51
• Direitos humanos e Direito Internacional Humanitário	
• Direitos Humanos e Recrutamento Ilícito de crianças e adolescentes para as fileiras da guerrilha	
• Gênero e Direitos Humanos	
• Direitos Humanos e Educação	
3 Políticas Públicas, educação e gênero: a situação de meninas em tempos de guerrilha	64
• Políticas Públicas e gênero	
• Políticas Públicas e conflito armado	
• Políticas Públicas e reintegração	
• Políticas Públicas, meninas e mulheres rurais	
4 Pesquisa de campo em Bucaramanga, Santander, Colômbia	80
Considerações finais	106
Referências bibliográficas	110
Apêndices	
Anexos	

1 INTRODUÇÃO

[...]os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são os direitos históricos nascidos em certas circunstâncias e caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas [...] (Bobbio, 1992, p.8)

A Colômbia possui a segunda maior população da América do Sul, limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, a leste com a Venezuela e o Brasil, a Sudoeste com o Equador, ao Sul, com o Peru, a Oeste com o Oceano Pacífico e a Noroeste com o Panamá. Suas planícies são em sua maior parte cobertas por mata fechada. Possui uma área total de território de 1.038.700 quilômetros quadrados de acordo com a Divisão de Inteligência Comercial Como Exportar: Colômbia / Ministério das Relações Exteriores (2012, p.1). Ver no mapa a seguir.

A Colômbia com 47 milhões de habitantes tem 32% da população composta por crianças e adolescentes. Segundo a UNICEF existem na Colômbia 2.182.707 meninos e meninas que até 2014 foram colocadas formalmente como vítimas. (UNICEF. INFORME ANUAL DE UNICEF-COLOMBIA, 2014, p. 8-9).

A cidade selecionada para este estudo é Bucaramanga, que fica localizada na região de Santander, a noroeste do território colombiano. Bucaramanga está localizada a 384 quilômetros de Bogotá (capital do país). (Plan de Desarrollo 2012-2015, p.13)

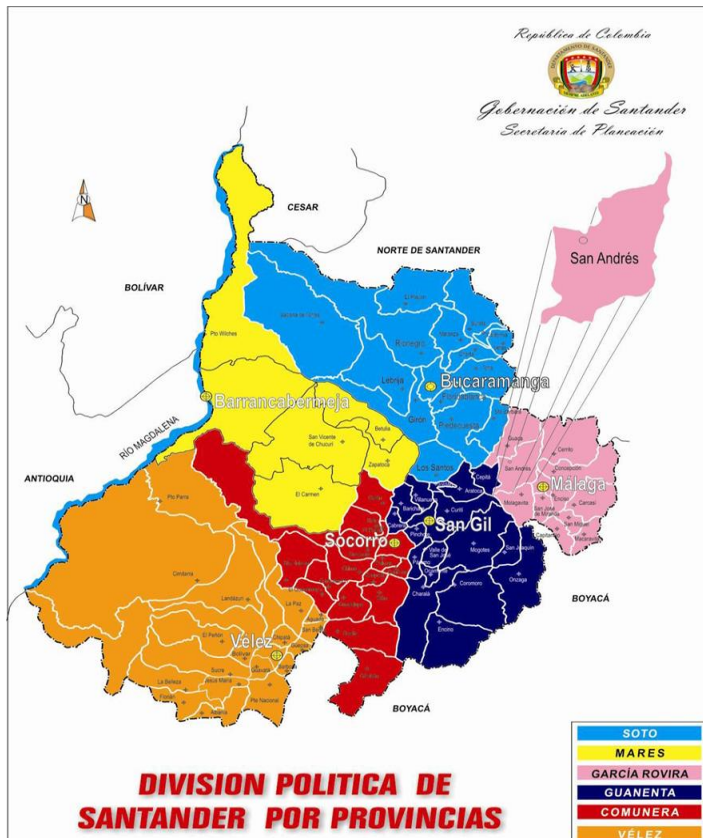
Bucaramanga tinha uma população de 525.056 habitantes representando 1.1% do total da população nacional (Censo general de 2005 de DANE apud Plan de Desarrollo 2012-2015 Bucaramanga Sostenible, p.13).

Figura 01 – Mapa da Colômbia e suas regiões



Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi. IGAC. 2002.
 Disponível em: <<http://www.igac.gov.co/igac>> Acesso em: 9 abril 2016.

**Figura 2. Mapa do Departamento de Santander.
Capital Bucaramanga.**



Fonte: www.lahistoriaconmapas.com
acessado em 18 de julho de 2016.

Segundo o Plano de Desenvolvimento (2012-2015) Bucaramanga Sustentável, a cidade de Bucaramanga é urbana e sua população rural só representa 1,3% dos habitantes do território. Perto da cidade se encontram os municípios de Girón, Floridablanca e Piedecuesta que formam parte da divisão administrativa conhecida como área Metropolitana de Bucaramanga, com um total de população urbana de 1.089.269 cidadãos. Em sua divisão populacional por gênero, a zona é semelhante tanto no Departamento como a nível nacional, desta maneira, as mulheres são 52.2% dos habitantes e homens são 47.8% da população (BUCARAMANGA, 2012, p.14-15).

Na área da educação, de acordo com as cifras dadas pela Secretaria de Educação de Bucaramanga (2012), entre os adolescentes na faixa etária de 11 até 15 anos no Ensino Médio é baixo¹, e a evasão escolar é de 10.76% (Plan de Desarrollo, 2012-2015, p.77, 189).

O fenômeno da violência na Colômbia, com 50 anos percorridos, permeou em sua complexidade, diferentes épocas da história de mais de duas gerações de cidadãos. Sendo nosso

¹El sistema educativo colombiano lo conforman: la educación inicial, la educación preescolar, la educación básica (primaria cinco grados y secundaria cuatro grados), la educación media (dos grados y culmina con el título de bachiller.), y la educación superior. Mas informaciones em:<<http://www.mineducacion.gov.co/1759/w3-articulo-233839.html>>

objeto de estudo as crianças e adolescentes ex-guerrilheiras, aqui denominadas ‘**meninas**’ que devido a múltiplos fatores (atraídos pelas armas, pressionadas pela pobreza, por decepção pessoal, vingança, ou por vontade própria: ALVAREZ-CORREA & AGUIRRE, 2002; BELLO & RUIZ, 2002; BRETT & SPECHT, 2005; HRW, 2003; INDH, 2003; PAÉZ, 2001 apud PARRA, 2011) acabaram envolvendo-se em um processo que para alguns servem como o começo de uma nova história e para outros como um caminho incerto e sem retorno.

Devido às divulgações dos fatos, de relatos das testemunhas, dos depoimentos sobre o conflito armado que assola o país há 50 anos aproximadamente, ou os dados estatísticos sobre violência apresentados, que tanto os meios de comunicação nacionais como estrangeiros, no dia a dia entregam ao público colombiano uma sensação de insegurança e desconfiança que se multiplica ano a ano.

Neste estudo, será utilizado o termo ‘**meninas**’ em acordo com a definição da ONU Mulheres em recente documento denominado Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (2015), que no Objetivo Global 05, trata de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, apontando em seus eixos prioritários questões relacionadas como meta para a Agenda 2030, e por que segundo relatório da *defensoria del pueblo*, aquelas pessoas que fizeram parte das fileiras da guerrilha, pelas características do seu entorno social, familiar, econômico, afetivo, acabaram sendo pessoas abaixo dos dezoito anos :

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 - Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 - Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual ²e reprodutiva e os direitos

² UNFPA reafirma o compromisso em trabalhar com todos os seus parceiros para assegurar que o acesso universal à

reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.7 - Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.8 - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.9 - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 2015)³

A Agenda 2030 é a relação de ações propostas aos países que compõem a ONU e que tem por objetivos melhorar as condições de vida da população em todas as regiões do mundo.

Segundo o decreto 128 de 2003 o Instituto Colombiano de Bienestar Familiar, en el programa de Atención Especializada para el restablecimiento de Derechos a los niños, niñas y adolescentes desvinculados de los grupos armados organizados al margen de la ley (GAOML):

Entre enero y junio de 2015 atendió un total de 123 meninos, meninas e adolescentes desvinculados, de los cuales 69.92% son do sexo masculino y 30.08% son de sexo femenino. Durante el primer semestre de 2013 e 2014 la población femenina desvinculada de la guerrilha correspondió a 33.3% e 46.71% respectivamente (gráfico n.4 Primer semestre de 2013-2015).⁴

A seguir apresentam-se gráficos que apontam a quantidade de crianças e adolescentes recrutados pelo conflito armado entre o período de 2000 e 2013. As pessoas abaixo dos dezoito anos, que em algum momento participaram das fileiras da guerrilhas e que por causa dos combates são capturados pelas autoridades do Estado ou se entregam ao exército ou polícia Nacional.

saúde sexual e reprodutiva, especialmente o planejamento familiar voluntário, seja reconhecido como um elemento-chave para a nova agenda internacional de desenvolvimento após 2015, e de todos os planos e políticas de desenvolvimento e de redução da pobreza. Mas informações:<<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/noticias/2012/191-dia-mundial-da-populacao-acesso-universal-aos-servicos-de-saude-reprodutiva>>

³ Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>> Acesso em 11 de julho de 2016.

⁴ Disponível

em:<http://www.icbf.gov.co/portal/page/portal/Observatorio1/Infograficas/infografia_desvinculados_2015.pdf>.

Acesso em: 8 de marzo de 2016. Para PARRA (2014,166) os desvinculados das fileiras da guerrilha com idades abaixo dos dezoito anos, podem ser classificados como “victimizante, patologizante, criminalizante, idealizantes, responsabilizantes” com inferências ontológicas, epistemológicas e jurídicas.

novamente seus familiares, posto que muitas deles também foram ameaçados ou banidos do seu território. Sem uma inclusão social efetiva com a família e uma aceitação total sem preconceitos ou dúvidas da sociedade, elas (meninas-adolescentes ex-guerrilheiras) não encontraram o suporte necessário para iniciar ou continuar sua escolarização e ter confiança no futuro.

Segundo a Procuradoria Geral da Colômbia e o Instituto Colombiano De Bem Estar Familiar (PROCURADURIA GENERAL DE LA NACIÓN e o ICBF, 2004 apud PICON, 2008, p. 200) “los factores externos da voluntad de pertenecer a la guerrilha son viciados”, e que em algumas regiões da Colômbia as famílias “son obligadas a aportar un miembro por familia al grupo armado de la área de influencia”, segundo Yuri Romero Picón e Yuri Chávez Plazas (2008, p. 200), não há como delimitar a gravidade desses fatores.

Conforme Villa Santa Cervello, antropóloga, pesquisadora associada do Instituto de Democracia e Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Peru, em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo (1999), manifestou: “Os grupos armados necessitam sempre recrutar crianças e adolescentes para assegurar a continuidade de suas ações subversivas. E os meninos são preparados para serem os futuros combatentes, enquanto as meninas são usadas como objetos sexuais”⁵.

No Sistema de Matrícula Estudantil de Bachillerato (Simat, 2012), do Ministério de Educação da Colômbia, em 2012 verificou-se que: “1.199.936 de potenciais estudantes não estavam matriculados em nenhuma escola. Esta população corresponde a 11 % das meninas e meninos em idade escolar do país, no total dos 10.396.794 de crianças e adolescentes que devem estar matriculados nas escolas.” O Ministério de Educação Nacional da Colômbia (2013) estabeleceu que “as dificuldades para estudar, são a violência armada, o trabalho infantil e a falta de recursos econômicos”.

O Departamento Nacional de Planejamento estabelece no plano de desenvolvimento (2014-2018) a Colômbia na equidade:

Es uno de los países con mayores desigualdades en el continente más desigual del mundo. Dependiendo de las mediciones, Colombia puede estar entre los tres países más desiguales de América, y entre los 10 o 15 más desiguales del mundo. (VERSION DE DISCUSION DEL CONSEJO NACIONAL DE PLANEACION PARA BASES DEL PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2014 -2018, p.5).

⁵Disponível em:< <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/meninos-soldados/>>. Acesso em: 22 de janeiro 2016

Por outro lado, o sacerdote Francisco De Roux, especialista em educação do campo na Colômbia, discute no foro “Revolução educativa no campo”:

Los niños en el campo no consiguen adaptarse al mundo globalizado, porque no enseñan eso en la escuela. Eso quiere decir que las disciplinas son planeadas para la ciudad no para la especialidad del campo con materiales propios para las necesidades de ellos, de su productividad, de su entorno. (DE ROUX, 2008)⁶.

E em questões relacionadas à violência contra indivíduos em formação, seres humanos com especificidades e que pelas condições em que se desenvolvem, tem dificuldades em compreender as diversas formas da violência no seu reconhecimento ou a necessidade de proteção dos seus direitos, e como sinaliza Maria Cecília Minayo:

É hoje, praticamente unânime por exemplo, a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas sem espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. Portanto, para entendê-la há que se apelar para a especificidade histórica. Daí se conclui, também que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da psicologia, das relações humanas e instituições, e do plano individual. (MINAYO, 1994, p.7)

⁶Disponível em:
Acesso em: 2 de dezembro de 2015.

<<http://www.mineducacion.gov.co/observatorio/1722/article-166512.html>>.

1.1 Justificativa

Embora se reconheça no âmbito internacional a existência da defesa de direitos dos meninos, meninas e adolescentes (Convenção Internacional dos Direitos da Criança, 1979), sendo a Colômbia signatária dessa premissa, ainda em 2016 coexiste como problema, a situação de exposição dessas crianças e adolescentes à violação de seus direitos fundamentais nos territórios envolvidos em conflitos armados no país.

O ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Heckman(2005) afirma que⁷:

No entanto las políticas actuales con respecto a la educación y la capacitación laboral se basan en concepciones fundamentalmente erróneas sobre la forma en que se producen las habilidades socialmente útiles en las personas. Al centrarse en las habilidades cognitivas tales como las que se miden según los logros obtenidos en los test de CI, excluyen la importancia fundamental de las habilidades sociales, la autodisciplina y un sinnúmero de habilidades no cognitivas que se sabe, determinan el éxito en la vida. (Jim Heckman, 2000, p.5).

A sociedade e os governos ainda não possuem as ferramentas adequadas para encarar todas as ações afirmativas que sirvam para apoiar sujeitos sociais que vivem e convivem em situações de conflito armado nas regiões do mundo, tais como as meninas com idades inferiores aos dezoito anos de idade. Assim sendo, surgem os questionamentos norteadores deste estudo: qual é o futuro que se espera para essas meninas e adolescentes? Será que se encontraram preparadas depois de anos de conflito armado para encarar uma nova vida? Assim sendo, surgem então perguntas que deverão orientar este estudo: qual é o futuro que se espera para essas meninas e adolescentes. Será que se encontraram preparadas depois de anos de conflito armado para encarar uma nova vida.

Estas meninas têm como característica serem adolescentes sem alfabetização alguma ou muito pouca, vivendo em situação de guerrilha, neste caso na Colômbia, que não conseguirão em serem inseridas em um projeto de vida de longo prazo, quando o conflito armado de mais de 50 anos chegar ao seu fim.

⁷Disponível em:< <http://www.encyclopedia-infantes.com/sites/default/files/dossiers-complets/es/importancia-del-desarrollo-de-la-primera-infancia.pdf>>f Acesso em:10 de julho de 2015

Por que as adolescentes? Uma difícil decisão pelo recorte no estudo.

Minhas inquietações com o tema foram desencadeadas ao trabalhar com meninas infratoras da lei, num abrigo do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF). É observada na Colômbia a violência de gênero sendo para (SAFIOTTI, 2001, p 1) esse conceito é: “mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.”

Além disso, a discriminação contra as meninas nas diversas áreas sociais, políticas e econômicas no país, advindos de um contexto hegemônico do machismo Sul-Americano e do histórico conflito armado entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e Exército do Povo (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- Ejército del Pueblo, FARC-EP) ao longo dos últimos 50 anos.

Outra causa representativa, foram os temas debatidos nos programas de televisão e rádio onde sempre se falava dos diferentes processos de reintegração das vítimas como tentativas dos conflitos, tentativas de processos de paz, mas sempre em relação aos adultos, pouco em relação a crianças ou adolescentes após uma desmobilização voluntária ou por captura em algum combate.

A escolha pessoal por analisar as iniciativas da educação de meninas e adolescentes envolvidas no conflito armado na região de Bucaramanga, Santander, na Colômbia, deu-se pela necessidade de aprofundar conhecimentos sobre as necessidades, dificuldades, deficiências ou potencialidades da inclusão na educação formal com as adolescentes ex-combatentes da guerrilha. Na Colômbia como em outros lugares do mundo, as questões da discriminação e da violência contra as mulheres e meninas abrangem sua autoimagem, sua identidade, a não equidade, não dignidade em comparação com o homem, em especial na área da educação formal, o não respeito aos direitos humanos, por se tratar de situações relacionadas ao patriarcado e as condições culturais de gênero estabelecidas historicamente. (SAFFIOTI, 1999; BUTLER, 2003).

A precariedade educacional é um obstáculo para a mulher dentro da sociedade, um empecilho para ter acesso a diferentes serviços básicos ou assistenciais, uma desqualificação de sua individualização como ser social.

As meninas abaixo de 18 anos, que vivem em situação de conflito, precisam de acompanhamento e monitoramento para serem inseridas em uma sociedade onde as desvantagens da mulher nos diferentes setores são sempre menos participativas, seja no âmbito laboral, educativo, profissional e nas cotas políticas.

Frente a participação de trabalhos acadêmicos que abordem este assunto, nos vai permitir, ampliar a possibilidade de contribuirmos para as discussões de políticas públicas de educação na América do Sul, no Brasil e na Colômbia, demonstrando a relevância social e científica, fomentando discussões com outros olhares em temas de educação social, políticas públicas, políticas educacionais.

Este estudo não pretende alcançar todas as perguntas que se deseja fazer sobre o assunto, respeitando a afirmativa de Bobbio (1992, p. 9) que afirma que “os direitos históricos nascidos em certas circunstâncias e caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” serão respondidos.

A importância deste tipo de estudo é, a nosso ver, uma oportunidade para analisar a temática de novas pesquisas, com a metodologia ampliada para compreender a dinâmica que o pesquisador social deve desenvolver à luz da ciência para a sua região e seu país.

É importante assinalar as marcas que o conflito armado deixa nas crianças, segundo os estudos próprios do assunto, me permito destacar:

Pero, a pesar de que el cuerpo ha sido objetivo de poder de los actores armados legales e ilegales, sometiéndolo a múltiples suplicios, la potencia que tiene el cuerpo para sobrevivir, es aprovechada por niños y niñas, para mover la balanza del poder y aprovechar las fisuras que se crean en las relaciones para crear estrategias íntimas de resistencia que tienen como finalidad la defensa de la cotidianidad. (MESA, et.al, 2015, p. 112).

Assim como é importante que o acompanhamento não se faça só no momento que chegam aos lares de acolhimento, mas seja realizado por um longo tempo, como acreditam os expertos:

Finalmente, la prolongación de la violencia por años o décadas, genera habituación, lo que lleva a que sus consecuencias se vuelvan invisibles y, por lo tanto, el trauma y el sufrimiento se convierta en un asunto privado de las víctimas, situación que genera que la alteración en la salud mental de la población sea ignorada y no recibida la atención indicada [...]” (RAMIREZ et. al, 2016, p.17)

Em relação aos meninos, (GALBÁN, et. Al, 2007, p. 8) estabelece como as crianças que

participam nos conflitos armados sofrem: “ agresividad, terror durante la noche, ansiedad y depresión, SIDA y problemas de salud [...], además do retraso escolar y aislamiento general, entre otros síntomas”.

Outras das consequências a que estão expostas os meninos e meninas da Colômbia no conflito armado conforme MESA (2015, p. 92):

En esta situación miles de niñas y niños han sido vinculados ya sea como testigos de manera directa o indirecta al conflicto armado, dejando algunas veces en sus cuerpos heridas y cicatrices que, a su vez, provocan profundas marcas en su subjetividad, puesto que el cuerpo es materialidad simbólica y por lo tanto no hay una separación entre cuerpo físico y cuerpo inmaterial.

1.2 Objetivos Geral e Específicos

Geral:

Conhecer e analisar as necessidades, dificuldades, deficiências ou potencialidades da inclusão na educação formal, de meninas e adolescentes ex-combatentes em situação de conflito armado, em Bucaramanga, na região de Santander, Colômbia.

Objetivos específicos:

- 1.** Analisar a percepção dos gestores e educadores acerca das estratégias de educação formal desenvolvidas para meninas, adolescentes em situação de conflito armado na região selecionada, e
- 2.** Estabelecer uma reflexão sobre a situação excepcional das meninas e adolescentes que pertenceram às fileiras da guerrilha no contexto educacional da região, de Santander.

1.3 Metodologia

Para Deslandes et.al. (2002, p. 16,21,22)

Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, e o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade[...].

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não poder ser quantificado. Ou seja, ele trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ao falar da pesquisa social que “trabalha com gente e com suas realizações”, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas que nos permitiram compreender os contextos de gênero, educação do campo e direitos humanos e o que pensam os professores que fazem parte do sistema educativo da Colômbia, no ensino médio e universitário. Atores sociais como são os professores com desafios, trabalhando grupos específicos de ensino, faixa etária ou perspectivas de enxergar a inclusão das meninas ex-combatentes na sociedade. Os sujeitos, objetos de investigação, primeiramente como afirmamos, são “construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo”, dando à nossa pesquisa,

[...] uma relação de intersubjetividade de interação social como pesquisador, daí resultando num produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída com todas as disposições em mãos do investigador, suas hipóteses e pressupostos teóricos, seu quadro conceitual e metodológico, suas interações, suas entrevistas e observações, suas inter-relações com os colegas de trabalho (DESLANDES et. al.2002, p. 63).

Este é um estudo de caso, subsidiado pela pesquisa social, posto que busca conhecer, levantar e sistematizar informações sobre as necessidades, dificuldades, deficiências ou potencialidades da escolarização das meninas e adolescentes que saíram do conflito armado, no município de Bucaramanga, na região de Santander, na Colômbia.

No contexto de um conflito armado, elegemos a tarefa de analisar a produção científica nos temas da educação e da violência contra crianças e adolescentes e sua inclusão em contextos excepcionais a partir dos eixos temáticos: educação, guerrilha, educação na Colômbia, infância

nas classes populares, conflito armado, conflitos civis, terrorismo, conflitos armados na Colômbia, Colômbia e educação, educação e guerrilha.

Nesse sentido, Deslandes et. al.(1993) pontua que:

O objeto de estudo das ciências sociais é histórico. Isto significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. Por sua vez, todas as sociedades que vivenciam a mesma época histórica tem alguns traços comuns, dado o fato de que vivemos num mundo marcado pelo influxo das comunicações. Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo (1993, p. 12).

A pesquisa de campo foi desenvolvida por intermédio de entrevista semiestruturada. Isso representou, como aponta Yin (2001, p.94) autor:

Para entrevistar pessoas chave, você deve trabalhar em conformidade com o horário e a disponibilidade do entrevistado, e não com o seu horário e disponibilidade. A natureza da entrevista é muito mais aberta, e o entrevistado pode não cooperar integralmente ao responder às questões. De forma similar, ao fazer observações das atividades da vida real, você está entrando no mundo do indivíduo que está sendo estudado, e não o contrário; [...]

Ainda para o desenvolvimento da pesquisa de campo as entrevistas semiestruturadas incluíram as contribuições de Gil (2008).

Além disso, a entrevista semiestruturada (MANZINI, 1990, 1991 p. 154 apud MANZINI, 2004) “está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”

A composição do roteiro para as entrevistas nos permitiram acompanhar de perto o ponto de vista das pessoas que ensinam, na escola, na universidade, sobre a nova geração que se encontra estudando na região e suas respostas permitiram no geral “dar interpretações importantes para uma determinada situação. Também podem apresentar atalhos para se chegar à história anterior da situação, ajudando-o a identificar outras fontes relevantes de evidências” (YIN, 2001 p.114)

A composição do roteiro para as entrevistas considera que a pesquisa é indissolúvel entre conceitos e metodologia, como afirma Deslandes et. al (2002, p.16) quando determina que “abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham

juntas, intrincavelmente inseparáveis”

Uma vez realizadas as entrevistas, a análise de dados consistiu “em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou do contrário, recombina as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo. (YIN, 2001, p.131)

Para realizar este estudo nos amparamos na pesquisa documental e bibliográfica e como afirma Gil:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. (GIL, 2008, p.51).

Assim também, com as respostas de nossos entrevistados, organizamos o coletado visando compreender se estamos considerando na educação a situação peculiar das meninas na escola.

Para Deslandes et. al. (2002 p.65) “[...]o investigador qualitativista terá em mãos elementos de relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis que pontuam o cotidiano”. Sob essa premissa iniciamos a sistematização dos dados coletados na Colômbia.

Os entrevistados no município de Bucaramanga, Santander, Colômbia, foram 8 pessoas, foram agrupados por categoria de acordo com suas funções nas instituições:

- 02 Gestores de Educação
- 04 Professores de Escolas públicas municipais
- 02 Professores de Instituição de Ensino Superior

Elencou-se para as análises, a teoria de Bardin (2011 p, 48), caracterizando-se por ser “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos a inferência de conhecimentos de produção e recepção dessas mensagens”.

Através de entrevistas semiestruturadas, buscou-se compreender como os professores, gestores e alunos estabelecem as representações sociais sobre suas posturas na escola, na gestão e no trabalho desenvolvido diante do conflito armado e numa proposta de escola inclusiva.

Da análise do discurso, vislumbramos as potencialidades apresentadas pelas falas dos

profissionais que têm como missão cumprir com a proteção do interesse superior da menina e da adolescente, para que seja garantida sua educação e na perspectiva das alunas, suas percepções sobre seus direitos e aprendizagens.

Na pesquisa de campo, assevera Deslandes et. al. (2002, p.63) que “o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da realidade. Essa interferência faz parte da própria natureza da pesquisa social que nunca é neutra”.

O percurso do levantamento de produção

Em pesquisa bibliográfica desenvolvida na base de dados Scielo, buscou-se artigos que possibilitem responder a seguinte pergunta: Como ocorre o processo de escolarização das adolescentes ex-combatentes da guerrilha colombiana? A plataforma Scielo deu os seguintes resultados:

Quadro 1 – Articulação dos Descritores no Brasil:

DESCRITOR	NUMERO DE TRABALHOS	AUTORES
Educação na Colômbia	0	Nenhum resultado encontrado
Conflito armado Colômbia	2	Viana, 2009;Fraga,2015.
Escolarização na Colômbia	0	Nenhum resultado encontrado
Criança-soldado	2	Martuscelli, 2006; Penachioni, 2014
Combatente Colômbia	1	Azuero, 2009
Adolescente Colômbia	0	Nenhum resultado encontrado
Guerrilha Colômbia	5	Wolff, 2007 ; Olivar, 2008 ; Patiño 2012; Pérez, 2012; Hur, 2013.

Fonte: Tabela organizada pela autora. 2016.

Quanto ao descritor guerrilha: “A angústia dos corpos indóceis: prostituição e conflito armado na Colômbia contemporânea” (OLIVAR, 2008) encontrou-se artigo que discute como o tráfico de mulheres no recrutamento relativamente voluntário, representa segundo o autor à retenção-punição feminina.

A continuação do assunto apresenta-se no artigo de PEREZ (2012) intitulado “o exército dos mortos” com a abordagem da guerrilha, caso do exército de libertação nacional (ELN) da Colômbia vinculado com a religiosidade.

Também HUR (2013) apresenta as “memórias da guerrilha: construção e transformação”, neste artigo se discutem à reconstrução do passado contra a ditadura militar brasileira com uma entrevista do ex-guerrilheiro Jamil Rodrigues.

A autora WOLFF (2007) com “O Feminismo e configurações de gênero na guerrilha urbana, apresentam-se as perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”, comparando Brasil, Argentina e Uruguai.

Após com o descritor ‘conflito armado’ VIANA (2009) “Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul” mostra o deslocamento do conflito armado por mais de quarenta anos, observando como as políticas em 1990 no país atenderam tardiamente esse fenômeno.

De PATIÑO (2012) o artigo “Configuração da identidade de desertores da guerrilha Colombiana” retrata a configuração da identidade de jovens dissidentes da guerrilha, entrevista a cada um deles no grupo de discussão e como eles sofrem transformações no seu corpo, nome, e relacionamento com os outros.

Em contrapartida, no repositório do Centro de Direito Internacional, em PENACHIONI, (2014) localizou-se o texto intitulado “Crianças-soldado na América Latina: o caso colombiano”, nele a abordagem é através do Tribunal Penal Internacional, sendo observado por esses organismos de direitos humanos, que sua interferência frente aos fatos do soldado menino, encontra-se paralisados por quanto o Estado Colombiano está dando provas das investigações dos casos com independência dos atores envolvidos.

O artigo apresenta que apesar das crianças por norma internacional não poderiam estar em um conflito como atuantes, persistem essas medidas dentro dos grupos ilegais. Só se fala então de estatísticas, mas não falam das condições da infância na escola ou na educação.

Nesta mesma linha de pesquisa o texto “O invisível caso do uso de crianças soldado na Colômbia implicações nas Relações Internacionais” MARTUSCELLI (2006) o determinado para as relações internacionais, o caso das crianças soldados podem ter implicações, conforme a cada uma das convenções, dos estatutos e dos textos pelos quais se estariam violando os direitos das meninas e adolescentes, estabelecendo no artigo que as meninas combatentes são excluídas das

pesquisas por causa do gênero, mas não estabelece os números das meninas recrutadas, só traz a legislação, e jurisprudência internacional sobre o fato de ter crianças em conflitos armados.

A autora também critica o desenvolvimento da legislação internacional, estabelecendo que é letra morta, e que os grupos armados escondem em relação ao recrutamento das jovens com menos de 18 anos, nas fileiras, atualmente e que as relações internacionais devem ajudar a compreender como esse fenômeno tem consequências, para os direitos humanos

O texto “Meninos e Meninas combatentes em Colômbia, sem direito a Brincar”, de AZUERO (2009), temos as cifras dos adolescentes nos grupos armados ilegais. Identificando as causas do seu “alistamento voluntario” mencionando no estudo, os fatores diretos e indiretos do recrutamento, quanto custa a manutenção de um menino soldado, porque ao final são meninos, meninas, adolescentes com idades abaixo dos dezoito anos.

Para finalizar esta primeira etapa do estudo, foi localizada uma entrevista realizada ao Professor Germán Muñoz FRAGA (2015), sobre “O Conflito armado na Colômbia e suas consequências para crianças e jovens”: traz a semelhança nos países da América Latina como Colômbia e México com as mortes dos seus jovens, encontrando-se entrelaçados segundo o autor, ao que esta acontecendo com o Femicídio, nesses países.

O entrevistado se refere como as crianças e jovens não eram considerados importantes e só se constituíram parte da agenda política há menos de 20 anos e em 1985 quando se declarou dia mundial da juventude foi quando entrou o tema da juventude nas políticas.

Quadro 2. Descritores nas bases de dados da Redalyc: Base de dados de América Latina, Caribe e Espanha:

AUTOR	TÍTULO	RESUMO
Miguel Humberto Jaime Contreras	Conflicto armado na fronteira. 2003	“Partindo da análise sobre uma reconfiguração da territorialidade do mesmo, refletida na intensificação deste nas fronteiras do país”
Duque Vargas, Neil Humberto; Lasso Toro, Patricia	Autopercepción de Saberes y Prácticas sobre Educación y Desplazamiento Forzado en Docentes de Cali, Colombia.2015	“Se exploraron las percepciones que tienen 300 docentes de la ciudad de Cali, acerca de los saberes y prácticas para la atención de población en situación de desplazamiento en contexto escolar”.

Villarraga Sarmiento, Álvaro	Experiencias históricas recientes de reintegración de excombatientes en Colombia.2013	“Experiencias de desarme, desmovilización y reintegración (DDR) con diferencias en lo relativo a la naturaleza de actores, procesos y circunstancias, pero similitudes en la atención de servicios con ex combatientes”.
Espinosa, Nicolás; Valderrama, Daniel	Pasos metodológicos para el análisis cuantitativo y cartográfico del conflicto armado en Colombia. Un estudio de caso Estudios Políticos.2011	“Este artículo recoge algunas de las principales consideraciones metodológicas que fueron puestas en práctica para el análisis cuantitativo, estadístico y espacial de la dinámica reciente del conflicto armado en el departamento de Antioquia”
Mariño-Arévalo, Andrés; Valencia-Toro, Marcela	Participación de la gran empresa en la política pública de atención a las víctimas del conflicto armado en Colombia.2015	“Para esta investigación se realizó trabajo de campo con el grupo Éxito, la Organización Ardila Lülle, Pan Pa’Ya y Aviatur, y se encontró un bajo conocimiento de la política pública de atención a víctimas y de sus formas de articulación. Las acciones realizadas por estas empresas no son sistemáticas con respecto a las víctima”
Calderón Rojas, Jonathan	Etapas del conflicto armado en Colombia: hacia el posconflicto Latinoamérica.2016	“analiza las etapas en las que se ha desarrollado el conflicto armado colombiano desde una perspectiva teórica la cual establece que un conflicto tiene su propio ciclo de vida, que alcanza un punto máximo e incluso violento, luego disminuye, desaparece y en algunos casos reaparece, siguiendo el enfoque planteado por José M. Tortosa”
Tobón, Carlos; Aguirre-Acevedo, Daniel Camilo; Velilla, Lina; Duque, Jon; Ramos, Claudia Patricia; Pineda, David	Perfil psiquiátrico, cognitivo y de reconocimiento de características emocionales de un grupo de excombatientes de los grupos armados ilegales en Colombia.2016	“La exposición al conflicto armado produce adaptaciones biológicas y psicológicas orientadas a hacer frente al entorno de guerra. Las condiciones particulares del conflicto colombiano hacen un escenario especial en la exploración del comportamiento humano posterior a la exposición

		al combate”
Cárdenas Sarrias, José Armando	Los Renegados de Antaño y Hogaño: Desmovilización de Excombatientes Irregulares en Colombia.2006	“Se plantea un cuadro general de los procesos del siglo XX, con amplias referencias sobre el desarme y la desmovilización, así como algunos resultados concretos relacionados con la situación de los ex combatientes”.

Fonte: Tabela organizada pela autora. 2016.

É importante verificar os trabalhos que já foram feitos sobre os impactos no comportamento humano para ser melhorados os diferentes processos desmobilização, desarmamento, reintegração nas áreas da psicologia, das políticas das vítimas, e deslocamento desta população ante o fenômeno do conflito armado.

Quadro 3. Descritores nas bases de dados da Capes:

AUTOR	TITULO	RESUMO
Avila, Edwin Diego Salcedo.	Mujeres y conflicto armado: estudio sobre la victimización de mujeres desplazadas por la violencia colectiva en Colombia	“Discute os tipos de vitimização em mulheres deslocadas pelo conflito armado na Colômbia. Analisa a situação das mulheres que são vítimas dos grupos armados, tanto legais como ilegais na Colômbia e como elas têm que lidar com eventos de violência coletiva”.
Ludivia Serrato Martinez	Mulheres guerreiras – aproximação à experiência de vida de mulheres que pertenceram aos grupos armados da guerrilha na Colômbia.2013	“Utilizadas ferramentas da história oral na abordagem dos relatos de histórias de vida com o fim de traçar pontes entre o sujeito, as condições sociais e a estrutura. Da mesma forma, realizou-se uma análise do Exército de Libertação Nacional como um campo social a partir do qual se pode abordar as relações entre homens e mulheres em temas como sexualidade, maternidade, relações de casais e referentes identitários”
Laura Camila Sarmiento Marulanda, Suárez Hernandez	Conflicto armado na Colômbia: Marcos de governabilidade no	“O objetivo deste trabalho é problematizar os marcos de

Maria Paula.	acesso aos direitos à saúde mental e à reparação integral .2009	governabilidade no acesso aos direitos à saúde mental e à reparação integral dentro da política e do quadro legal da Colômbia no período de 2003 a 2013. Foram pesquisados oito documentos governamentais de abrangência nacional, bem como a Política Nacional de Saúde Mental, a Lei Nacional de Saúde Mental, as leis referidas a vítima”
Rafael Andres Patiño Orozco, Carlos Dario Patino Gaviria.	Configuración de la identidad de desertores de la guerrilla colombiana.2012	“Fundamentado em uma perspectiva histórico-cultural da Psicologia Social, o presente estudo teve como objetivo compreender as configurações subjetivas, construídas por familiares de desaparecidos forçados no contexto do conflito armado colombiano”
Mojica, July Catalina Torres	O tema da pesquisa é: como os estudantes constroem explicações históricas sobre o conflito armado colombiano em um ambiente museal, e sua relação com o direito à memória.2012	“O Direito à memória e o ensino da história do conflito armado colombiano em um ambiente museal”
Villota, Ivonne Maritza Caceres	Gênero, autonomia e resistência na construção das mulheres como atores sociais: O caso das experiências coletivas dos grupos de mulheres camponesas “Sueños de Mujer” e “Aromas del Campo” Tuluá – Colômbia.2014	” Os resultados apontam que no processo de construção dos grupos como atores sociais, as mulheres se defrontam com múltiplas tensões de ordem política, econômica, social e simbólica, tanto na esfera doméstica como na esfera pública, frente às quais os grupos criam diferentes estratégias de resistência no caminho de conquistar a autonomia econômica, política e social”
Pinheiro, Maristela Rosangela Dos Santos.	FARC-EP: Meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível? 2015	” Este trabalho de pesquisa tem como tema central as FARC-EP – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo, guerrilha marxista que persiste na via revolucionária da luta armada contra o Estado capitalista colombiano”

Fonte: Tabela organizada pela autora. 2016.

Quadro 4. Descritores nas bases de dados da Colômbia - Descritor: conflicto armado en niños colombianos - A plataforma do Repositório da Universidade de Manizales deu os seguintes resultados:

TITULO EM ESPANHOL	RESUMO EM ESPANHOL	ANO/AUTOR	DOCUMENTO
Narrando el cuerpo: una alternativa para resignificar las experiencias de los niños y niñas en el contexto del conflicto armado colombiano.	“Procura comprender las subjetividades del conflicto armado de orden fenomenológico y hermenéutico“	2012 Maria Teresa Luna Carmona	Disertação do mestrado
De la afectación a nuevas posibilidades: niñas y niños en el conflicto armado colombiano.	“Estado del arte sobre niñez y conflicto armado, derechos de salud, nutrición, educación, juego, etc. Así como protección de reclutamiento forzado y desplazamiento“.	2015 Valencia-Suescún, M. I., Ramírez, M., Fajardo, M. A. & Ospina-Alvarado, M. C.	Artigo de revista
Representación social del conflicto armado colombiano en niños y niñas de un colegio adscrito a la Policía Nacional.	“Representación social del conflicto armado en niños de 7 y 10 años que pertenecen a la Policía Nacional“1.	2010 Yamilena Parra Villa	Artigo de revista

Fonte: Tabela organizada por Yaneth Durán Barón. 2016.

- b. Excombatiente y educación. Não se encontrou resultado algum
- c. Desmovilizados y educación. Não se encontrarão resultados
- d. Excombatentes adolescentes. Não se encontrarão resultados

Quadro 05 - Descritor: Adolescentes no conflito armado:

TITULO EM ESPANHOL	RESUMO EM ESPANHOL	AUTOR	ANO	TIPO DTO
El juego de la guerra, niños, niñas y adolescentes en el conflicto armado de Colombia	“Tiene como sugerencia la ruta para los menores de edad	Yuri Romero Picón, Yuri Chávez	2008	Artigo de revista

	desvinculado del conflicto“.	Plazas		
Protección de la infancia y adolescencia en asuntos de derecho internacional humanitario en Colombia.	“Los adolescentes en el conflicto armado en el reclutamiento con los tratados internacionales. Haciéndose un análisis Estadístico de las sentencias de la Corte“.	Mario Fernando Ortega Jurado	2012	Artigo de revista

Fonte: Tabela organizada por Yaneth Durán Barón. 2016.

Quadro 6. Descritor utilizado na base de dados CLACSO, com descritores: adolescentes en conflicto armado, de 40 resultados, os destaques com o assunto de conflito armado interno.

TITULO EM ESPANHOL	RESUMO EM ESPANHOL	AUTOR	ANO	DOCUMENTO
Paramilitarismo y conflicto urbano. Relaciones entre el conflicto político armado nacional y las violencias preexistentes en la ciudad de Medellín.	“Asociación entre el conflicto político armado y las violencias en la ciudad de Medellín 1997-2005“	Max Yuri Gil Ramírez	2009	Disertação de Mestrado

Fonte: Tabela organizada por Yaneth Durán Barón. 2016.

Quadro 07 - Base de dados da Universidade Nacional da Colômbia, com seu observatório de processos de desarmamento, desmobilização e reintegração apresenta os seguintes resultados:

TITULO	RESUMO	ANO	DOCUMENTO-AUTOR
Factores asociados al éxito de jóvenes desvinculados del conflicto armado en la resignificación hacia una identidad civil	“Corresponde a um programa de reinserción en Colombia. Estudios de caso“.	2006	TCC-Cohen Rosemberg Monica
Mujeres excombatientes experiencias de ingreso, combate y reinserción. Aproximación desde la	Trabajo social con mujeres guerrilleras. No fue posible bajar el archivo.	2006	TCC-Otero Bahamon Silvia Alejandra.

sociologia			
De niño combatiente a ciudadano	“Desafíos de la reintegración política“	2011	Dissertação de Mestrado-Irina Mago
Estado sobre la investigación sobre conflicto. Posconflicto, reconciliación y papel de la sociedad civil en Colombia	“La participación de la sociedad civil en Colombia“	2005	Artigo de revista-Maria del Rosario Guerra y Juan José Plata
La niñez en el conflicto armado colombiano	“A infancia y sus directo“.	2002	Artigo de revista-Unicef.
Las condiciones de un proceso de desarme, desmovilización y reinserción de niños, niñas y jóvenes en Colombia	“Recopilación de la experiencia de niños, niñas y jóvenes del país, por regionales. La situación de vinculación, participación y rehabilitación de los NNAJ en relación con la comisión de derechos humanos“	2007	Artigo de revista-Boletín El Hacedor de Paz. Putchipú.
Los niños soldados. Reto de un nuevo modelo de seguridad	“Niños soldados, fracaso de los mecanismos para evitar el reclutamiento de niños al conflicto armado“.	2004	Artigo de revista-Arellano Velasco Marcela
Niños y jóvenes por que ingresan a grupos armados ilegales	“Factores de riesgo, participación en grupos armados, niños y jóvenes desvinculados en el programa de Bienestar Familiar“.	2008	Artigo de revista-Hechos del callejón. Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo.
Niños, niñas y jóvenes víctimas del conflicto armado un proyecto de ley para el futuro.	“Debate legislativo, control político ao programa de reinserção“.	2002	Artigo de revista-Rafael Orduz Medina. Boletín El Hacedor de paz. Putchipú.

Fonte: Tabela organizada pela autora. 2016.

Levantamento de Descritores na plataforma Scielo Colômbia

Descritores:

- a. Adolescentes no conflicto armado
- b. Excombatiente y educación. Não se encontrou resultados
- c. Desmovilizados y educación. Não se encontrou resultados
- d. Ex-combatentes adolescentes. Não se encontrou resultados

Quadro 08 – Scielo Colômbia – Descritores: Adolescentes no conflicto armado interno:

AUTOR	TÍTULO	ANO	TIPO
YULY ROMERO PICON, CHAVES PLAZAS YURI	El juego de guerra niños, niñas y adolescentes en el conflicto	2008	Artigo em Revista
ANA MILENA MONTROYA RUIZ	Niños y jóvenes en la guerra en Colombia. Aproximación a su reclutamiento y vinculación	2008	Artigo em Revista
CAMILO BÁCARES JARA	Los niños, niñas y jóvenes de los grupos armados ilegales en Colombia. Víctimas de la violencia política o sujetos del delito?	2015	Artigo em Revista
SPRINGER NATALIA	Como corderos entre lobos. Del uso y reclutamiento de niñas, niños y adolescentes em el marco del conflicto armado y la criminalidad en Colombia	08	Artigo em Revista

Fonte: Tabela organizada pela autora. 2016.

Sobre a produção científica brasileira levantada:

Sobre Adolescência e violência

Em “Adolescência e violência: mais de uma forma de exclusão” Feizi M. Milani (1999) fala sobre como as causas de fracasso escolar pode gerar não somente a culpabilidade, senão também a falta de autoestima. Assim mesmo estabelece a “invisibilidade social” presente na

violência de gênero, sendo as mulheres as que mais sofrem. Essa violência gera na vida delas dificuldades de letramento, motivação, repetência.

Pode-se observar que uma vez usados os descritores em temas como ‘violência na Colômbia’, ‘escolarização com as crianças e adolescentes em situações excepcionais’ não foi encontrada muita literatura produzida no Brasil, apresentando por consequência ausências ou lacunas para o assunto desse estudo, que busca conhecer as necessidades deficiências e potencialidades da educação para as pessoas com menos de dezoito anos, numa geração também conhecida como invisível, no seu processo de inserção na sociedade e na escola, que no espaço do conflito armado, sendo estas dentro da guerrilha, adolescentes soldados.

Mostrou-se a necessidade de fazer maiores construções sobre as temáticas da violência, da guerrilha, da relação das crianças e adolescentes com questões que envolvem esses espaços e outras áreas onde apresentam questões para suas vidas.

A escassa produção de artigos sobre o problema de pesquisa permite a possibilidade de contribuir para as discussões sobre políticas públicas no Brasil e na Colômbia, dando relevância social e científica à questão da educação para crianças e adolescentes que se encontram em situação de conflito armado, fomentando discussões com olhares humanizados em temas da educação social, planos educacionais e suas interfaces com os direitos humanos.

A importância deste tipo de estudo nos permite analisar a temática da violência de gênero e a educação vislumbrando compreender a dinâmica que o pesquisador social deve desenvolver para oferecer retorno de conhecimento, absorver saberes e desenvolver ciência para sua região e seu país.

Para esta pesquisa a leitura criteriosa dos artigos e outros documentos localizados nas bases de dados e a pesquisa de campo foi desenvolvida de forma ética, apontando aproximação e posterior compreensão das necessidades, deficiências, e potencialidades de estados excepcionais, em situação de conflito armado, para a área da educação.

1.4 Marco Teórico

Para Ceara, (2009, p.204), a violência desmedida começa com o assassinato do candidato à presidência do partido liberal populista Jorge Eliécer Gaitán (1964) e que tinha fundado a União Nacional de Esquerda Revolucionária sendo sua campanha a favor de reformas políticas e sociais, e contra a corrupção política, fraude eleitoral e privilégios. Na Colômbia sua morte gerou protestos de operários e camponeses em todo o país.

As FARC-EP⁸ (Fuerzas Armadas Revolucionarias da Colômbia), nascem em 1964 como organização de linha marxista-leninista (CEARA, 2009, p.209) e o ELN (Exército de Libertação Nacional) nasceu em 1965, como uma linha guevarista e o EPL (Exército Popular de Libertação) nasceu em 1966, na luta com o poder, de linha marxista-leninista-maoísta (PEREZ,2012, p.79), de linha ideológica pro-china. E surge o movimento M-19 de corrente heterodoxa (JAIMES, 2012, p.31). Todos reacionários contra o governo Colombiano.

Para Ceara, o conflito entre os dois partidos

Se expandiu e atingiu o campo, desencadeando uma onda de violência sem precedentes. Patrocinados por políticos dos grandes centros urbanos, os líderes rurais, juntamente com os seus bandos, passaram a usar a identificação partidária como pretexto e justificativa para as ambições pessoais” (CEARA, 2009, p.204)

Em meados dos anos 80:

A figura de Bolívar remete a luta contra o poderio imperialista espanhol, esta é a imagem que a guerrilha tenta desenvolver na mentalidade da população colombiana - de que as Farc estariam lutando contra um poder opressor, que neste momento estava sendo representado pela figura do Estado, e na visão dos insurgentes não cumpria com as suas obrigações constitucionais e, somente a luta armada poderia libertá-los (CEARA, 2009, p.209)

Outro grupo à margem da lei são as Auto Defensas da Colômbia (AUC) que segundo RIVERA, foi como:

Recurso para luchar contra la subversión es una política de Estado así no esté consagrada legalmente. "Se trata de una doctrina institucional aplicada sistemáticamente, que ha comprometido todas las instancias de la Fuerza Pública" (RIVERA, 2007 p, 140).

⁸ Para CEARA (2009, p 212) – “AUC têm a sua gênese nas políticas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com foco e fonte na National War College, e dentro da estratégia do Conflito de Baixa Intensidade, que foram traçados pelo Pentágono para toda a América Latina”.

Este mesmo autor na história do Paramilitarismo assevera que a origem e conformação das AUC aconteceu:

Desde la década de los años ochenta del siglo XX tomó fuerza el paramilitarismo como estrategia contrainsurgente, política que no ha sido reconocida como tal por parte de los distintos gobiernos y se expresa como terrorismo de Estado. Incidió en el surgimiento de tal fenómeno, la ideología anticomunista que profesan la mayoría de miembros de las fuerzas armadas, la cultura política derivada de la violencia, la corrupción y el clientelismo, así como el narcotráfico[.]Originado, según sus mentores, como una respuesta a los excesos de la guerrilla (RIVERA, 2007, p.134)

Este breve histórico teve por intuito apresentar o surgimento dos grupos guerrilheiros que resistiram aos governos colombianos nas últimas décadas. Alguns já assinaram acordo de paz, que envolvem ideologias partidárias e apresentam versões particulares, algumas vezes contraditórias, sobre os primeiros embates que envolveram os grupos armados ilegais no território colombiano. Para além disso destaco que enquanto as produções acadêmicas referentes aos temas possuem diferentes correntes teóricas. Assunto que não será tratado aqui.⁹

Enquanto às mulheres que participaram nos diálogos de paz ou acordos que se deram na Colômbia:

Sin embargo se encuentra una importante producción documental oficial del Estado y de los grupos que han negociado así como documentos de analistas políticos. Se podría afirmar, sin temor a equivocaciones, que ninguno de ellos tiene una perspectiva incluyente de las diversidades y sobre todo de la condición de las mujeres, tanto de las guerras como de las de la población civil y mucho menos el enfoque de género (TORO, 2009, p. 21)

Temos nas tentativas de acordo de paz, diferentes comissões de diálogo entre o governo da Colômbia e as FARC-EP, como exemplo como é a participação nesses processos:

En 1984, aparecen entre 6 delegados del gobierno aparece una mujer para la firma y entre los de las FARC no aparece ninguna mujer. Cuando se hizo el acuerdo entre la comisión de paz y autodefensa obrero ADO, en 1984, ninguna mujer suscribió por las partes. En el dialogo nacional de 1984, el gobierno tuvo 3 mujeres y de los firmantes del M-19 no suscribió de parte de ellos ninguna mujer. En 1986, el gobierno participó con 11 personas entre cuales están Margarita Vidal y Rocio Velez de Piedrahita, no aparecen firmas ni de las FARC, e de ELN firman Manuela y Ernesto González. En 1990 en ejercicios de diálogos en el exterior con las Farc y Eln con ausencia de mujeres. (TORO, 2009, p.30).

Foram apresentadas várias tentativas de negociações com FARC, ELN, EPL em

⁹Maiores informações com conceitos tratados pelos escritores Plinio Apuleyo Mendoza, Alfonso Molano. 2014.

Tlaxcala, México, estando como Presidente César Gaviria (1990-1994). Foram assinados Acordos de Paz com o PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), Quintim Lame (guerrilla indígena) e com o Movimento Indígena Armado.

Com o Presidente Andrés Pastrana (1998-2002), houve uma das tentativas de encontro entre o governo da Colômbia com as FARC-EP, na zona denominada o Caguán foram organizados para um acordo de paz, mas não deu certo por diversos fatores.

Em agosto de 2002, o Presidente Uribe Vélez (2002-2006 e 2006-2010) assume a Presidência implementando a política de seguridade democrática. Álvaro Uribe chegou ao poder com um programa de “seguridade democrática baseado segundo Vicenç Fisas, (2010, p. 7) na recuperação do espaço público e combate militar contra às guerrilhas, com o apoio dos EEUU “, os únicos acordos durante este período foram humanitários para a libertação dos sequestrados, que estavam há mais de cinco anos mantidos na mata fechada, assim como desmobilização das AUC. O Governo do Presidente Juan Manuel Santos (2011-2013), reeleito para o período (2014-2018) iniciou os diálogos com as FARC-EP¹⁰ em Cuba, e desde 04 de setembro de 2012, vem articulando para elaborar o início do Acordo de Paz para a Colômbia, sob o olhar de toda a América Latina. Depois de um primer acordo entre as FARC-EP e o Governo de Juan Manuel Santos ser rejeitado pela população no plebiscito do 2 de outubro de 2016, realizando-se mudanças, esclarecimentos, um novo acordo é assinado 24 de novembro de 2016.

Marco jurídico para crianças e adolescentes na Colômbia

Observa-se algumas das normas que o Estado preconiza na defesa dos direitos das crianças, adolescentes na Colômbia:

1989	Código da Criança e do Adolescente
1990	Ratifica a Convenção Internacional dos Direitos Da Criança
1991	Art. 44 Constituição Nacional Decreto 2884. Implantou o Programa para a reinserção no Departamento Administrativo da Presidência da República mas sem normas específicas com relação a meninos, meninas e jóvens
1994	Decreto 1385 vantagens para quem deixe voluntariamente as Organizações subversivas mas não

¹⁰FARC “el número de combatientes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) en 2014 era 6.700 (Inteligencia Militar, 2014,COMPARTIR-FEDESARROLLO,p.2,2014)

	para meninos, meninas, jovens. Lei 115 de 1994 Estatuto Geral de Educação
1996	Lei nº 1.098, de 2006 que promulga o Código da Criança e do Adolescente na Colômbia.
1997	Lei 418 Sanção penal para recrutamento de meninos. ICBF protege aqueles meninos sem família ou sem condições especiais para ser protegidos. Lei 418 de 1997, prorrogada e modificada pela Lei 782 de 2002, que estabelece o dever do ICBF de desenhar e executar o programa especial de proteção para a assistência das pessoas com idades abaixo dos dezoito que tem participado dos combates ou tem sido vítimas do conflito armado.
1999	Convênio 138 da OIT Governo Colombiano ratifica o Convênio 138 da OIT sobre trabalho infantil. Decreto 1137 de 1999 organizou o Sistema Administrativo de Bem-Estar Familiar e reestruturou o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar.
2000	O Programa Presidencial Jovem criado com o Decreto 822 de 2000
2002	Ato legislativo No. 02 de 2001 e lei 742 Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional Art. 124 do Estatuto Disposição de Transição
2002	Execução do programa de atenção especial das pessoas abaixo dos dezoito anos desvinculados, em cumprimento dos artigos 8º e 17 da Lei 782 2002 e artigo 24 Decreto 128 de 2003
2002	Lei 782 de 2002 sobre direitos das vítimas civis da violência
2003	Lei 833 de 2003, aprovado Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Infância, em relação da participação dos conflitos armados
2004	Resolução 2620, Ministério da Educação Nacional, com relação às diretrizes, critérios e procedimentos para a prestação do serviço educativo a meninos, meninas e jovens desvinculados do conflito armado e pessoas abaixo dos dezoito anos desmobilizados dos grupos armados à margem da lei
Plano Decenal de Educación 2006 – 2016	Plano Decenal “conjunto de propostas, ações e metas para os próximos dez anos”
2009	Plano Nacional para a Infância e Adolescência
CONPES 3784 de 2013	Diretrizes de política pública para a prevenção de riscos, a proteção e garantia dos direitos das mulheres vítimas do conflito armado.
CONPES 3673 de 2010	Prevenção do Recrutamento e utilização de meninos, meninas e adolescentes por parte dos grupos à margem da lei (GAOM)
Ley 1448 de 2011	Lei de vítimas e restituição de terras: assistência, reparação, reintegração às vítimas.
CONPES 3712 de 2011	Financiamento para a sustentabilidade da lei 1448 de

	2011
CONPES 3726 de 2012	Diretrizes, plano de execução de metas, orçamento, mecanismo de seguimento para o plano nacional de atenção e reparação integral às vítimas

Fonte: Observatório sobre Infância Universidade Nacional de Colômbia. 2003-Procuradora Geral da Nação-Y 2006.

O Dicionário para” desarmar la palavra”. Dicionário de termos jornalísticos de Conflito e da Paz (OIM, 1999) tem como definição do conflito: “enfrentamento contínuo entre duas ou mais partes, com força suscitada pela oposição entre suas vontades, interesses ou olhares”

Nestes confrontos armados, durante décadas, a sociedade civil e o cidadão sofreram as consequências como vítimas de sequestro do recrutamento de meninos, meninas e adolescentes, de terem que deixar suas cidades e de serem despejados das suas casas, exilados das suas famílias, da sua cultura, das suas raízes.

Também o Dicionário de Direito Internacional dos Conflitos Armados¹¹ estabelece que quando entre dois ou mais entidades estatais se apresentam os confrontos:

Esta expresión general se aplica a diferentes tipos de enfrentamento, es decir a los que pueden producirse entre dos o mais entidades estatales: (v. Guerra); b) entre una entidade estatal y una entidade no estatal (v. Guerra de libertação nacional); c) entre una entidade estatal y facción disidente (v. Conflito armado no internacional); d) entre dos etnias diversas al interior de una entidad estatal (v. Conflito armado no internacional) (VERRI,2008, p.25).

Para outros o Direito Internacional Humanitário (DIH) o conflito armado interno está classificado em categorias, a saber:

Conflitos armados internacionais, em que dois ou mais Estados se enfrentam.2. Conflitos armados não internacionais, entre forças governamentais e grupos armados não governamentais, ou somente entre estes grupos. O DIH, com base nos tratados, também estabelece uma distinção entre os conflitos armados não internacionais, na aceção do artigo 3º comum às Convenções de Genebra de 1949, e os que se encaixam na definição prevista pelo art.1º do Protocolo Adicional II (ICRC, 2008, p.1).

Com os Ministérios da Proteção Social, Educação Nacional, Comunicações, Cultura, Ambiente, habitação e Desenvolvimento Territorial, o ICBF, a Procuradoria Geral da Nação, a

¹¹ Disponível em:< <https://www.icrc.org/por/resources/documents/article/other/armed-conflict-article-170308.htm> ≥
 Acesso em:10 de julho de 2015

Contraloría Geral , a *Defensoria del Pueblo*¹², os personeros¹³ municipais, o Judiciário e as Delegacias de Polícia, apoiados em cada município pelos Conselhos de Política Social, estão trabalhando para prever mais recrutamentos. O ICBF tem a responsabilidade de fazer as políticas e de orientar e dar as diretrizes de proteção das crianças e adolescentes com o apoio de organismos nacionais e internacionais.

Para o DANE, na área rural 46,1% dos meninos, meninas e adolescentes da Colômbia são pobres (COLOMBIA.BOLETIN 1 POBREZA Y PRIMERA INFANCIA EN COLOMBIA, 2013, p.16). Enquanto as 13 principais cidades do país possuem 18,9% de crianças e adolescentes pobres. A porcentagem da pobreza na primeira infância é 57,8% (COLOMBIA.POBREZA Y PRIMERA INFANCIA EN COLOMBIA, 2013, p 22).

A situação do ensino na Colômbia

Segundo Victoria Fontan (2013 apud PARRA,2014) “na escola e nas universidades não só” se deve falar de um processo de paz, senão de ser agentes de paz. Educar com a visão de valores diferentes ao que tem vivenciado, no conflito armado”.

Quanto à exclusão e inclusão, RIBEIRO (2006, p.164) afirma que: “Tanto como política pública quanto como iniciativa de instituições e ou organizações sociais, a educação social está voltada, pelo menos em princípio, para a formação do(a) cidadão (ã)”.

Para isso é preciso ter presente a educação social, como afirma RIBEIRO (2006, p.169) como “uma necessidade que decorre da exclusão social de crianças e jovens das condições mínimas de sobrevivência, e, inversamente, que a educação social é potencializadora de alternativas a tais crianças e jovens excluídos socialmente”.

COMPARTIR-FEDESARROLLO (2015, p.2) afirmam que “a educação é crucial para uma cultura de paz e reconciliação na Colômbia [...] a educação é imprescindível para uma

¹²Entre suas funções: Impartir los lineamientos para adelantar diagnósticos, de alcance general, sobre situaciones económicas, sociales, culturales, jurídicas y políticas que tengan impacto en los derechos humanos; Impartir las directrices para instar a las organizaciones privadas para que se abstengan de desconocer un derecho; Difundir el conocimiento de la Constitución Política de Colombia, especialmente los derechos fundamentales, sociales, económicos, culturales, colectivos y del ambiente; Dirigir y coordinar el Sistema Nacional de Defensoría Pública. Mas informações disponível em:< <http://www.defensoria.gov.co/es/public/Defensor/453/Funciones-del-Defensor-del-Pueblo.htm>>

¹³ Agente do ministério público, veador cidadão e defensor dos direitos humanos e proteção vítimas do conflito armado.

reinserção econômica e social dos desmobilizados, abrindo oportunidades laborais”

Norberto Bobbio (1992) entende, em relação à Declaração dos Direitos da Criança (1959), que o problema dos direitos da criança é uma especificação da solução dada ao problema dos direitos do homem. Afirma que:

A criança por causa de sua imaturidade física e intelectual, necessita uma proteção particular e de cuidados especiais”, deixa-se assim claro que os direitos da criança são consideradas como um *ius singulare* com relação a um *ius commune*”(BOBBIO, 1992 p. 20).

Como sabido na Colômbia, as meninas que estão vinculadas à guerrilha, depois de afastadas das fileiras das FARC-EP, passam a ser protegidas pelos organismos governamentais que exercem vigilância e controle, que tentam lhes dar garantias de direitos e tutela no dia-a-dia.

Entretanto a promoção dos direitos humanos, como estabelece Bobbio (1992, p.22) se apresenta como:

Esse conjunto de ações que são orientadas para este duplo objetivo a) induzir os Estados que não têm uma disciplina específica para a tutela dos direitos do homem a introduzi-la; b) induzir os que já a têm a aperfeiçoá-la, seja com relação ao direito substancial (número e qualidade dos direitos a tutelar), seja com relação aos procedimentos (número e qualidade dos controle jurisdicionais). Por atividades de controle, entende-se o conjunto de medidas que os vários organismos internacionais põem em movimento para verificar se e em que grau as recomendações foram acolhidas, se e em que grau as convenções foram respeitadas. Dois modos típicos”.

A Colômbia adotou os acordos e tratados internacionais de proteção à infância e adolescência, no entanto, crianças e adolescentes seguem sendo recrutados pelos diferentes grupos armados ilegais.

Bourdieu (1990) faz uma análise dos sujeitos históricos, como capazes de formular e realizar seus próprios fins, orienta que os estudos da sociologia funcionam como parte interpretativa das distinções econômicas e culturais da sociedade.

Bourdieu também estabelece que “a violência física está presente cotidianamente através do medo dela, sendo que as relações não se produzem de modo idêntico, como um “bloco monolítico” (BOURDIEU 1990, p. 2-31).

Na Colômbia o medo está sempre presente em regiões onde o Estado não chegou, com infraestrutura, onde a população é carente e não alcança os benefícios da urbanidade. Nesses

territórios, o poder simbólico de grupos organizados inferem diretamente na vida e nas atividades das pessoas.

As meninas, segundo testemunhos dados por elas, em entrevistas a jornais e revistas locais, afirmam que sofrem todo tipo de violências representadas em abortos, estupros, prostituição.

Numa adaptação da violência simbólica de Bourdieu (1999) para a situação da guerrilha na Colômbia, a aceitação das regras e crenças partilhadas como se fossem naturais e a incapacidade crítica de aceitar o caráter arbitrário das regras impostas, pelas autoridades dominantes de um campo, acaba sendo lugares de dominação nos territórios que ocupam. A guerrilha das FARC-EP pode ser considerada uma hierarquia, uma autoridade, com territórios autônomos de Estado, e, por conseguinte, com conselhos de guerra e pela sua força desproporcional diante da população.

No texto o poder simbólico, Bourdieu (1989) afirma:

[...] o mundo social é em grande parte aquilo que os agentes fazem em cada momento, contudo eles não tem probabilidades de desfazê-lo e de o refazer a não ser na base de um conhecimento realista” (BOURDIEU, 1989, p 150).

Essa família que representa a guerrilha, sua “nova família” a que pertence à menina, com seus deveres a fazer dentro deste grupo¹⁴, ela é apresenta a um mundo com habilidades sociais que terá que encarar durante o conflito armado, sem entendimento do contexto cultural-social da região, dos seus direitos desrespeitados, da exposição e da própria vulnerabilidade.

O mercado de bens simbólicos tem as suas leis, em que existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente em que por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida” (BOURDIEU, 2002, p 59).

Como abordado por Bourdieu, apresenta-se na identidade dos adolescentes da Colômbia, que se encontraram em uma confusão social, numa moratória psicossocial, a necessidade de serem preparados para um mundo que não existe numa situação de conflito armado, ou melhor, de um mundo diferente daquele que deixaram quando foram recrutados.

¹⁴Mas informação: <http://www.eltiempo.com/politica/justicia/reclutamiento-de-menores-guerrilla-venia-por-mi-hermano-pero-me-llevo-a-mi/15240878>

Também o impacto ou alcance que pode se estudar, analisar e compreender de como se opera um processo de educação de atores sociais frente as questões decorrentes de um período tão longo de conflito em um país:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não como se diz a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a (re) apropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção de avaliação da sua própria identidade que enquanto o dominado abdica em proveito do dominante” (BOURDIEU, 2002, p 125).

Sendo o campo de pesquisa uma ação que tem a ver com a escola, com a educação em situações excepcionais, deseja-se que com as concepções teóricas que fundamentaram o objeto desse estudo, permita-se compreender melhor a análise do conteúdo que os sujeitos manifestarão em suas respostas, em relação à escola e seus horizontes de interesses.

Dominação masculina e situações limites

De acordo com Saffioti (1987), a caracterização no tempo e nas estruturas sobre as discriminações entre homens e mulheres, assim se apresentam:

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias, recorrer a justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminação; legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar à luz do sistema de ideias justificador do presente estado de coisas tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar a luz do sistema de ideias justificador do presente estado de coisas. O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres (SAFFIOTI, 1987, p.15-16).

A situação das mulheres nas relações de gênero, em especial nas situações limites, como a guerrilha, trazem a tona o processos de dominação masculina em suas variadas vertentes. Uma menina ou mulher no espaço do conflito armado, ainda que possua uma arma para os enfrentamentos, não consegue se proteger do assédio sexual, moral, da violência física, psicológica, do estupro, da morte por parte de seus próprios companheiros de luta:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido, tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis (BOURDIEU, 2002, p. 82).

Nesse sentido, a afirmativa de Bourdieu (2002), se integra ao que se propõe neste estudo, quando se pretende observar a implementação de políticas públicas e ações globais para a redução dos danos causados a essa população de meninas e mulheres sobreviventes do conflito armado desses últimos 50 anos.

Sem um planejamento de políticas públicas claras, completas para esse grupo de pessoas (meninas), que representam fortemente a vulnerabilidade social em contextos de violência, com marcas nas suas famílias, que enfrentam dificuldades de acesso à educação formal, a ações de empoderamento e avanços sociais, apontam-se questões de gênero que limitam suas capacidades de resiliência.

Há mais de 60 anos, na Colômbia, “las mujeres empezamos a acceder al proceso educativo, que participamos en las diferentes áreas del conocimiento y de la transformación del país para sortear las secuelas de la crisis económica, social y humanitaria que vive el país” (TORO, 2009, p.36).

Nos processos de paz das experiências de 1957 “ha estado ausentes la necesidades, las miradas, las propuestas y las apuestas de las mujeres desde su condición de género. (TORO, 2009, p.36).

O cumprimento das resoluções 1325 de 2000 e 1820 de 2008, sendo de obrigatório cumprimento quando se refere à violência das mulheres e meninas no conflito armado:

17. Reconoce que las mujeres que han sido secuestradas por la fuerza para incorporarlas a grupos armados y fuerzas armadas, así como los niños, son especialmente vulnerables a la violencia sexual en las situaciones de conflicto armado o posteriores a conflictos, y, por tanto, exige que las partes en conflictos armados identifiquen y liberen de sus filas inmediatamente a esas personas; (Resolución n.2106 (2013) aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6984ª sesión, 24 de junio de 2013)

Os organismos também no seu interesse de proteger às meninas, vítimas do conflito armado:

12. Insta al Secretario General y a sus Enviados Especiales a que inviten a mujeres a participar en los debates que sean pertinentes para la prevención y la solución de conflictos, el mantenimiento de la paz y la seguridad y la consolidación de la paz después de los conflictos, y alienta a todas las partes en esas conversaciones a que faciliten la plena participación de la mujer en pie de igualdad en los niveles decisorios; (Resolución n.1820 (2008) Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 5916^a sesión, celebrada el 19 de junio de 2008)

2 O desafio dos direitos humanos internacionais no conflito armado na Colômbia

Direitos humanos e Direito Internacional Humanitário:

O Direito humanitário internacional e a ligação com o direito humano em relação ao conflito armado na Colômbia, aclarando a legislação e fatos que para alguns representam uma crise humanitária, por causa das pessoas deslocadas no país e que somam para o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR ¹⁵entre os anos 1997 a 2013, um número aproximado de 5.185.406 pessoas, transformando o país, em um dos focos de atenção da Anistia Internacional.

No decorrer do longo histórico do conflito armado, a Colômbia é um país que no direito internacional e em relação aos direitos humanos, está sendo compelido a cumprir os tratados e convenções internacionais e a legislação nacional para oferecer aos meninos, meninas e adolescentes a proteção integral de seus direitos.

Assim dentro das primeiras definições de termos de direito, de acordo as Nações Unidas:

El derecho internacional de los derechos humanos es un sistema de normas internacionales destinadas a proteger y promover los derechos humanos de todas las personas. Estos derechos, que son inherentes a todos los seres humanos, cualquiera que sea su nacionalidad, lugar de residencia, sexo, origen nacional o étnico, color de la piel, religión, idioma o cualquier otra condición, están interrelacionados y son interdependientes e indivisibles. [...]

Su alcance, por lo tanto, limitado *ratione materiae* a las situaciones de conflicto armado. El derecho internacional humanitario es parte del *ius in bello* (el derecho sobre el modo en que puede usarse la fuerza), que tiene que ser diferenciado y separado del *ius ad bellum* (el derecho sobre la legitimidad del uso de la fuerza. Esta igualdad entre las partes beligerantes también permite establecer una distinción fundamental entre un conflicto armado, al que se aplica el derecho internacional humanitario, y un delito, al que solo se aplican la legislación penal y las normas de derechos humanos sobre el mantenimiento del orden público. (NACIONES UNIDAS DERECHOS HUMANOS. OFICINA ALTO COMISIONADO, 2011, p. 5,17).

Conforme o autor Benevides (2013) os Direitos humanos são históricos e classifica em três gerações:

São gerações no sentido da evolução histórica e não geração no sentido biológico, pois

¹⁵Foi criado pela Assembleia geral das Nações Unidas em 1950 como um esforço realizado pela comunidade internacional no século XX para proteção e assistir as vítimas de perseguição, da violência e da intolerância. Já ajudou a mais de 60 milhões de pessoas, ganhou duas vezes o prêmio Nobel da paz 1954 e 1981. <http://www.acnur.org/donde-trabaja/america/colombia/>

não são superados com a chegada de uma nova geração, mas se superam dialeticamente, os novos direitos continuam incorporados na nova geração. A primeira geração é a das liberdades individuais A segunda geração é a dos direitos sociais, do século XIX e meados do século XX. São todos aqueles direitos ligados ao mundo do trabalho. Como o direito ao salário, à seguridade social, a férias, a horário, à previdência etc. E são também aqueles direitos que não estão vinculados ao mundo do trabalho, e que são, portanto, mais importantes ainda, porque são direitos de todos e não apenas para aqueles que estão empregados: são os direitos de caráter social mais geral, como o direito a educação, à saúde, à habitação. A terceira geração é aquela que se refere aos direitos coletivos da humanidade [...] à paz. [...] Como enfatizei que os Direitos Humanos são históricos, vale lembrar que já se fala numa quarta geração de Direitos Humanos, que são aqueles direitos que poderão surgir a partir de novas descobertas científicas [...] (BENEVIDES, 2013 p. 9-10).

Destarte, o artigo 93 da “lei de leis” da Colômbia define:

Los tratados y convenios internacionales ratificados por el Congreso, que reconocen los derechos humanos y que prohíben su limitación en los estados de excepción, prevalecen en el orden interno. Los derechos y deberes consagrados en esta Carta, se interpretarán de conformidad con los tratados internacionales sobre derechos humanos ratificados por Colombia. El Estado Colombiano puede reconocer la jurisdicción de la Corte Penal Internacional en los términos previstos en el Estatuto de Roma adoptado el 17 de julio de 1998 por la Conferencia de Plenipotenciarios de las Naciones Unidas y, consecuentemente, ratificar este tratado de conformidad con el procedimiento establecido en esta Constitución. La admisión de un tratamiento diferente en materias sustanciales por parte del Estatuto de Roma con respecto a las garantías contenidas en la Constitución tendrá efectos exclusivamente dentro del ámbito de la materia regulada en él.(CONSEJO SUPERIOR DE LA JUDICATURA.CONSTITUCION POLÍTICA DE COLOMBIA, 1991).

Para Piovesan (2013, p.88) “pontua-se a interação entre o direito internacional dos direitos humanos e aos direitos locais, na medida em que aquele passa a ser parâmetro e referência ética a inspirar o constitucionalismo ocidental”.

Quando se fala em direitos fundamentais, como anota Piovesan (2013. p.91)” estes são de especial força expansiva, servindo como critério interpretativo de todas as normas do ordenamento jurídico nacional e supranacional”.

O Conselho de Segurança da Assembleia das Nações Unidas, afirma na Resolução n 1894, 2009:

[..]la resolución 1894 (2009), en la que el Consejo de Seguridad, al tiempo que reconoce que los Estados tienen la responsabilidad primordial de respetar y asegurar los derechos humanos de sus ciudadanos y de todas las personas que se encuentren en su territorio, como se establece en las disposiciones pertinentes del derecho internacional, reafirma que las partes en los conflictos armados tienen la responsabilidad primordial de adoptar todas las medidas posibles para asegurar la protección de los civiles, y exige que las

partes en los conflictos armados cumplan estrictamente las obligaciones que les incumben en virtud del derecho internacional humanitario, las normas de derechos humanos y el derecho de los refugiados.(NACIONES UNIDAS DERECHOS HUMANOS. OFICINA ALTO COMISIONADO, 2011, p.26).

No que concerne aos direitos humanos podemos notar que: “É necessário que os povos que estão reformando os seus ordenamentos devem à democracia um fundamento autêntico e sólido mediante o reconhecimento explícito dos direitos humanos” (ENCICLICA Centesimus annus, 1991, p.47 apud BOBBIO, 2004, p. 94).

Sendo necessário para o Estado o enfoque baseado nos Direitos Humanos:

El cual busca la aplicación de las normas y los estándares establecidos en la legislación internacional de los Derechos Humanos, como un marco conceptual que es aceptado por la comunidad internacional y que puede ofrecer un sistema coherente de principios y reglas en el ámbito del desarrollo para las políticas y prácticas relacionadas con este. (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA DE COLOMBIA. PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DERECHO INTERNACIONAL HUMANITARIO. Estrategía Nacional para la Garantía de los Derechos Humanos. 2014 – 2034, p 17).

Direitos Humanos e Recrutamento Ilícito de crianças e adolescentes para as fileiras da guerrilha

Referente à proibição por grupos armados ilegais se encontram entre outros: O Protocolo facultativo da Convenção sobre Direitos da Criança relativo à participação de Crianças em conflitos armados; o Conselho de Segurança na 5.235ª sessão, de 2005 reafirmou as resoluções 1.261 (1999), 1.314 de 2000, 1.379 de 2001, 1.460 de 2003 e 1.539 de 2004, os quais contribuem para estabelecer um marco geral para a proteção dos meninos afetados pelos conflitos armados (ONU. Resolución 1612 de 2005 Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 5235ª sesión, celebrada el 26 de julio de 2005, p.1)

MEDINA traz como antecedente na proteção dos direitos dos meninos, meninas, a Declaração de Genebra de 1924 (Singer, 1976), que:

Teve como objetivo central comprometer a comunidade internacional na proteção dos meninos, as meninas e os jovens frente ao impacto e as consequências dos conflitos armados, sublinhando que se devem tomar as medidas possíveis para o menino desenvolvido de uma forma normal tanto física como espiritualmente e que o menino deve ser o primeiro em receber socorro em tempo de guerra (art. 1 e 3 da Declaração de Genebra) (MEDINA,2013, p. 61.).

Os meninos, meninas e adolescentes têm a proteção constitucional estabelecida na

Constituição Política e obrigações internacionais que tem o Estado Colombiano com os direitos humanos e o direito internacional humanitário, sendo relevante observar o artigo 44 da Carta maior do país:

Son derechos fundamentales de los niños: la vida, la integridad física, la salud y la seguridad social, la alimentación equilibrada, su nombre y nacionalidad, tener una familia y no ser separados de ella, el cuidado y amor, la educación y la cultura, la recreación y la libre expresión de su opinión. Serán protegidos contra toda forma de abandono, violencia física o moral, secuestro, venta, abuso sexual, explotación laboral o económica y trabajos riesgosos. Gozarán también de los demás derechos consagrados en la Constitución, en las leyes y en los tratados internacionales ratificados por Colombia. La familia, la sociedad y el Estado tienen la obligación de asistir y proteger al niño para garantizar su desarrollo armónico e integral y el ejercicio pleno de sus derechos. Cualquier persona puede exigir de la autoridad competente su cumplimiento y la sanción de los infractores. Los derechos de los niños prevalecen sobre los derechos de los demás. (CONSEJO SUPERIOR DE LA JUDICATURA.CONSTITUCION POLÍTICA DE COLOMBIA, 1991).

[...] (ii) que —en los informes no se muestra que los programas de atención adelantados por las distintas autoridades que conforman el sistema presten especial atención a las necesidades particulares de los ancianos, los niños y las mujeres cabeza de familia que conforman la población a atender. En efecto, estos sujetos de especial protección constitucional resultan afectados en forma aguda por la condición de desplazamiento, dada la magnitud de los riesgos a los que están expuestos —por ejemplo, riesgos para su salud y su vida, de caer en redes de tráfico y prostitución, de ser reclutados forzosamente para los grupos armados irregulares, de desnutrición de los niños o, en el caso de las mujeres y niñas, de sufrir violación de sus derechos sexuales y reproductivos-. [...] estos tres grupos poblacionales se diferencian del resto en cuanto a la especificidad de sus vulnerabilidades, sus necesidades de protección y de atención, y las posibilidades que tienen de reconstruir sus proyectos de vida digna. De ahí se deriva la necesidad de adoptar un enfoque diferencial, específico, que reconozca que el desplazamiento surte efectos distintos dependiendo de la edad y del género.(COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL sala segunda de revisión. auto n° 251 de 2008,magistrado ponente: Manuel José Cepeda Espinosa, 2008 p. 5).

A prevalência do caráter de proteção Superior da Criança está sendo observado com disposições da Carta Política da Colômbia, dando aos adolescentes a titularidade de direitos por estarem com idade abaixo dos 18 anos, conforme disposto no artigo 45:

El adolescente tiene derecho a la protección y a la formación integral. El Estado y la sociedad garantizan la participación activa de los jóvenes en los organismos públicos y privados que tengan a cargo la protección, educación y progreso de la juventud . (COLOMBIA.CONSTITUCION POLÍTICA DE COLOMBIA, 1991).

No campo do direito colombiano se encontram protegidos os meninos, as meninas e os adolescentes por força da Constituição e dos Tratados Internacionais, que Colômbia ratificou e

que faz parte do seu direito interno como na jurisprudência constitucional do auto¹⁶ de 251 de 2008, relatou:

La Convención Americana sobre Derechos Humanos establece que —todo niño tiene derecho a las medidas de protección que su condición de menor requiere por parte de su familia, de la sociedad y del Estado (art. 19). El Protocolo adicional a la Convención Americana sobre derechos humanos en materia de derechos económicos, sociales y culturales —“Protocolo de San Salvador”— dispone que —todo niño sea cual fuere su filiación tiene derecho a las medidas de protección que su condición de menor requiere por parte de su familia, de la sociedad y del Estado (art. 16). Más aún, la Convención sobre los derechos del niño establece en términos generales que —los Estados Partes respetarán los derechos enunciados en la presente Convención y asegurarán su aplicación a cada niño sujeto a su jurisdicción, sin distinción alguna (...) (art. 2-1), que —los Estados Partes se comprometen a asegurar al niño la protección y el cuidado que sean necesarios para su bienestar, teniendo en cuenta los derechos y deberes de sus padres, tutores u otras personas responsables de él ante la ley y, con ese fin, tomarán todas las medidas legislativas y administrativas adecuadas (art. 3-2), y que —los Estados Partes adoptarán todas las medidas administrativas, legislativas y de otra índole para dar efectividad a los derechos reconocidos en la presente Convención (art. 4). (COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL sala segunda de revisión. auto n° 251 de 2008. Magistrado ponente: Manuel José Cepeda Espinosa, 2008, p. 6).

O fato de essa população não ser protegida pelo Estado durante o conflito armado que está sendo desenvolvido representa, como foi afirmado pela Corte:

tal denegación generalizada de su derecho a la protección especial por el Estado, la familia y la sociedad, por una simple falta de reconocimiento práctico de su status de sujetos de especial protección constitucional, es una afrenta a la dignidad humana de cada uno de estos menores. (COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL SALA SEGUNDA DE REVISIÓN. AUTO N° 251 de 2008. MAGISTRADO PONENTE: MANUEL JOSÉ CEPEDA ESPINOSA, 2008 p. 7-15)¹⁷.

O Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança (2004), relativo à participação dos meninos nos conflitos armados aprovado mediante lei 833 de 2003, em seu artigo 4 estabelece que:

1. Los grupos armados distintos de las fuerzas armadas de un Estado no deben en ninguna circunstancia reclutar o utilizar en hostilidades a menores de 18 años.

¹⁶A Corte Constitucional da Colômbia é a entidade judicial que protege a integridade e supremacia da Constituição. A Corte Constitucional exerce a guarda conforme aos artigos 241- 244 da Carta Política. A jurisdição constitucional, excepcionalmente, também com decisões de tutela ou decidir sobre ações ou recursos previstos para a aplicação dos direitos constitucionais. <http://www.corteconstitucional.gov.co/secretaria/otros/procedimiento.php>

¹⁷Os tipos de sentença da Corte Constitucional são: de tipo C em matéria constitucional se identificam por ser uma decisão em pleno da corte das ações de inconstitucionalidade; sentenças de tipo T tutelas de cumprimento imediato; tipo SU, de unificação da jurisprudência e autos de seguimento das sentenças que tem declarado estado de coisas inconstitucionais, dão ordens as entidades do Estado.

2. Los Estados Partes adoptarán todas las medidas posibles para impedir ese reclutamiento, y utilización, con inclusión de la adopción de las medidas legales necesarias para prohibir y castigar esas prácticas.

3. La aplicación del presente artículo no afectará la situación jurídica de ninguna de las partes en un conflicto armado. . (Sentencia C-172/04. Magistrado ponente: Jaime Córdoba Triviño revisión de constitucionalidad de la ley 833 de 2003).

No documento do COALICO em relação aos Princípios de Paris (2007, p.9), ao falar-se sobre o recrutamento, faz-se a diferença dos conceitos de recrutamento e recrutamento ilegal o primeiro é:

Reclutamiento, se refiere a la conscripción o alistamiento obligatorio, forzado y voluntario de niños y niñas a cualquier tipo de grupo o fuerza armada. (Grifo nosso)

Reclutamiento o utilización ilegal” es el reclutamiento o utilización de niños y niñas que están por debajo de la edad estipulada en los tratados internacionales aplicables a las fuerzas o grupos armados en cuestión o dentro de las normas nacionales aplicables. (Grifo nosso)

O Estado Colombiano deve observar no sentido de proteção aos direitos de meninos, meninas e adolescentes, o que está determinado pela Corte Suprema, estando assim em mora de cumprir:

El reclutamiento forzado de menores de edad constituye, en sí mismo y por las condiciones de existencia impuestas en las filas de los grupos armados ilegales, un desconocimiento de la totalidad de los derechos fundamentales de los niños, niñas y adolescentes víctimas de este delito. Numerosas obligaciones internacionales de Colombia obligan a las autoridades a actuar en forma resuelta, no solo para proteger a los niños desvinculados de los grupos armados ilegales, sino para prevenir activa y decididamente la ocurrencia del delito de reclutamiento forzado. Así, el artículo 38-2 de la Convención sobre los Derechos del Niño dispone que “los Estados Partes adoptarán todas las medidas posibles para asegurar que las personas que aún no hayan cumplido los 15 años de edad no participen directamente en las hostilidades” – garantía que, en el ordenamiento constitucional colombiano, se ha de entender que cobija a las personas menores de 18 años, por interpretación armónica de la Constitución efectuada en la sentencia C-203 de 2005. (COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL sala segunda de revisión. Auto n° 251 de 2008 Magistrado ponente: Manuel José Cepeda Espinosa, 2008, p. 70).

A Corte Constitucional alerta que:

[...] (b) los adolescentes, y la adolescencia, son culturalmente invisibles y/o menospreciados, pese a la importancia de esta etapa de la vida para la formación de la identidad adulta, invisibilidad que acentúa los diversos riesgos a los que se exponen; y (c) es la etapa vital que recibe un nivel menor de protección por la política pública de atención a la población desplazada. [...] También son quienes reciben presiones

psicológicas más fuertes por parte de los grupos armados ilegales y otras estructuras criminales para vincularse al conflicto armado o a los comercios ilícitos que lo soportan. (COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL sala segunda de revisión. Auto n° 251 de 2008 magistrado ponente: Manuel José Cepeda Espinosa, 2008, p. 230).

Segundo a Alta Conselheira Presidencial para a Reintegração (ACR):

Según la Alta Consejería Presidencial para la Reintegración (ACR), entre agosto de 2002 y junio de 2010, 54.143 personas se habían desmovilizado de grupos armados organizados al margen de la Ley en Colombia, de los cuales el 82,1% eran hombres y el 17,9% mujeres. La ACR también reporta que el 87,7% corresponde a población mayor de 18 años y el 13,3% a niños, niñas y adolescentes desvinculados del conflicto armado. (POLÍTICA, INFANCIA Y ADOLESCENCIA EN BOGOTÁ 2011-2021, p.56).

O Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar (ICBF) desde 1999 criou o Programa de Atenção Especializada a Meninos, Meninas e Adolescentes¹⁸ que se desvinculam dos grupos à margem da lei:

cuyo sistema de registro de la población atendida permite reportar que desde 2005 y hasta 2010 a este programa han ingresado 2.370 niños, niñas y adolescentes desvinculados provenientes de municipios afectados por la violencia armada que vive Colombia.

[...]La equidad, supone la realización de acciones para la garantía de derechos dirigidas a superar las desigualdades y la discriminación, por la vía de generar las condiciones para su ejercicio que reconozcan las características, capacidades y potencialidades de cada persona y sus condiciones y situaciones, de manera que, cada cual encuentre las oportunidades para ser, hacer y participar de la vida social. (LA POLÍTICA, INFANCIA Y ADOLESCENCIA EN BOGOTÁ, 2011-2021 p.56-60)

A Sentença C-172 de 2004 levou ao Estado a:

Ese particular reconocimiento y protección se justifica en cuanto se trata de una población vulnerable, frágil, que se encuentra en proceso de formación y como tal se hace merecedora de una atención especial” (2004, p.29).

[...]En relación con el tema de que se trata el Secretario General de la Asamblea General del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas presentó informe el 17 de septiembre de 2001 sobre *los niños y los conflictos armados*¹⁹ en el que consignó su preocupación por adoptar medidas para su rehabilitación, desmovilización y reintegración

Para tais apontamentos da Assembleia Geral do Conselho de Segurança definiu o

¹⁸este programa se desarrolla a través de actividades pedagógicas, lúdicas y de sensibilización en la temática de “prevención al reclutamiento y utilización de niños, niñas y adolescentes por arte de grupos organizados al margen de la ley “. 2013. p.277.

¹⁹ A/56/342,S/2001/852.

recrutamento de meninos como²⁰:

El reclutamiento de niños es una violación de sus derechos y no se debe esperar a que se haya conversaciones de paz para resolverla. La desmovilización y reintegración puede ayudar a prevenir la continuación de los ciclos de violencia. La desmovilización y la reintegración de los niños soldados durante los conflictos y depois de estos continúan siendo un proceso complejo y difícil [...] (ASAMBLEA GENERAL DEL CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS, QUINQUAGÉSIMO SEXTO PERÍODO DE SESSÕES. TEMA 127, 2001, p. 12).

Os gastos com a desmobilização da guerrilha e reintegração total dos direitos das pessoas com idade abaixo dos dezoito anos também tem sido analisada pela Corte Constitucional da Colômbia, em uso de suas atribuições legais:

Não obstante, entre os principais problemas com que tropeçam os organismos e os doadores que tentam de planificar um programa adequado de desmobilização e reintegração de meninos soldados, figura a desalentadora falta de informação básica sobre as características principais dos meninos que devem ser desmobilizados e as melhores maneiras de obter sua reintegração [...]. (Expediente LAT-246. Revisão de Constitucionalidade da Lei 833 de 10 de julho de 2003, “por médio da qual se aprova o ‘protocolo facultativo da convenção sobre os direitos da criança relativo a participação de meninos nos conflitos armados’, adoptado em Nova York o vinte e cinco (25) de maio de dos mil (2000) (COLOMBIA. CORTE CONSTITUCIONAL, sentencia C-172/04.p.31.Magistrado Ponente: Jaime Córdoba Triviño).

A *Defensoria del Pueblo* da Colômbia faz recomendações, posto que tais condutas continuem acontecendo por parte dos movimentos armados ilegais, em várias partes do país, dificultando a proteção que demanda a Corte como direitos fundamentais a serem protegidos:

Las razones básicas de esta protección especial a los niños son: Del respecto a la dignidad humana que, conforme a lo previsto en el artículo 1º de la Constitución, constituye uno de los fundamentos del Estado Social de Derecho Colombiano; II) su indefensión o vulnerabilidad, por causa del proceso de desarrollo de sus facultades y atributos personales, en su necesaria relación con el entorno, tanto natural como social, y, III) el imperativo de asegurar un futuro promisorio para la comunidad mediante la garantía de vida, la integridad personal, la salud, la educación y el bienestar de los mismos (COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL. Sentencia 1117 de 2005. Magistrado Alvaro Tarfur Galvis).

²⁰ A/56/342, S/2001/852. 56 sección, ítem 27, provisional agenda. Promoción e Protección de los derechos das crianças.7 de setembro de 2014.

Gênero e Direitos Humanos

O ano de 1975 foi declarado o Ano Internacional da Mulher pelas Nações Unidas e” os dez anos seguintes foram declarados as Décadas das Nações Unidas para as mulheres” (Mulheres e Homens em Cabo Verde, 2012, p.6). Ainda que tal iniciativa denote avanço em direitos, a violência baseada no gênero ainda continua em todo o mundo, com características visíveis da dinâmica de poder entre mulheres e homens. (BOURDIEU,2002).

Apresenta-se nos instrumentos jurídicos internacionais o tema de gênero nas principais conferências internacionais relacionadas aos direitos da mulher:

si abordaron la igualdad entre los géneros, entre ellas: La Conferencia mundial sobre educación para todos (Jomtien, Tailandia -1990); la Cumbre mundial a favor de la infancia (New York, 1990); la Conferencia mundial de Derechos Humanos (Viena, 1993); la Conferencia mundial sobre población y desarrollo (El Cairo, 1994); la Cumbre mundial de desarrollo social (Copenhague, 1995); la Cumbre del Milenio (New York, 2000); y la Conferencia contra el racismo, la discriminación racial, la xenofobia y las formas conexas de intolerancia (Durbán, 2001). (COLOMBIA.LTA CONSEJERÍA PRESIDENCIAL PARA LA EQUIDAD DE LA MUJER LINEAMIENTOS DE LA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE EQUIDAD DE GÉNERO PARA LAS MUJERES,2012,p.14-15).

Destaca-se que a Conferência de Beijing (1995) foi o marco definitivo das conquistas femininas dando “un impulso continuo a la elaboración de políticas incorporando la igualdad de oportunidades, la categoría de análisis de género y la búsqueda del empoderamiento de las mujeres.(COLOMBIA.ALTA CONSEJERÍA PRESIDENCIAL PARA LA EQUIDAD DE LA MUJER LINEAMIENTOS DE LA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE EQUIDAD DE GÉNERO PARA LAS MUJERES, 2012, p.10).

E como bem afirma a publicação de homens e mulheres (2012, p.9) em Cabo Verde, junto com a ONU MULHERES a importância de estabelecer a transversalização de gênero como “aspecto chave para o crescimento económico, a erradicação da pobreza, e a condição sine-qua-non para se atingir os ODMs”. E para Colômbia:

Aprobada en 1995, en el marco de la Conferencia Mundial de la Mujer realizada en Beijing, la transversalización - también denominada mainstreaming - del enfoque de género es reconocida como una estrategia para el logro de la igualdad entre hombres y mujeres. Aunque se ha ido (re) definiendo en el transcurso de estos años, la

acepción más difundida es la acuñada en 1997 por el Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas (ECOSOC) que la consideró como: “el proceso de valorar las implicaciones que tiene para los hombres y para las mujeres cualquier acción que se planifique, ya se trate de legislación, políticas o programas, en todas las áreas y en todos los niveles. Es una estrategia para conseguir que las preocupaciones y experiencias de las mujeres, al igual que las de los hombres, sean parte integrante en la elaboración, puesta en marcha, control y evaluación de las políticas y de los programas en todas las esferas políticas, económicas y sociales, de manera que las mujeres y los hombres pueden beneficiarse de ellos igualmente y no se perpetúe la desigualdad.(PRESIDENCIA DE COLOMBIA-BARRIG,M , 2014, p.4)

Por outro lado, Plan Nacional de Desarrollo (2014-2018) resalta que com o fim do conflito armado na Colômbia devia existir:

La visión de una Colombia en paz en el PND está soportada en cuatro enfoques básicos: 1) el enfoque de derechos, entendido como la garantía del goce efectivo de los derechos de los ciudadanos en ejercicio pleno de su ciudadanía; 2) el enfoque territorial, que implica la atención diferenciada de los territorios con el fin de cerrar las brechas existentes entre los ámbitos urbano y rural, especialmente en aquellos que se han visto más afectados por los efectos del conflicto armado interno y que tienen un mayor rezago en su desarrollo; 3) el enfoque participativo, entendido como la profundización de la democracia y la participación de todos los ciudadanos en las decisiones que les incumben; y 4) la reconstrucción de la confianza entre los ciudadanos y entre la ciudadanía y el Estado como base para la reconciliación.(ESPAÑA.MARCO DE ASSOCIAÇÃO PAÍS COLÔMBIA-ESPANHA 2015-2019. ANEXO 13-TRANSVERSALIZAÇÃO DE ENFOQUES, p. 1).

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Procuradoria Geral da Nação da Colômbia, “adolescência es una etapa de desarrollo humano com natureza própria y un periodo donde la identidade infantil ya no es suficiente y se construye una nueva identidad a partir del reconocimiento de las próprias necesidades e intereses” (2005, p. 54).

A OPS e OMS²¹ definem adolescência como:

El periodo comprendido entre los 10 y 19 años; y “juventud” como el periodo entre los 15 y 24 años. Por lo tanto el termino mujeres adolescentes, se refiere a aquellas mujeres entre los 10-19 años. Se ha hecho esta distinción dado que existe un consenso de que las intervenciones eficaces no pueden dirigirse a adolescentes y jóvenes como un grupo homogéneo. (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2010, p. 7).

No Código da Infância e adolescência, na Colômbia, se define o significado de gênero:

Artículo 12. Perspectiva de género. Se entiende por perspectiva de género el reconocimiento de las diferencias sociales, biológicas y psicológicas en las relaciones

²¹ Mas informações;<<https://nacoesunidas.org/agencia/opasoms/>>

entre las personas según el sexo, la edad, la etnia y el rol que desempeñan en la familia y en el grupo social. Esta perspectiva se debe tener en cuenta en la aplicación de este Código, en todos los ámbitos en donde se desenvuelven los niños, las niñas y los adolescentes, para alcanzar la equidad. (COLOMBIA. Código de niño y de la Adolescencia de Colombia. ley 1.098 de 2006)

Para o caso das mulheres adolescentes, especialistas da OMS, OPS, UNICEF, na matéria acordaram em definir o empoderamento como o “proceso pessoal, social e político que gera e fortalece as capacidades das adolescentes e suas organizações para o exercício pleno de seus direitos com um sentido de corresponsabilidade”. Esse empoderamento se expressa mediante habilidades, autoridade para tomar decisões informadas que ajudem a implementar câmbios que afetem suas vidas” (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2010, p.25).

Direitos Humanos e Educação

O direito da educação está articulado a muitos convênios e tratados internacionais:

Las finalidades anotadas se complementan con lo establecido con el artículo 13 del Pacto Internacional de Derechos Económicos Sociales y Culturales – PIDESC (Ley 74 de 1968), que establece el reconocimiento del derecho de toda persona a la educación. Se señala allí que “(...) la educación debe orientarse hacia el pleno desarrollo de la personalidad humana y del sentido de su dignidad, y debe fortalecer el respeto por los derechos humanos y las libertades fundamentales (...)” En concordancia con las obligaciones internacionales en materia de Derecho a la Educación, lo establecido por la Constitución Política de Colombia, así como con la Ley General de Educación, el Código de Infancia y Adolescencia (artículo 42) y la Ley 715 de 20017 , existen una serie de normas que establecen su cumplimiento MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL-RET 2014, p.22-23)

A UNICEF (2016, p.6,10) afirma que na Colômbia:

Desde enero de 2013, mas de 250.000 niños fueron afectados por el conflicto incluidos por 230.000 que fueron desplazados, una medida de casi 6.000 meninos em el mes. [...] Los entornos de protección son esenciales: los niños y los adolescentes necesitan entornos protectores y libres de estigma que los consideren como participantes activos en sus comunidades y no como causantes de problemas o delincuentes potenciales.

RESTREPO (2000, p 11) explica que:

Vista desde esta perspectiva la educación es un factor (o agente) fundamental del desarrollo individual y social y por tanto, es un derecho irrenunciable, pues es un derecho irrenunciabes, pues es en buena medida a través de ella como el ser humano se hace propiamente tal y las sociedades avancen hasta formas, mas dessarrolladas de la organización.

No entanto, se vem observando que as escolas são usadas pelos diversos grupos armados

do Estado e da guerrilha, apesar do que já tem se manifestado a Relatora das Nações Unidas sobre a educação: “de la desvinculación de la escuela del conflicto y su protección como espacio de paz”. (NAÇÕES UNIDAS, 2004, p. 3 apud MEDINA p.72).

Nessa ordem podemos dizer como a Assembleia das Nações Unidas sublinha a importância do direito à educação:

No relatório sobre o direito à educação, na sessão das Nações Unidas dentro do tema 68 b do programa provisional promoção e proteção dos direitos humanos, afirmou:

[...] “El Estado es el custodio de la educación de calidad como bien público” idea que debe convertirse en uno de los principios rectores de las políticas públicas respecto a los proveedores privados. El Estado es tanto garante como regulador de la educación, que es un derecho humano fundamental y una causa noble. Entender este papel polifacético del Estado en el ámbito de la educación es condición previa para analizar de manera crítica las instituciones de enseñanza y su responsabilidad de garantizar que la educación siga siendo un bien (NACIONES UNIDAS. ASAMBLEA GENERAL. CONSEJO DE SEGURIDAD. 2014A/69/402,2014, p12).

Pelos pontos arrolados também a Corte Constitucional da Colômbia, sinalizou que para a realização plena do direito à educação se requer:

[...] paralelamente del ofrecimiento por parte de la respectiva institución, de una educación que garantice una formación integral de calidad, la cual sólo se logra a través de metodologías y procesos pedagógicos sólidamente fundamentados en la teoría y la práctica (COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL. Sentencia T-433 de 1997, M.P.: Fabio Morón Díaz)

Além disso, a importância da estabilidade que se deve dar à criança para seu desenvolvimento:

Además la estabilidad del ambiente físico y familiar es fundamental para el desarrollo intelectual y socioemocional del niño; un ambiente estable y seguro, facilita la concentración y motivación del niño; un cuidado familiar, permanente y constante, le ayuda a desarrollar sentimientos de confianza hacia el mundo que lo rodea y hacia otros seres humanos, a la familia corresponde pues, la responsabilidad fundamental de la asistencia, educación y cuidado de los niños, tarea en la que habrá de contar con la colaboración de la sociedad y del Estado. (COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL, Sentencia T-278 de junio 15 de 1994. M. P. ; Hernando Herrera Vergara).

Em 2010, o Ministério de Educação da Colômbia “atendió 11,1 millones de niños, niñas y jóvenes en el sistema educativo, 9,4 en el oficial y 1,7 en el privado; sin embargo aún tenemos 1,1 millones de niños en edad escolar por fuera del sistema, donde el 70% se encuentran en zona

rural” (Plan Sectorial de Educación 2010-2014, p.10)²²

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PLANEDH) foi adotado pelo Ministerio da Educação, *Defensoria del Pueblo*, e Programa Presidencial de Direitos Humanos da Vice Presidência da República com a perspectiva de criar uma cultura dos direitos humanos para “construir nuevos significados, actitudes y comportamientos de respecto, práctica, defensa y exigibilidad de los derechos humanos en la población colombiana à lei 24 de 1992 e do artigo 8º, literal C, ordinal 1º, inciso 8º, capítulo II de la Ley 812 de 2003”.(Decimoséptimo Informe del Defensor del Pueblo al Congreso de la República de Colombia: resumen ejecutivo - separata / Defensoría del Pueblo. Bogotá, D.C. *Defensoría del Pueblo*, 2010, p. 60)

Num conflito armado, a escola é um “instrumento de prevenção de recrutamento forçado e de outras graves violações aos direitos humanos” e sendo usado para fins militares dificulta o verdadeiro direito e sua proteção” (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS,2015, p.192).

E se procuramos dar todas as garantias, de direitos fundamentais humanos, a essa geração, não devemos esquecer como afirma FERNANDES E PALUDETO (2010, p.237):

[...] encontra-se no processo educativo, ou seja, na transmissão de conhecimentos anteriormente adquiridos em vivência social, que cada região ou país carrega consigo como história. E é por isso que a educação, seja ela familiar, comunal ou institucional, se constitui como um direito, um direito humano. É, pois, através dela que reconhecemos o outro, os valores, os direitos, a moral, a injustiça, nos comunicamos, ou seja, os elementos que nos cercam enquanto indivíduos sociais. Aliás, o movimento da história se faz possível através da transmissão às novas gerações das aquisições prévias da cultura humana, isto é, através da educação.

E como afirmou Machel (1996, p.11) num estado de excessos como o que ocorre na Colômbia:

Uma reinserção social efetiva depende do suporte das famílias e da comunidade. Mas as famílias encontram-se também desgastadas pelo conflito, quer psíquica quer emocionalmente, enfrentando um crescente empobrecimento. As visitas ao terreno e as pesquisas efetuadas para este relatório realçaram, repetidamente, a importância da ligação entre a educação, as oportunidades profissionais das antigas crianças combatentes e a segurança económica das suas famílias. Estas são, muito frequentemente, as determinantes para a reinserção social e, o mais importante, os fatores para prevenção de novo recrutamento.

²²Disponível em:<http://www.mineduacion.gov.co/cvn/1665/articles-279754_archivo_pdf_ministra.pdf>

3 Políticas Públicas, educação e gênero: a situação de meninas em tempos de guerrilha

Na jurisprudência internacional é conhecida a “diligencia debida”, o que quer dizer:

La obligación internacional de los Estados de proveer un recurso judicial efectivo, que permite a los ciudadanos y ciudadanas la posibilidad real de solicitar ante las autoridades competentes: (i) la declaración de que un derecho está siendo vulnerado (ii) el cese de la vulneración y (iii) la reparación adecuada por los danos causados (COLOMBIA. CORTE CONSTITUCIONAL, ANEXO COMPLEMENTAR 009 de 2015, p.59-60)

Nessa ordem de ideias, a Constituição colombiana de 1991 em seus artigos 343 e 344, coloca a obrigatoriedade de monitorar e avaliar as políticas públicas:

Art. 343: La entidad nacional de planeación que señale la ley, tendrá a su cargo el diseño y la organización de los sistemas de evaluación de gestión y resultados de la administración pública, tanto en lo relacionado con políticas como con proyectos de inversión, en las condiciones que ella determine.

Artículo. 344. Los organismos departamentales de planeación harán la evaluación de gestión y resultados sobre los planes y programas de desarrollo e inversión de los departamentos y municipios, y participarán en la preparación de los presupuestos de estos últimos en los términos que señale la ley. [...].

O Departamento Nacional de Planeamiento (DNP)²³ é assistido pelo sistema denominado Sinergia que:

El Sistema Nacional de Evaluación de Gestión y Resultados (Sinergia) fue creado con el fin de evaluar y hacer seguimiento a las políticas públicas, especialmente aquellas delineadas en el Plan Nacional de Desarrollo, que han de guiar el actuar del sector público nacional durante cada cuatrienio. Este sistema está orientado a apoyar al Ejecutivo en la consecución de metas, mediante la identificación temprana de las fortalezas o debilidades en la implementación de las políticas y la medición objetiva de los resultados y logros alcanzados por las mismas (COLOMBIA. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. GUÍA METODOLÓGICA PARA EL SEGUIMIENTO Y EVALUACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS. DIRECCIÓN DE SEGUIMIENTO Y EVALUACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS. SINERGIA, 2014, p.10).

²³O PND guia estratégica do Estado, deve ser ajustado com a sociedade e aprovado pelo Congresso. Todos os anos, o DNP deve apresentar um balanço dos avanços alcançados por todas as políticas públicas ao Conselho de Ministros, ao Congresso e ao Conselho Nacional de Planejamento. (AGUILAR. Seguimiento y Evaluación Seguimiento y Evaluación de Políticas Públicas: La experiencia de SINERGIA. 2011, p.9). <http://www.cepal.org/ilpes/noticias/paginas/1/41751/aguilar.pdf>

Sendo importante entender o Conselho Nacional de Política Econômica e Social CONPES²⁴, que faz correlação com este estudo, posto que colocam os delineamentos de gênero, recrutamento e educação em evidência, é imperativo compreender o processo que envolvam o conflito.

Para o Departamento Nacional de Planejamento, a redução de lacunas, se está dando com:

Se alfabetizaron cerca de 450.000 personas mayores de 15 años a lo largo de todo el territorio nacional. La tasa de deserción en educación básica y media se redujo de 4,9 % en 2010 a 3,6 % en 2013, y la brecha urbano-rural en cobertura neta de transición a educación media disminuyó siete puntos porcentuales, pasando de 15,5 en 2010 a 8,5 puntos en 2013.

Estos logros se debieron en gran parte a la expansión de la gratuidad educativa, programa fundamental del gobierno que benefició a más de 8,9 millones de estudiantes, así como al programa de alimentación escolar, que actualmente entrega más de cuatro millones de raciones. (COLOMBIA. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. BASES DEL PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2014-2018, VERSIÓN PARA EL CONGRESO, p.67)

Como é mencionado por parte do serviço que avalia as políticas públicas o DNP, a educação representa no país:

De esta forma, la educación se convierte en la herramienta más poderosa para promover la equidad y la paz. De igual manera, a través de la educación, las personas desarrollan las habilidades que requieren para la interacción con otros, la convivencia pacífica, el respeto de los derechos y la diferencia, y la adaptación al cambio climático y cultural. Por estas razones, es fundamental que el país haga una apuesta decidida por el mejoramiento integral de la educación. (COLOMBIA. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN BASES DEL PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2014-2018, VERSIÓN PARA EL CONGRESO, p.73).

Contudo o Departamento Nacional de Planeación aponta que deve-se fortalecer ainda, o seguimento de avaliação dos “desenvolvimentos normativos e das políticas, planos, programas, ações dirigidos a estas populações “de meninos, adolescentes e jovens, já que na Colômbia há limitações nessa ação, apontado pelo Departamento Nacional de Planeación (2014-2018, p.70) “ [...] na educação média a cobertura está com limitações, especialmente em zonas rurais em torno

²⁴Conselho Nacional de Política Econômica e social-CONPES-foi criado pela lei 19 de 1958. “Essa é a “máxima autoridade de planejamento e se desempenha como organismo assessor do Governo em todos os aspetos relacionados com o desenvolvimento econômico e social do país. Coordena e orienta aos organismos encarregados da direção econômica e social no Governo. O Departamento Nacional de Planejamento desempenha as funções de Secretaria Executiva do CONPES”. <https://www.dnp.gov.co/CONPES/Paginas/conpes.aspx>

de 26,5 % e em regiões do Caribe y do Pacífico”. (COLOMBIA. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN BASES DEL DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN 2014-2018, VERSIÓN PARA EL CONGRESO, p.70-75).

Segundo Ocampo a vida rural na Colômbia representa 60% dos municípios, e representado pouco mais de 30% da população do país e que por isso se devem formular políticas que reconhecem essa diversidade do mundo rural (2014, p.4).

O conflicto armado impedió al Estado proveer los bienes públicos y servicios sociales para acceder a la materialización efectiva de sus derechos”.(Departamento Nacional de Planeación, 2014, p.382).Nesses vazios sociais “las mujeres del campo sufren doble discriminación por ser mujeres y por ser rurales”. (OCAMPO, 2014, p. 11).

Para Ocampo (2014, p. 11) “la desigualdad en la distribución de la propiedad rural y alta en Colombia (coeficientes de Gini de la orden de 0,8-0,9),a pesar de las sucesivas reformas agrarias (1936, 1961, 1968 y 1994)”.

Lei Geral 115 de 1994

A lei establece que: “la educación es un proceso de formación permanente, personal, cultural y social que se fundamenta en una concepción integral de la persona humana, de su dignidad, de sus derechos y de sus deberes” (COLOMBIA.PLAN NACIONAL DE EDUCACION EN DERECHOS HUMANOS 2006-2014, p 32).

Entende-se “Otros proyectos del Ministerio de Educación Nacional que asumen la construcción de ciudadanía desde las instituciones educativas son el modelo de Escuela Nueva y el Proyecto de Educación Rural (PER)” (COLOMBIA.PLAN NACIONAL DE EDUCACION EN DERECHOS HUMANOS 2006-2014, p. 42).

Esta Lei 115 de 1994 representa “un marco normativo general para el servicio público que es la educación pero no el derecho a la educación, cuyo alcance respecto a la Educación de Derechos Humanos resulta todavía insuficiente (COMISION COLOMBIANA DE JURISTAS APUD COLOMBIA.PLAN NACIONAL DE EDUCACION EN DERECHOS HUMANOS 2006-2014, p. 53).

Modelos de educação na Colômbia:

Há na Colômbia os modelos de educação flexíveis: o Modelo de Escola Nova, criado pelo Ministério de Educação da Colômbia em 1975 promove o atendimento das necessidades educativas da população da área rural. (COLOMBIA.PLAN NACIONAL DE EDUCACION EN DERECHOS HUMANOS 2006-2014, p.42).

A Escola Nova apesar de melhor os resultados em provas e evitar a evasão escolar, tem diminuído o número das matriculas desde 2007 provavelmente por fatores demográficos. (MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL, 2014b, apud COMPARTIR-FEDESARROLLO, 2015, p.8).

Integra los saberes previos de los alumnos a las experiencias nuevas de aprendizaje, mejorando su rendimiento y, lo más importante, “aprendiendo a aprender” por sí mismos. Propicia un aprendizaje activo, participativo y cooperativo, desarrolla capacidades de pensamiento analítico, creativo e investigativo, valora al alumno como el centro del aprendizaje y acorde a su ritmo de trabajo tiene la oportunidad de avanzar de un grado a otro a través de la promoción flexible y ofrece continuidad del proceso educativo en caso de ausencias temporales a la escuela (COLOMBIA, MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL PORTAFOLIO DE MODELOS EDUCATIVOS, 2014, p.13).

Não ter a oportunidade de continuar estudando na sua região faz com que as pessoas se desloquem a outras cidades, gerem mais cordões de miséria nas cidades principais da Colômbia e acabem esses jovens sem estudo, sem trabalho, se envolvendo em recrutamento de grupos armados ilegais.

Outro modelo flexível de educação, o que se conhece como ‘Postprimaria’, está sendo implementado para:

Niños, niñas con edades de 12 a 17 años, instituciones que ofrecen: universidad de Pamplona, Comité de Cafeteros de Caldas, el Plan de Universalización de la Educación Básica Primaria, cofinanciado por el Banco Mundial y desarrollado en 1989, fortaleció la educación básica primaria rural hasta quinto grado, y si bien significó un progreso extraordinario en el ámbito educativo, también generó gran expectativa en los alumnos frente a la necesidad de continuar sus estudios de sexto a noveno grado. **Las condiciones de accesibilidad a la básica secundaria en el área rural eran limitadas, las ofertas existentes no siempre desarrollaban metodología flexibles, trabajando currículos poco pertinentes a la realidad local, de forma que la escuela no era significativa para los padres de familia, quienes sólo consideraban importante el avance de sus hijos en lectura y escritura.** A la vez, enviar los niños y jóvenes a la cabecera municipal significaba correr riesgos innecesarios, implicando altos costos y alejarlos de la comunidad, las familias no estaban dispuestas a asumirlos, además, significaba perder un potencial económico para la familia (MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL,

PORTAFOLIO DE MODELOS EDUCATIVOS 2014, p.18-19). (Grifo nosso)

Se não trabalhamos com o currículo próprio para cada região, com enfoque diferencial, e a escola não seja criativa para incentivar aos adolescentes a permanecer no campo os adolescentes continuarão indo para as cidades, sem condições para trabalhar ou estudar e as fontes de trabalho, ficarão sem mão de obra.

Educação campesina

De cada 100 estudantes nas áreas urbanas, 82 finalizam o ensino médio (MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL, 2010, citado por FEDESARROLLO, 2011, p 13).

O Ministério de Educação Nacional (2013) no sistema educativo rural deve ser encaminhada a “reincorporación social y educativa de los niños y jovenes rurales en situación de desplazamiento, los efectos por el conflicto armado” (FEDESARROLLO,2014, p.28) que devem ser analisadas com:

Novas práticas podem ser pensadas e produzidas nos currículos das instituições educativas, admitido que os significados expressos nas representações não são fixos e estáveis, mas flutuantes e indeterminados, nessa linha, o currículo pode se transformar numa luta de representação, na qual (os significados) podem ser redefinidos, questionados, disputados (...) (SILVA 2003b, p. 201 apud FILHA, p. 332).

Apesar dos importantes esforços do governo, e investimentos para fechar o ciclo educativo nas zonas rurais ainda tem sido uma luta constante, uma pauta em todos os governos para evitar o abandono escolar (entrega de subsídios pertencentes ao nível 1 do SISBEN)²⁵ Porém, o Banco Mundial (2008 apud FEDESARROLLO, 2014, p. 11) enxerga esse setor com baixa qualidade e pouca relevância nas aprendizagens.

A população rural na Colômbia representa quase 25 por cento da população total do país (11,2 milhões de pessoas), e suas taxas de analfabetismos, para a população de até 15 anos supera

²⁵Sistema de identificação e classificação de potenciais beneficiários para programas sociais para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos junto com o programa conhecido como Famílias em Ação, representadas em “2,9 milhões de famílias beneficentes dando assistência escolar a população rural de 12 a 17 anos”(Defensoria del Pueblo, 2014).

três vezes a média nacional”. (SARMIENTO, 2010 apud FEDESARROLLO 2014, P 13).

El Servicio Educativo Rural – SER, desarrollado por la Universidad Católica de Oriente es una propuesta de investigación dirigida a asegurar una educación de calidad, articulando los procesos educativos formales, no formales e informales, parte de una reconceptualización de la educación con sentido de pertinencia acorde a las condiciones rurales del país, de una fundamentación pedagógica y antropológica y un ideal filosófico educativo, apropiado, apropiable, reconocible científica y culturalmente, flexible, participativo y abierto, en donde los estudiantes tienen un reconocimiento de sus saberes previos. (COLOMBIA.MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL PORTAFOLIO DE MODELOS EDUCATIVOS, 2014, p. 30-31).

Ao longo do tempo, foram sendo ampliadas as iniciativas, em área de educação com melhoras dos Projetos de Educação Rural (PER), somados aos componentes do programa da Escola Nova para a dinâmica do ensino no campo na Colômbia. Esta Escola Nova é uma “referência internacional para o melhoramento da educação básica rural” (FAO²⁶, 2004 apud FEDESARROLLO 2014, p. 13).

O Ministério de Educação tem desenvolvido para as populações do campo em cidades como Cauca, Santander, Risaralda, Tolima o programa de aprendizagem que se desenvolve com o nome de ‘Aprendizaje Tutorial’.

Aprendizaje Tutorial se desarrolla actualmente en 19 departamentos del país con el apoyo del Proyecto de Educación Rural del Ministerio de Educación, de las gobernaciones, municipios y de Organizaciones No Gubernamentales, esta propuesta tiene que ver con una educación” formal desescolarizada y dirigida a jóvenes y adultos para continuar su educación básica secundaria y educación media en el área rural sin abandonar sus actividades productivas ni sus comunidades.(COLOMBIA.MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN NACIONAL PORTAFOLIO DE MODELOS EDUCATIVOS, 2014, p. 41,43).

Em termos gerais, os esforços, por melhora do alfabetismo e aumento da escolaridade na Colômbia tem avançado. As cifras são valorizadas pelas diferentes entidades nacionais e internacionais, sendo necessário ainda, percorrer uma trilha que perpassa o conflito armado existente em muitos Departamentos, que tem levado a evasão escolar por causa dos combates ou ocupação das escolas²⁷.

²⁶FAO presente em mais de 130 países, tem por objetivo aumentar a capacidade da comunidade internacional para de forma eficaz e coordenada ganhar a batalha contra a fome, desnutrição, e pobreza rural.

²⁷A *Defensoria del Pueblo* e COALICO no primeiro semestre 2014, registraram 126 eventos em Antioquia, Arauca, Atlántico, Cauca, Córdoba, La Guajira, Meta, Putumayo y Valle del Cauca “[,,] 12 casos de escolas

Existem dois milhões de pessoas analfabetas localizadas nas zonas rurais, sendo difícil para o país conseguir alcançar em 2015 os objetivos do desenvolvimento do Milênio, em 2015, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias educativas adaptadas as diferentes regiões da Colômbia. (MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL, 2010 apud FEDESARROLLO 2014, p. 15)

No âmbito nacional, a Constituição da Colômbia com os artigos 42 (direito à família); art. 43 (direito à mulher); art. 44 (direitos à infância); artigo 45 (direitos aos adolescentes) e sendo declarada a educação como um processo que deve ser acessível a todos, com conteúdos relevantes para o desenvolvimento humano e à democracia capaz de integrar as famílias ao sistema escolar, traduz-se como um elemento de responsabilidade e co-responsabilidade.

Pais/mães e responsáveis precisam se envolver com as práticas pedagógicas e ter a possibilidade de optar, opinar e propor estratégias conjuntas para garantir o êxito das propostas educativas adotadas pela instituição [...]. O processo de reconhecimento pede aos/as profissionais das instituições educativas que se deem a conhecer às famílias. Isso implica estar aberto/a às críticas, visando estruturar o diálogo, processo que não é unilateral. As instituições precisam aprender a linguagem da família. As famílias, por sua vez, precisam aprender a linguagem da escola. Lideranças comunitárias podem ser interlocutoras eficientes para “traduzir” e intermediar a comunicação entre a linguagem da escola (principalmente a burocrática) e a linguagem coloquial e cotidiana. (FILHA, 2012, p.327-328).

Para o governo colombiano o Plano decenal de educação (2006-2016) da Colômbia é:

Un pacto social por el derecho a la educación con la finalidad de servir de ruta y horizonte para el desarrollo educativo y como referente obligatorio de planeación para todos los gobiernos e instituciones educativas y políticas al alrededor de la defensa de la educación, siendo como derecho fundamental. Siendo uno de los desafíos la educación en y para la paz, la convivencia y aplicación de políticas públicas basadas en enfoque de derechos y deberes. (COLOMBIA.PLAN NACIONAL DE EDUCACION EN DERECHOS HUMANOS 2006-2014, p. 33).

Dentro dos programas que desenvolve o Ministério de Educação da Colômbia, conhecida como programa de educación continuada CAFAM:

Las personas con edades de 13 años y más que no han ingresado a ningún grado del ciclo de básica primaria o hayan cursado como máximo los tres primeros años. Las personas

danadas por fogo cruzado, minas e explosivos de guerra, assim como 11 casos de seu uso militar por partes no conflito. As forças armadas descobriram em maio 76 garrafas de gás guardadas pelas FARC -EP numa escola[.]

con edades de 15 años o más que hayan finalizado el ciclo de educación básica primaria y demuestren que han estado por fuera del servicio público formal dos años o más. La primera de acción inmediata incluye alfabetización y básica primaria, la segunda, a mediano plazo, abarca básica secundaria, y la tercera, a largo plazo, que comprende la educación media. (COLOMBIA.MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL. PORTAFOLIO DE MODELOS EDUCATIVOS, 2014, p.36-37).

Método de aprendizagem acelerado:

Dentro dos modelos pedagógicos flexíveis do Ministério da Educação da Colômbia (2004)²⁸ a fim de abranger a “población victima de desplazamiento forzado, perteneciente a las zonas rurales dispersas o zonas urbanas marginales, com altos indicadores de pobreza”, com maiores índices de vulnerabilidade (FUNDACIÓN INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA CONCEPTUAL-ALBERTO MERANI.GUIA DOCENTE.MODELO EDUCATIVO ACELERACION DE APRENDIZAJE.MINISTERIO DE EDUCACION DE COLOMBIA, 2010, p.7).

Nesse sentido, coloca-se necessário para a *Defensoria del Pueblo* a proteção deste grupo vulnerável, conforme documentos oficiais:

Acordar mecanismos de justicia restaurativa para avanzar en procesos de pedagogía social que permitan a las comunidades receptoras de los ex-combatientes así como dos niños, niñas y adolescentes desvinculados participen en las formulaciones de acciones reparadoras, respetuosas y constructivas a través de los modelos de pedagogía social [...] que no se restrinjan la educación técnica y los emprendimientos, si no que puedan estar en el marco del desarrollo cultural, deportivos y artístico. (DEFENSORIA DEL PUEBLO- COALICO-UNICEF ,2014, p.151).

Se o direito à educação deve ser fortalecido não só no plano técnico, senão também, há que se alterar a dinâmica da região para seu desenvolvimento cultural, artístico, educacional, esportivo, acesso a terra em concordância com o tipo de cultivo de cada lugar (DEFENSORIA DEL PUEBLO- COALICO-UNICEF, 2014, p.151).

A Corte Constitucional constatou que a violência gerada no conflito armado afeta de maneira diferencial às mulheres:

También ha resaltado esta Corporación que, por las circunstancias que rodean el desplazamiento interno, las personas –en su mayor parte mujeres cabeza de familia,

²⁸ Mas informações, Disponível em:> <http://www.mineduacion.gov.co/1759/w3-article-340087.html>> Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

niños y personas de la tercera edad que se ven obligadas “a abandonar intempestivamente su lugar de residencia y sus actividades económicas habituales, debiendo migrar a otro lugar dentro de las fronteras del territorio nacional”[26] para huir de la violencia generada por el conflicto armado interno y por el desconocimiento sistemático de los derechos humanos o del derecho internacional humanitario, quedan expuestas a un nivel mucho mayor de vulnerabilidad[27], que implica una violación grave, masiva y sistemática de sus derechos fundamentales[28] y, por lo mismo, amerita el otorgamiento de una especial atención por las autoridades(COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL, AUTO COMPLEMENTAR 092 de 2008,p.7).

A autoridade jurisprudencial da Colômbia explica acerca dos efeitos do deslocamento como consequência do conflito armado, conforme a seguir:

Los motivos y las manifestaciones de esta vulnerabilidad acentuada han sido caracterizados por la Corte desde diversas perspectivas. Así, por ejemplo, en la sentencia T-602 de 2003 se precisaron los efectos nocivos de los reasentamientos que provoca el desplazamiento forzado interno dentro de los que se destacan “(i) la pérdida de la tierra y de la vivienda, (ii) el desempleo, (iii) la pérdida del hogar, (iv) la marginación, (v) el incremento de la enfermedad y de la mortalidad, (vi) la inseguridad alimentaria, (vii) la pérdida del acceso a la propiedad entre comuneros, y (viii) la desarticulación social.”, así como el empobrecimiento y el deterioro acelerado de las condiciones de vida. Por otra parte, en la sentencia T-721 de 2003 (i) se señaló que la vulnerabilidad de los desplazados es reforzada por su proveniencia rural y (ii) **se explicó el alcance de las repercusiones psicológicas que surte el desplazamiento y se subrayó la necesidad de incorporar una perspectiva de género en el tratamiento de este problema, por la especial fuerza con la que afecta a las mujeres.** (Grifo é nosso) (COLOMBIA. CORTE CONSTITUCIONAL, auto complementar 092 de 2008, p.7)

Enquanto aos desvinculados dos grupos armados ilegais, a lei 418 de 1997, modificada pela lei 782 de 2002, estabeleceu como:

El Instituto Colombiano de Bienestar Familiar diseñará y ejecutará un programa especial de protección para la asistencia de todos los casos de menores de edad que hayan tomado parte en las hostilidades o hayan sido víctimas de la violencia política, en el marco del conflicto armado interno [...] (lei 782 de 2002).

Políticas públicas de gênero para mulheres e meninas na Colômbia

A política pública deve permitir a presença de todos os enfoques, para assim conceder o atendimento a todos os meninos, meninas e adolescentes e “atendidos em suas necessidades e circunstâncias específicas por gênero, idade, etnia, nível de educação, incapacidade o qualquer variável relevante segundo o contexto” (POLITICA, INFANCIA Y ADOLESCENCIA EN BOGOTÁ, 2011, p.26).

Para entender o que representa essa circunstância específica, o Dicionário Feminino da

Infância (2015) reafirma o conceito de gênero, conhecido internacionalmente e defendido pela necessidade de sua aplicação em diversos contextos sociais e políticos para mulheres e meninas:

É uma construção sociológica relativamente recente [...] Gênero deve ser entendido em uma perspectiva relacional, em que masculinidade e feminidade resultam de processo de aprendizagem diversos para homens e mulheres, não apenas em funções anatômico fisiológicas, mas também por padrões sociais e culturais que definem fronteiras simbólicas entre masculino e feminino, entre ser homem e ser mulher [...](PITANGUY DE ROMANI IN : FLEUXY-TEIXEIRA (Org), 2015, p.42).

Além do interesse superior da criança, as políticas públicas devem inclinar-se também pela incorporação desse grupo populacional que são os meninos, as meninas e adolescentes que estiveram em situação de conflito na Colômbia. Para a infância, o enfoque é de proteção, para a adolescência é de participação, visando estruturar esses grupos não como “objeto de desarrollo si no como sujetos estratégicos de desarrollo” (PROCURADURIA GENERAL DE LA NACION-UNICEF, 2006, p.154).

Na Constituição da Colômbia, no artigo dois, os fins do Estado encontram-se em: “servir a las comunidades, promover la prosperidad general, garantizar la efectividad de los principios, derechos y deberes; facilitar la participación de todos en las decisiones que los afectan en la vida económica, política, administrativa y cultural da Nação [...]”.

Com a Ordenanza 028 de 2010, a Política Pública da Mulher e Equidade de Gêneros em Santander, apresentam-se com o Plano Decenal de Igualdade de oportunidades 2010-2019, 82 acciones y siendo los principios de la política pública de la mujer y de género sustentada em los principios de igualdad, equidad de género, justicia retributiva, corresponsabilidad, diversidad y valoración de éticas de las diferencias”. (SANTANDER.GOBERNACIÓN DE SANTANDER, 2010-2019, p.5, 9).

Na faixa etária entre 15 a 24 anos, o analfabetismo constitui “la transmisión intergeracional de la pobreza en recursos, capacidades y oportunidades” (SANTANDER.GOBERNACIÓN DE SANTANDER, 2010-2019, p.17), apontando que o governo departamental tem como desafio superar a “deserción escolar en la primaria, de personas de la región de Santander, situaciones que son acentuadas en el ámbito rural.” (SANTANDER.GOBERNACIÓN DE SANTANDER, 2010-2019, p.18).

Atendendo aos acordos internacionais, o Departamento de Santander está realizando em

conta os três Objetivos do Milênio (ODM) como é: “la promoción de igualdad entre los géneros la autonomía de la mujer” comprendiendo que seja aplicável para as meninas das cidades e as meninas que moram no campo, observando o compromisso universal da educação do ensino fundamental (SANTANDER.GOBERNACIÓN DE SANTANDER, 2010-2019, p.18)

O Marco Departamental de Santander, enquanto direitos para as mulheres, por intermédio do Decreto 03 de 2010, regulamenta o Conselho Consultivo de Mulheres; pela Ordenanza 032 de 2009, “crea la estructura el Consejo Consultivo de mujeres”; Ordenanza 050 de 2007 da Asamblea Departamental determina acciones sobre la prevención y atención a las violencias de género”. (SANTANDER.GOBERNACIÓN DE SANTANDER, 2010-2019. p.66).

Entretanto, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura na Colômbia em palavras de HANSEN (2010, p. 2)²⁹ afirma que:” se reconoce que 70% de las personas son mujeres, que existen pocas oportunidades de empleo, de educación, de acceso a las tierras y al crédito, siendo el conflicto armado la causa de las inequidades”.

Política de atenção a vítimas no conflito armado

O conflito armado “impacta vários âmbitos como a seguridad alimentar, nutricional, a situación de las mujeres rurales, el medio ambiente, a su supervivencia familiar, cualidad de vida y desplazamiento, también dificultad de acceso al agua”. (CICR: Informe de la unidad de agua y Habitat apud COLOMBIA.ALTA CONSEJERÍA PRESIDENCIAL PARA LA EQUIDAD DE LA MUJER, 2012, p 40).

Dentro das dificuldades que têm a mulher no conflito armado, a Corte Constitucional estabeleceu:

[...] y especialmente en procesos directos con las mujeres en situación de desplazamiento forzado, los efectos del conflicto armado en sus vidas, las consecuencias del desplazamiento, su impacto diferencial y, sobre todo su reconocimiento como sujetos de derechos.

el fallo es un llamado para que las mujeres reconsideren la importancia de su participación social y política, su cualificación organizativa y la valoración de la democracia participativa como uno de los escenarios posibles para generar

²⁹Foro: “mujer rural en Colombia, retos y compromisos” Bogotá, Colombia – 18 de noviembre de 2010.Christopher Hansen

transformaciones esenciales en la toma de decisiones, así como de las graves implicaciones que tienen para ellas la inclusión de formas autoritarias de ejercicio del poder en una sociedad patriarcal que las oprime y las subordina, dominándolas en sus cuerpos y en sus vidas. (COLOMBIA.CORTE CONSTITUCIONAL Auto 092 de 2008, p.166).

Durante os últimos tempos os estudos realizados centraram-se na teoria de que a violência crônica é a que vai contribuir para manter os países em situação de pobreza.

Manifestaram-se que: “de esta forma para traer equidad y paz es necesario transformar radicalmente en 20 años, una nueva generación en Colombia sin la presencia de una violencia y de un Estado ausente o débil”. (Bonilla (2009), Montenegro e Posada (1995), Rubio (1999) e Montenegro, Posada e Piraquive (2000) apud VERSION DE DISCUSION DEL CONSEJO NACIONAL DE PLANEAMIENTO DNP 2014-2018, p.5).

Nas diretrizes da política pública para a prevenção dos riscos, assim como para a proteção dos direitos das vítimas do conflito armado, é necessário ações que permitam às mulheres vítimas superar as dificuldades da inclusão. O Governo reconhece que existem três eixos problemáticos, identificados para as mulheres vítimas de conflitos armados:

(i) el aumento de situaciones de vulnerabilidad y riesgo para las mujeres en zonas de influencia de grupos armados organizados al margen de la ley GAOML; (ii) o desconocimiento de las mujeres víctimas o en riesgo de ser como titulares de derechos en los entornos y prácticas socioculturales; e (iii) la persistencia de barreras de acceso para la asistencia, atención y reparación integral de los derechos de las mujeres, a nivel nacional y territorial, sin una observación a sus necesidades particulares (COLOMBIA. CONPES 3784, 2013, p 17)

A complexidade de um conflito armado leva a estar realizando quantificação dos resultados como a medição dos impactos, dos planos nacional de vítimas assim como a lei 1448 de 2011, como a contabilização de desalojamento e desvinculação dos grupos armados ilegais apresentando-se desde “19 de noviembre de 1999 hasta el 31 de marzo de 2012, el Programa de Atención especializada de niños, niñas y adolescentes desvinculados de los Grupos Armados al margen de la ley (GAOML) un total de 4.868, de estos un 17% fueron entregadas por parte de las Fuerzas del Estado, 83% dejaron voluntariamente³⁰. De las FARC-EP, 59% de las, AUC con 22 % y del ELN con 15%”.(COLOMBIA. CONPES 3726, 2012, p.15).

³⁰“A Corte Constitucional expressou que a vontade do menino ou a menina vítima deste delito joga um rol juridicamente inexistente. O caráter voluntario do recrutamento é aparente”. Auto 251 de 2008 apud CONPES 3726 DE 2012

No quarto Relatório de Seguimento CONPES Social 161, estabelece-se as ações afirmativas que “tienen a ver con las políticas públicas nacionales de equidad de género, para que a través de las que sean sociabilizadas y valoradas las contrataciones femeninas, mujeres mayores de 40, mujeres víctimas de la violencia, y jóvenes menores de los 28 años, entre otros, con el marco jurídico de la ley 1429 de 2010 y el Decreto 2733 de 2012 este último otorga incentivos tributarios a las empresas contratantes” (COLOMBIA.CUARTO INFORME DE SEGUIMIENTO CONPES SOCIAL 161,2013, p.19).

O Sistema Nacional de Direitos Humanos em 2014 elaborou a:

Estratégia Nacional de Direitos Humanos incorporando enfoque de gênero, igualdade, não discriminação e respeito pelas identidades, DIH e conflito armado, construção de Paz”. “Incorporando ações específicas aos grupos populacionais respetivos para ter o gozo efetivo dos direitos das mulheres, com o fundamento teórico da transversalização do gênero na política pública da equidade e sendo assim mesmo mais visíveis as mulheres” (COLOMBIA.CUARTO INFORME DE SEGUIMIENTO CONPES SOCIAL 161,2013, p. 40).

O país ainda não está sensibilizado às ações afirmativas apontadas anteriormente. O governo colombiano vem implementando estratégias, ações para oportunizar que a equidade de gênero em todos os âmbitos sociais e políticos da Colômbia.

Dentro do CONPES, a política a fim de garantir uma vida sem violências para a mulher, quer:

Para alcanzar dicho objetivo ha definido a partir de los ejes priorizados, una serie de estrategias interconectadas entre sí, que apuntan a garantizar el pleno goce de los derechos de las mujeres. Las estrategias definidas son: la plena participación en el mercado laboral con igualdad de oportunidades; la conciliación de la vida familiar y laboral; la protección de los derechos de las mujeres en riesgo o víctimas de desplazamiento forzado y otras violencias contra las mujeres en el marco del conflicto armado; el reconocimiento y fortalecimiento de la participación y sus organizaciones en la construcción de la paz; el fomento a la participación en instancias de poder y toma de decisiones; las garantías en todo su ciclo vital del enfoque diferencial[...].(COLOMBIA.ALTA CONSEJERIA PRESIDENCIAL PARA LA EQUIDAD DE LA MUJER 2012, p.7)

O reconhecimento destas estratégias em concordância com cada região permitirá o gozo dos direitos das mulheres e a garantia constitucional que não serão mais vítimas nem pessoas invisíveis para a sociedade e para o Estado.

E para isso o conflito armado deve ser estudado no impacto que representa para a mulher:

El conflicto armado en Colombia tiene un impacto diferencial sobre las mujeres, derivado de la discriminación histórica que las afecta, colocándolas en una situación de especial vulnerabilidad. Así mismo, durante un conflicto armado, se agudizan otras formas de discriminación por etnia, estrato socioeconómico o zona geográfica, el cruce de estas discriminaciones agrava de manera especial la situación de las mujeres indígenas, afrocolombianas, negras, palenqueras, campesinas, con discapacidad y de las más pobres. (COLOMBIA. ALTA CONSEJERIA PRESIDENCIAL PARA LA EQUIDAD DE LA MUJER, 2012, p.20).

Política de reintegração: educação

Para o ICBF no atendimento para os jovens ex -guerrilheiros abaixo dos dezoito anos conta com três fases:

a. hogares transitorios que están encargados de recibimiento del joven y durante un periodo inferior a 45 días; b. los centros de atención especializada se encargan del proceso de inserción social y de la garantía de los derechos para un periodo de 8 a 12 meses; c. casas juveniles se encargan de preparar al joven para la sociedad. (MORA, 2011, p 44).

O programa mantém a ideia da inserção social através do lineamento técnico administrativo para a “atención de las personas menores de dieciocho con acciones de programa en un medio institucional que protege niños en diferentes fases de atención “(ICBF, 2003 apud COLOMBIA.ICBF LINEAMIENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2016, p.64-66).

A lei 7ª de 1979, estabeleceu o Sistema Nacional de Bem-estar Familiar (SNBF), esse órgão prestava atendimento total ou parcial de todas as entidades públicas e privadas com prestação de serviços à primeira infância de 0 a 5 anos. Em 1982 o ICBF estabeleceu como serviço público do Estado, implementando seus serviços entre 1984-1985, conforme aos objetivos do seu Plano de Desenvolvimento Econômico e Social através dos programas de proteção às pessoas com idade abaixo dos dezoito anos, à família, às comunidades indígenas, etc. (MATAMOROS, 2009, p.140).

Logo, com a lei n.75 de 1968 que criou o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, indicou que as empresas públicas e privadas deveriam destinar recursos para o atendimento de meninos, meninas com idade abaixo dos 7 anos. O Estado desta maneira resolvia o problema das empresas com a falta de creches para os filhos das suas empregadas. Já que era motivo de reclamação por parte delas. (MATAMOROS, 2009, p. 209)

O ICBF afirma que para a atenção dos meninos desvinculados contém: “uma reflexão

política e jurídica que marca os princípios de ação do Programa em geral, a definição da proteção dos meninos em um médio institucional e as especificações técnicas que as instituições deviam continuar em cada fase de atenção institucional (ICBF 2003, apud MORA, 2011, p.46)

O Instituto de Bem-Estar observa que para os meninos, meninas e jovens que “seus direitos têm sido vulnerados, para restituir e garantir se concretizaram com um conjunto de ações com famílias, comunidade e o Estado (ICBF, 2003, p.9 apud MORA, 2011, p. 66).

Outras críticas que recebem os programas de reintegração às sociedades para os jovens com idades abaixo dos dezoito anos são sobre o pouco conhecimento sobre o papel do jovem na sociedade como sujeito de direito após um recrutamento em relação à identidade gerando uma limitada oferta institucional em educação (Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2014, p.22).

O conjunto com ações e participação das famílias, comunidades e o Estado é importante. Mas as críticas aos programas de reinserção estão em relação a sua oferta educativa que tem sido pouca e longe das regiões, ou dos interesses dos seus participantes, situações que se persistem no tempo, vai dificultar sua inclusão, sua participação na construção de novos modelos mais dinâmicos e efetivos de educação.

Segundo o CONPES 3554, existem ainda problemas para dar qualidade na educação de para aqueles que se desvincularam, e tentam se reintegrar à sociedade por causa dos problemas de infraestrutura, dotação escolar, capacitação dos docentes, e articulação entre os serviços de educação e os projetos educativos institucionais (COLOMBIA.CONPES 3554, 2008, p. 22).

A Corte Constitucional estabelece que a finalidade dos ex-combatentes abaixo dos dezoito anos, “deve estar orientado a ser (re) socializadora, rehabilitadora, educativa y protetora, con fundamento en el art. 39 de la Convención del Niño (COLOMBIA. CORTE CONSTITUCIONAL. Sentencia C-203 de 2005, p. 91 apud CENTRO INTERNACIONAL PARA LA JUSTICIA TRANSICIONAL 2014, p.39).

A ressocialização real e efetiva vai ser aquela que a sociedade e o Estado plasme em ferramentas efetivas de educação, trabalho, créditos e chances de realizar seus novos projetos de vida, com políticas sociais em cada região que teve o impacto do conflito armado.

Política rural para mulheres

A população rural na Colômbia, está composta por “campesinos pobres, pequenos, medianos y algunos grandes propietarios, pescadores, artesanos, personas dedicadas a actividades mineras, indígenas y parte de las comunidades de negros” (PEREZ E PEREZ apud CASTAÑO, 2007, p.52)

A Política para as mulheres campesinas vem sendo desenvolvida desde 1989, sendo que ainda não foi suficiente para tratar da “problemática agrária ni con la cultura patriarcal que caracterizan a la sociedad colombiana”. Em 1994 formulou-se a Política Pública para o desenvolvimento da Mulher Rural (SAAVEDRA, 2010, p.1).

SAAVEDRA, afirma que a legislação sobre terras para as mulheres, na Colômbia:

En ley 60 de 1994, la titularidad de las mujeres jefes de hogar, mujeres víctimas de la violencia consideradas en estado de desprotección; y con la ley 30/1998 establece la titulación a mujeres campesinas mayores de 16 años, pero no se tiene evidencias de la eficiencia de la aplicabilidad de la ley ni el alcance obtenido. (SAAVEDRA, 2010, p.1).

No tocante ao campo este deve ser ratificado como parte ativa da solução ao problema de vulnerabilidade, desigualdade em propostas claras, possíveis, abrangentes. A visibilidade da mulher, das adolescentes no campo é necessária para impulsar e promover créditos, de caráter especial, a titularidade de terras, a participação nos protocolos de monitoramento, avaliação das políticas públicas de paz e de pós-conflito.

4 Pesquisa de campo em Bucaramanga, Santander, Colômbia: análises das entrevistas

Nesta seção apresentam-se análises de conteúdo a partir de entrevistas com oito professores da escola pública sendo: dois professores de matemáticas, ambos pertencentes à escola pública e duas professoras de língua castelhana e dois professores universitários: (um coordenador de mestrado em direitos humanos de universidade pública, uma professora da universidade privada). E dois gestores da escola pública.

Os professores foram eleitos por representarem a presença atuante do sistema educativo na cidade, através da escola pública, universidade pública e particular. Na entrevista com os professores da escola pública, quem participou foram aqueles que tinham interesse de serem prestativos com este trabalho de campo, não foram escolhidos pela escola. No caso do professor da Universidade Pública, foi escolhido por ser o coordenador do mestrado em Direitos Humanos, e a professora da universidade privada, por trabalhar para o curso de direito e contar com ela foi importante, pelas contribuições que está fazendo na área de vitimologia na universidade particular.

As falas resultantes das entrevistas realizadas, aqui citadas, estão traduzidas livremente ao português, para que possam ser compreendida pelo leitor, e permita o acompanhamento a se desencadear com os autores que queiram apresentar em nossa discussão.

Para identificação dos entrevistados elaborou-se um controle facilitador G1 e G2 para gestores, P1, P2, P3, P4, P5 e P6 para professores da escola pública e universidades pública e particular.

Nas universidades pública e particular, as entrevistas foram realizadas em ambientes bem mais tranquilos, confortáveis, sem barulho, com horários agendados proporcionando respostas mais elaboradas por parte dos entrevistados.

Contudo tanto os professores do ensino médio de escola pública, como os professores das universidades sempre demonstraram sentir-se a vontade para responder os questionários.

Sobre os gestores e professores da escola pública

Os professores do ensino médio da escola pública de ensino médio público que participaram da entrevista são licenciados em áreas específicas, sendo suas especializações voltadas para a didática, pedagogia, educação para o campo. Apenas dois dos professores da escola pública, possui mestrado.

As entrevistas realizadas na escola pública, foram realizadas na sala dos professores de matemáticas, sala de professores de língua castelhana, e na sala dos gestores, em horários de intervalos entre as aulas, onde por vezes, o barulho do recreio, dificultou que eles respondessem imediatamente.

Os professores da escola pública estavam sentados à minha frente com olhar sério, atento as minhas perguntas.

Sobre o professor da universidade pública

O professor universitário é licenciado, com mestrado em História da Universidade Industrial de Santander, capacitado em direitos humanos e restituição em conflitos, história do direito colombiano.

Sobre o professor da universidade particular

Coordenadora do Instituto de vitimiologia, advogada *Cum Laudem*, especialista em direito administrativo e mestre em direito com ênfase em direito penal como professora universitária seis anos, capacitada em gestão curricular, mestre em reconciliação.

As entrevistas planejadas para o mês de setembro/2016 aos agentes educadores que trabalham para o ICBF e às meninas abaixo dos dezoito anos, que se encontram sob cuidado e proteção do ICBF, não foram realizadas, apesar de ter sido preenchida e enviada uma ficha ao funcionário indicado pelo ICBF, já que esse órgão não deu resposta à solicitação de entrevista,

mesmo durante a época em que me encontrava na cidade de Bucaramanga para esse fim, desconhecendo que se apresentou alguma dificuldade de ordem logística ou jurídica para serem autorizadas.

Categorias de análise – Núcleos de sentidos

Para analisarmos o conteúdo das entrevistas, elegemos as seguintes categorias: A paz e os direitos humanos, gênero, educação no campo e educação inclusiva, conforme a "descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado" (De Sousa, 2010, p.34).

A partir da categorização constata-se como as condições subjetivas relativas à dinâmica que representa a política e seu processo de plebiscito para legalizar o acordo de paz, deu condições de um país polarizado.

Sendo as categorias usadas de direitos humanos pela intersecção que representam; uma segunda categoria com gênero onde as reflexões, permitem ver que as necessidades, deficiências das meninas adolescentes têm como uma das características desta classificação.

Enquanto a categoria que se chama educação no campo permite analisar que se precisa de uma educação diferenciada para ter qualidade e abrangente nos espaços que foram ocupadas pela violência do conflito armado.

Para finalizar a classificação feita pesquisa de campo: inclusão que representa um dos desafios do pós-conflito porque poderia ser um dos elementos que ajudaria a uma sociedade com cidadãos mais tolerantes, democráticos e com capacidade de começar a mudar estereótipos, estigmas, de uma sociedade que talvez acostumou-se à não solucionar seus conflitos.

As categorias analíticas para “além de colaborar no amadurecimento do objeto e na delimitação do problema, orientar os estudos bibliográficos e de campo” (DE SOUSA, 2010,

p.36).

O mesmo autor antes sinaliza que essas categorias analíticas, delimitadas enquanto palavras-chave, traduzem os pilares da e para a reflexão conceitual, tanto no trato com a literatura quanto no contato com os dados de campo. (DE SOUSA, 2010, p.37)

No campo empírico, foram delimitadas categorias empíricas à seleção, organização e sistematização dos saberes escolares, como unidades de codificação que respondem a um movimento dos dados do campo em relação às categorias analíticas. Como veremos, estas sintetizam unidades de contexto e de registro que apreendem a dinâmica do objeto de estudo na realidade empírica.

A unidade de contexto, que contribuirá para as análises das falas de nossos entrevistados é uma ferramenta como aponta Bardin para servir de:

Unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo. São óptimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo[...] (BARDIN, 1977, p.107).

Categoria: A Paz e Direitos Humanos

No conflito armado interno mais longo da América Latina se ressalta a importância da desvinculação das crianças e adolescentes, para que nosso olhar seja atento e com estratégias certas de inclusão à sociedade na Colômbia Rural. A importância de nosso olhar das estratégias certas de inclusão das meninas, adolescentes desmobilizadas da guerrilha, vai permitir como afirma o Alto Comissariado para a Colômbia, [...] que una paz sostenible se alcanzaría a través de cambios estructurales desde una perspectiva de derechos, enfocados en mejorar la vida de aquellos afectados por el conflicto (NACIONES UNIDAS.ACNUDH, 2015, p. 4).

E para falar de paz, gestor da escola pública G2, que leciona no ensino médio, dentro da pergunta: **Qual é a sua visão sobre o papel da sociedade na educação com o final do conflito armado?** Coloca-nos o que para ele representa o início da paz:

[...] A sociedade deve ter um sistema de inclusão em todos os âmbitos para que todos tenham as mesmas oportunidades, todas as pessoas se integrem, com as mesmas oportunidades para todos, é por aí que começa a paz. (G2)

Por outro lado também para o Gestor G2 da escola pública, de ensino médio, pensa que a paz representa um trabalho em conjunto fazendo cada um sua parte ao responder a pergunta: **Qual o seu sentimento diante da possibilidade de reconstrução da Colômbia e suas regiões com o processo de paz estabelecido?**

Penso que a paz começa com cada um de nós, a paz é interna, de família, do trabalho. Todos temos a chance de ir até o fim para procurar os mesmos objetivos e fazer desta sociedade a mais justa, cada um fazendo do seu próprio trabalho o mais eficiente, de acordo ao que cada um faz. (G2)

Para a professora da Universidade particular:

É preciso trabalhar com o pós-conflito e com o pós-acordo da qualificação do adolescente e a formação para os estudantes com competência, pedagogia do desenvolvimento humano, com tudo da cultura da paz, [...] vai demorar de dois a três gerações com cultura da paz, capacidades e competências do desenvolvimento humano do método de aprendizagem para que os estudantes possam mudar o “chip” arraigado pela violência, a uma não violenta, vai ser necessária uma formação (P5)

A paz se constrói todos os dias em cada um dos espaços a qual pertencemos. Não podemos achar que a história da paz é só efetiva com o acordo, é a presença do Estado. É uma paz que para manter-se e se garantir vai precisar de novos modelos preparados para construir sobre as deficiências, as incertezas, ou das necessidades, dos territórios de paz que são as escolas para uma inclusão com enfoque de direitos humanos.

A sua vez, o Gestor 1, do ensino médio, afirma que foi a soma de múltiplas causas o que levou ao conflito armado interno na Colômbia a permanecer e que ainda não se encontra resolvido: **Qual o seu sentimento diante da possibilidade de reconstrução da Colômbia e suas regiões com o processo de paz estabelecido?**

Antes de tudo, a sociedade tem que ser tolerante, com todas as situações em que de uma ou outra maneira lhes tenham afetado. Se a sociedade pensa que o processo de paz e o fim do conflito só corresponde ao governo estaria enganada nessa parte, o papel da sociedade é fundamental, somos os encarregados de aceitar, ser tolerantes, perdoar todas as pessoas que de uma maneira ou outra tenham estado envolvidas no conflito para que possam retornar [...] (G1).

O que nos remete a refletir sobre essa paz, essa apregoada paz, que após de quatro anos de diálogos, o governo tem selado com um dos grupos insurgentes da Colômbia, as FARC-EP. Os espaços de guerra e paz continuam após a assinatura porque os eixos de conflito que deram a

origem ao conflito armado persistem.

A construção de uma política participativa da democracia deve provocar na sociedade o empenho, determinação e diálogo efetivo com todos os grupos armados à margem da lei medida que ajudará a construir novas diretrizes, diretrizes para dar os espaços com transparência para toda a sociedade.

Esse reflexo é parte do que a comunidade após um conflito armado interno deveria estar entrelaçada com a democracia e com a convivência cidadã com respeito à dignidade humana. E como afirma Dupret (2002, p.91) a paz precisa de um reflexo sobre a cultura de tolerância, entre outros elementos.

As desigualdades sem ouvir aos titulares de direitos que a Constituição e as leis da Colômbia protegem o impacto das políticas não ajudaram a vincular os assuntos com as soluções, a função do governo do desenho, a gestão e avaliação das políticas públicas com a atualização das necessidades dos setores vulneráveis.

Se as políticas públicas não são colocadas com o processo de participação de todos e cada um dos atores políticos, sociais, de direitos, dificilmente o benefício para os educandos³¹ abaixo dos deztoitos anos e em geral para a população vulnerável deste conflito armado na Colômbia erradicar-se-á.

Como afirma (Maia, 2007, p.90) “precisa-se uma sociedade mais preparada, mais treinada, para que os direitos humanos não sejam uma utopia” e dessa forma, na Colômbia as atitudes que sejam direcionados ao fortalecimento dos direitos humanos e liberdades fundamentais em qualquer canto da Colômbia, permitirão que nossos direitos não sejam vulneráveis e nossa constituição seja aplicada a nossa realidade.

Categoria: Gênero

As medidas das políticas públicas devem ter enfoque de gênero para garantir o que tange ao objetivo cinco dos ODM (2015) “pôr fim a todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e as meninas no mundo”.

³¹“Las investigaciones coinciden en afirmar que cuando la escuela es ocupada o destruida, se fractura de manera significativa la dinámica escolar al verse retrasada en sus tiempos internos, en la normalidad de sus actividades, en su autonomía y en el sentido pedagógico del espacio, pero que no existe una adaptación del currículo que permita afrontar las necesidades que impone la crisis” (PUENTES,2015,p.70)

As mulheres ainda estão procurando esse espaço dentro das prefeituras, através das secretarias do governo municipal de cada região, em particular a de nosso objeto de estudo. O Departamento de Santander reconhece que a aplicação das políticas públicas e suas ações afirmativas no âmbito rural estão em desvantagem em relação à área urbana.

Muito embora os autores da Colômbia tratem em suas produções das causas do conflito, da identidade dos dissidentes e dos processos de reintegração dos adultos para sua inserção na sociedade, não tratam sobre a interação de gênero com a educação das meninas com idades abaixo dos dezoito anos.

Na última década o assunto de gênero começou a ser debatido. Um exemplo ocorreu na mesa de diálogos em Cuba, em que se firmou um acordo que prevê a regulamentação legal para futuro reconhecimento da titularidade às mulheres que deveriam herdar propriedades e que por causa da estrutura patriarcal que existe no país não é fácil obter a titularidade.

A mesa de diálogo que abordou o gênero foi criada em setembro de 2014 e trabalhou assuntos como vítimas, a solução de drogas ilícitas substituindo os cultivos ilícitos por lícitos, a participação das mulheres em política com a proteção das líderes sociais e de direitos humanos, e a reforma rural integral para dar subsídios integrais, créditos especiais para as mulheres, compra de terras e que as diretrizes das políticas agrárias tenham às mulheres com representatividade e poder decisório nas principais entidades, instituições.

Assim mesmo, no primeiro acordo plasma-se que a perspectiva de gênero, vai permitir às mulheres superar a pobreza porque para esse tipo de população permitirá fazer frente às necessidades particulares das mulheres do campo (COLOMBIA, ACORDO FINAL 2016, p.20).

Foi estabelecido um plebiscito para a população colombiana votar pelo “sim” ou pelo “não” do acordo feito em Cuba. No dia 2 de outubro de 2016 a decisão do povo foi em não optar pelo acordo de paz.

Depois de 40 dias, o governo junto com as FARC-EP, fizeram alterações, deram clareza em outras, e segundo o governo da Colômbia, fizeram o que precisava ser feito para dar respostas a aqueles que votaram pelo não do acordo de paz.

Depois das alterações podemos dizer que a segunda parte do acordo em quanto a gênero ficou reconhecido que as mulheres foram as que mais sofreram por causa da violência do conflito

armado e que por isso devem ser tratadas com preferência, sendo seus direitos protegidos por serem vítimas.

Não podemos continuar no terceiro escalão no âmbito das políticas públicas, em questões de saúde, educação, direitos humanos, senão aproveitar o acordo de paz, para continuar gerando impacto em todas áreas e instituições transversalmente.

E sendo a mulher a parte da população vulnerável merece um tratamento preferencial, para isso o governo através de seus planos estratégicos da Prosperidade Social, afirma que “la Entidad avanza en la superación de la pobreza, el cierre de brechas urbano-rural, atención integral de las víctimas y la atención a territorios afectados por el conflicto elementos esenciales de los procesos de movilidad social y transformación del campo y garantía del Estado social de Derecho” (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA-DEPARTAMENTO PARA LA PROSPERIDAD SOCIAL SECTOR DE LA INCLUSIÓN SOCIAL Y RECONCILIACIÓN. PLAN ESTRATÉGICO. 2015, p.7).

O Ministério de Educação Nacional preocupa-se com a qualidade de seu sistema que seu sistema seja de qualidade, competitivo e pertinente, mas com a pobreza requer diminuir essas barreiras para dar respostas às metas que o governo quer obter para que a Colômbia seja um dos países mais educados na América Latina.

Embora dentro das diretrizes da Política Pública Nacional de Equidade de Gênero (2012) venham sendo trabalhados a equidade de gênero para as mulheres, essa construção de relações equitativas entre mulheres e homens com suas diferenças requer mais metas reivindicatórias.

Portanto para essas contribuições certas, as políticas do Estado devem prestar atenção para serem aproveitadas as diretrizes, programas, planos, projetos do Estado, as experiências do passado, dos envolvidos para melhorar, porque a prevenção e a inserção vão depender de que a comunidade aceite a elas e não acabem sendo banidas ou marcadas pelas famílias. (CORREA, et.al, 2014, p.36).

A inclusão delas, sempre têm um componente diverso aos homens, por isso, se não estruturarmos uma política na região, continuaremos em um círculo vicioso, de falta de possibilidades de formação, de continuidade de evasão escolar, e seus direitos à educação, sendo cada vez mais diminuídos, porque o Estado não providenciou políticas ou programas com a

perspectiva das mulheres, das adolescentes para as mulheres, ou para as adolescentes.

Deve repensar-se sobre tudo o que atinge à faixa etária das meninas abaixo dos dezoito anos, para afirmar a igualdade e a liberdade individual, sem repetir dinâmicas de subordinação de gênero, como ressaltam os depoimentos dessas jovens:

Se debe asegurar que los contenidos de los cursos de formación y la interacción con los demás jóvenes desvinculados no repitan dinámicas de opresión o subordinación de género, ni la imposición de estereotipos y, en consecuencia, ofrecer modalidades de entrenamiento vocacional o proyectos productivos que afirmen la igualdad y la libertad individual. (CORREA, et.al, 2014, p.37).

Dentro das contribuições para a construção da paz do governo, e atrelada com as premissas de política pública para a prevenção de riscos, garantias dos direitos das mulheres vítimas do Conflito armado se encontra a implementação das ações para sua proteção, representa um dos seus objetivos, a qual precisa chegar a ser uma realidade, de acordo com cada vocação, transformando, desfazendo as tensões em gênero persistindo em iniciativas de melhoramento, mudando ênfases em todos os âmbitos sociais, culturais e políticos.

Para a Professora universitária, realça-se a importância dos currículos dos direitos humanos e os direitos da mulher:

(P5) [...] os professores precisam entender que é a justiça transicional que traz os benefícios da paz, necessitam formação, capacitação, Tem a lei de 2008 que fala de prever as capacitações em sua estrutura curricular na aula de direitos humanos [...]

Estaremos ensinando as meninas adolescentes transformar padrões de gênero, além de ajudar em seu empoderamento, crescimento com projetos próprios de vida, como afirmam os professores.

Para a questão: **Quais são os valores/garantias/direitos deveriam ser mais procurados na educação para essas meninas para o convívio e inserção na sociedade depois do conflito armado?**

[...] essa ideais de auto valoração, delas mesmas se quiserem, de não se entregarem a qualquer homem (P2);

Que necessidades têm as escolas para evitar a violência de gênero nas adolescentes que pertenceram à guerrilha?

O trabalho deve ser psicológico, social, com toda a comunidade, evitar a discriminação psicológica com as meninas para serem inseridas à sociedade (P.3)

Categoria: Educação do Campo

O realce é que a educação do campo é um processo em construção, que facilita as iniciativas que permita que agenda política educacional, deve ser compreendido pelo território de “produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que aí vivem”. (MOLINA, 2007, p.2).

Observa-se com a taxa de analfabetismo em 2014, entre os adolescentes de 15 anos nas áreas rurais tem o dobro de percentagem (12,4%) em relação ao dado nacional” (UNICEF, 2014, p. 17). Estamos acabando por excluir os jovens com habilidades e levando recorrentemente a manter aos adolescentes fora do seu direito constitucional, à educação. As pessoas do campo e deixando em risco aos adolescentes sejam cooptados pelos grupos à margem da lei por não ter escolas de paz ou territórios de paz.

O Ministério de Educação da Colômbia através do Plano Nacional de Desenvolvimento 2010-2014 querendo responder aos desafios da educação, tem realizado estudos e consultas com currículo, investimento, orientação vocacional, educação rural. A OCDE reconhece que para ter uma educação média obrigatória e levar essa educação a ser uma realidade para 2030, não pode o governo diminuir as ações voltadas a esse objetivo

OCDE coloca iniciativas para melhorar os processos de monitoramento e avaliação, o que é um ponto positivo para ir fazendo ajustes ou alterações que permitiram ser a solução e não um empecilho para o cumprimento dos objetivos. Colômbia tem se caracterizado na região da América Latina, como “um dos países onde seus estudantes abandonam o sistema escolar com menor idade e anos na escola” (OCDE, 2016, p.196, 218).

Precisamente o P6 quando afirma no depoimento coletado:

[...] a formação não deve ser a tradicional para estas pessoas, deve ser uma educação

para o trabalho, criar valores para o respeito, qualificá-lo para um benefício para a sociedade que vai ser inserido, de resiliência, também uma educação para o trabalho, que se sintam úteis dentro da sociedade **(P6)**.

É essa a modalidade de trabalho que também coloca o professor da universidade pública, quando as meninas requerem do ensino que por estarem nas fileiras da guerrilha deixaram para trás sua alfabetização ou escolaridade.

Segundo a professora da universidade particular:

A falta de correspondência entre a normatividade e as necessidades das zonas rurais, com enfoque territorial e a ação efetiva das políticas públicas, se transformarão em letra morta **(P5)**.

O conceito da escola para as pessoas do campo é complexo porque pode chegar a ser o olhar da sobrevivência, da necessidade primeiro de trabalhar a terra e logo se educar, não concomitante, muitas vezes, o que sobra na lista de expectativas na vida (Warman apud p.56 CASTAÑO 2007).

O governo está fazendo esforços para que a educação chegue a todos os cantos do país, e onde o sistema educativo está encontrando problemas como é a transição de ensino fundamental ao ensino médio, nas zonas rurais. Sendo a evasão³² o maior problema para Colômbia, quando se finaliza o ensino fundamental. Só 48% finaliza o ensino médio. Além da gravidez³³ das adolescentes, a violência nas escolas e fora das escolas, o bullying³⁴, são os problemas decorrentes na vida escolar no país todo.

Para se estabelecer a importância para fortalecer e desenvolver habilidades para os jovens é necessário fortalecer e desenvolver habilidades na população jovem, para inseri-los nas

³²conviene en declarar que el conflicto armado en Colombia ha disparado las tasas de deserción escolar, entre otros por el miedo de los estudiantes y sus familias al fuego cruzado en las diferentes confrontaciones, por el miedo a que los niños y niñas sean incorporados a los grupos, y por el miedo que ocasiona el desplazamiento forzado (Sánchez & Díaz (2005), Fundación Dos Mundos (2009) y Naciones Unidas (2012) apud PUENTES, 2015,p.71).

³³Em quanto a gravidez dos adolescentes, temos dados alarmantes, como a média das mulheres de 20 a 24 anos na América Latina que foram mães na adolescência, tem 3,2 anos a menos de estudos que as mulheres da mesma faixa etária, que não foram mães adolescentes. A Cepal estabelece que dentro das políticas de prevenção deve ser abordar questões como pobreza, os determinantes culturais e emocionais do fenômeno (CEPAL-NACIONES UNIDAS, 2016, p.57)

³⁴É uma situação que se caracteriza por agressões intencionais, verbais ou físicas feitas de maneira repetitiva por um ou mais indivíduos contra um ou mais colegas da escola ou trabalho. O termo tem origem na palavra inglesa que significa valentão, brigão. Inicialmente utilizado nas relações entre estudantes, tem se estendido a outros grupos dentro da sociedade. Mesmo sem uma denominação em português é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato. (FLEURY-TEIXEIRA, 2016, p. 55)

novas atividades econômicas” (CEPAL-NACIONES UNIDAS, 2016, p. 53-54). Com essa arguição também o Gestor 1 se manifesta:

[...] valores que se precisam para que a formação e educação que outorga a instituição, pois não tenha as bases sólidas que eles necessitam, não podem concluir com sucesso (G1).

Para (GIMENO, 2000, p.391) “A sociedade deixou na escola a responsabilidade, sendo que, a escola é o sistema que inclui diferentes vozes que pode ou não ser interpretadas mas que nosso objetivo principal deve ser melhor “.

Dar aquela conexão que nossos adolescentes, jovens devem ter para evitar serem recrutados, evitando que a escola seja só ideias produzidas, sem ser aplicadas a seu dia a dia no campo.

Sendo discutido pela educação do campo como não existindo ligação entre os conhecimentos e a realidade das escolas do campo, não poderemos dar aquela conexão que nossos adolescentes, devem ter para evitar serem recrutados, evitando que a escola seja só ideias produzidas, sem ser aplicadas a seu dia a dia no campo

Para isso a formação do professor e aluno é importante, neste novo cenário, como aponta o professor da escola pública, quando pergunta-se: **Qual é sua visão atual com a inclusão de meninas abaixo dos 18 anos que formaram parte da guerrilha das FARC-EP, no processo de escolarização?**

A capacitação devia focalizar-se basicamente na aquisição de ferramentas, para que o professor possa usá-las e poder transmitir conhecimentos mais facilmente, com mais metodologia. Tem diferentes tipos de conhecimento, por exemplo, eles vêm de estar na selva, nos campos, se tiverem muito contato com tecnologia será um inconveniente já que vão ter atraso nessa parte, vai ser mais complicado de poder chegar a eles de maneira mais diretamente (P4)

Ressaltando como os professores devem construir seus conhecimentos sempre em relação ao meio para uma efetiva educação no campo (PANIAGO et.al, 2014, p.177). Com esses conhecimentos estamos ajudando a ampliar o mundo de possibilidades de projetos de vidas, nessa

nova história da Colômbia. Como o professor da escola pública P2 também afirma em sua entrevista:

A educação do campo, que papel deve ter para a educação das meninas que vivem nessas regiões para evitar o recrutamento ilícito de grupos armados ilegais? [...] iniciativas para que elas tomem fortaleza em suas próprias capacidades que tenham confiança. (P2)

Uma gestora G1 manifesta essa realidade em suas respostas sobre educação nova, o modelo flexível educativo:

Penso que deve ser uma educação diversificada, ou enviam programas de escola nova, a mesma cartela, há dez anos repetindo a mesma coisa, assim o professor não se capacita, apenas sai para cobrar seu salário de dois ou três meses, não tem atualizações, 06 anos fui docente, 14 anos diretora de uma escola, [...]. Escola nova como programa é bom, o que não é bom é a falta de capacitação. Para ser professor de uma escola nova, eles recebem a Guia, mas eles não sabem como utilizar, no início deram as formações, mas não voltaram mais e os professores novos que iam chegando, eles simplesmente aplicava o alfabeto, as 3 ou 4 atividades que traz a Guia, assim o professor repetia e repetia e o aluno aprende o que o professor escassamente dá. Há Guias de Ciências Naturais que são boas, mas as de Matemáticas são muito complicadas, o professor não consegue acompanhar a Guia. (G1)

Numa sociedade com democracia participativa, pluralista, a desigualdade continua na Colômbia. Devemos fazer da reconciliação entre as partes, desde o campo para a cidade e da cidade para o campo, contribuía para não deixar para trás a educação do campo para o campo, para assim poder destruir as causas que deram origem à violência e à guerrilha.

Categoria: Educação Inclusiva

Mas no conflito armado as vítimas foram também nossos professores tiveram em alguns casos fugir como os estudantes, reforçando-se poderes, estigmas e violência. No entanto como o processo de paz e sua assinatura, a resolução de conflitos das escolas vai requer apoio para os adolescentes ex-combatentes que cheguem às cidades. Para brindar oportunidades, para que as pessoas independentemente as suas condições pessoais, sociais, econômicas, de gênero, religião,

ideias, plena participação nos processos, como sujeitos sociais de direito com princípios de equidade, solidariedade e participação (MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL-RET, 2014, p.27).

A importância da consciência crítica nas aprendizagens, nós permite como parte da sociedade criar para essas futuras gerações, os ajustes que sejam necessários para a convivência pacífica dentro e fora da escola.

Por isso, a formulação e aplicação de aprendizagem vai responder, se reformularmos aqueles empecilhos que não permitem a inclusão.

Outro autor aponta como o currículo fundamentado na perspectiva da inclusão precisa ser construído, para tanto, não é “possível atribuir apenas a figura do professor em sala de aula a responsabilidade por um currículo que se constitua a partir da diversidade e respeite os ritmos diferentes de aprendizagem” (SILVA, et al.,2008, p.2656).

Estabeleceu a responsabilidade do currículo e como a nossa inclusão por outra parte analisa que o desenvolvimento é o fator mais importante para alcançar essa educação é preciso contar com a heterogeneidade de nossos alunos. Assim como é a escola que o importante adaptar-se à escola aos alunos. (GIMENO, 2000, p. 2.662).

Não basta somente Leis, Decretos, Portarias, Resoluções em âmbito federal, estadual e municipal que digam o que fazer, precisa-se de que as escolas não sejam locais de segregação e de exclusão., senão que nessa heterogeneidade de adaptação ao pós-conflito à escola, a universidade vai ter que receber mudanças para adaptar-se a esses novos alunos.

Sendo uma prática que está cada vez mais se incrementando como a inclusão escolar um problema a ser resolvido pelas escolas e pela sociedade, ou seja, permanecer a legislação atualizada ao que acontece na sala de aula (SILVA, et al.,2008, p.2654).

Sem uma legislação atualizada, ferramentas apropriadas para um pós-conflito ou professores preparados com a realidade na sala de aula a inclusão continuará sendo um quebra-cabeça com efeitos na sociedade.

Num estudo que se fez, com entrevistas a adolescentes que saíram da guerrilha apresentaram-se que eles se sentem estigmatizados os desvinculados (CENTRO INTERNACIONAL DE LA JUSTICIA TRANSICIONAL, 2014).

É assim como a gestora da escola pública **P2**, assegura que:

Qual é sua visão atual com a inclusão de meninas abaixo dos 18 anos que formaram parte da guerrilha das FARC-EP, no processo de escolarização? O primeiro não deve chegar a fazer o do “açougueiro”, ele era guerrilheiro, pontuar com o dedo, deve incluir essas pessoas para fazê-los sentir bem. (P2)

G1 Antes de tudo, a sociedade tem que ser tolerante, de todas as situações que de uma ou outra maneira lhes tem afetado, se a sociedade pensa que o processo de paz é o fim do conflito só corresponde ao governo estaria enganada nessa parte o papel da sociedade é fundamental, somos os encarregados de aceitar, ser tolerantes, perdoar as pessoas que de uma maneira ou outra tenham estado envolvidas no conflito para que possam retornar. (G1)

Apesar de que a escola represente um cenário de paz³⁵, foram registrados pelo Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (2014, p.12) mortes e feridos de pessoas civis no conflito armado da Colômbia, que são uma “mostra de métodos proibidos com utilização de meninos em combate. Quer dizer que a exclusão persiste para aqueles cujas regiões tenham grupo armados à margem da lei”.

A afirmação a seguir do professor de escola pública P1, nos permite refletir sobre preconceito, estigma³⁶, violência na escola e fora dela. Ao problema citado acima outros tipos de violência que não ajudam a construir como define o acordo:

La construcción de la paz es asunto de la sociedad en su conjunto que requiere de la participación de todas las personas sin distinción y, por eso, es necesario con citar la participación y decisión de toda la sociedad colombiana en la construcción de tal propósito, que es derecho y deber de obligatorio cumplimiento, como base para encauzar a Colombia por el camino de la paz con justicia social y de la reconciliación, atendiendo el clamor de la población por la paz. (COLOMBIA. ACORDO FINAL, 2016)

Observa-se como um professor se manifesta, sobre a sociedade:

P1 Primeiro que todo a sociedade tem que ser tolerante, de todas as situações que de uma ou outra maneira lhes tem afetado se a sociedade pensa que o processo de paz é o fim do conflito só corresponde ao governo estaria enganada nessa parte o papel da sociedade é fundamental somos os encarregados de aceitar, ser tolerante perdoar as pessoas que de uma maneira ou outra tenham estado envolvidas no conflito para que possam retornar:

³⁵ se ha reconocido que la escuela en este país está constantemente afectada por la guerra armada y que este fenómeno ha causado un sentimiento profundo de miedo en la población. La ocupación militar del espacio escolar determina que éste sea usado como trinchera, lo que impide cualquier ejercicio pedagógico en sus instalaciones y pone en riesgo la vida de estudiantes y maestros.(PUENTES,2015,p.68)

³⁶ Sin embargo, ellos mismos consideran que desvinculado es un término que los encasilla, por lo que tratan de zafarse del estigma exponiendo el valor político de su acción de desmovilización individual: contribuir a la paz. A la institución, con quienes pueden hablar más abiertamente, le exigen directamente que su experiencia de vida en el grupo no sea negada. (MORA,2011, p.187)

O preconceito é o reprodutor mais eficaz da discriminação e de exclusão, portanto da violência[...]” Mas também cada vez mais são manifestações sutís, disfarçadas o que dificulta a reunião de provas que tenham validade jurídica” (BANDEIRA et. al.126, 128). E nosso desafio vai estar em desconstruir culturas patriarcais, estereótipos, para poder ajudar às meninas ex-combatentes:

Quais valores/garantias/direitos deveriam ser mais procurados na educação para essas meninas, para o convívio e inserção na sociedade depois do conflito armado? Tem que ser trabalhado muito a auto estima de cada menina o fato de que consigam entender que, a pesar de que elas tenham convivido nessa situação, podem ser parte da sociedade colombiana, que possam ter as mesmas oportunidades dos que não tem estado nos grupos armados, isso seria o principal e que a pesar de tudo tenham o valor de defender os direitos que como colombianas, [...].(G2)

Os trechos abaixo apresentam o que os professores e um gestor da escola entendem por quais valores deveriam a ser inculcados para que as ex-combatentes sejam incluídas na sociedade:

G2 Principalmente o direito da igualdade o valor do respeito das diferenças até os outros, a sensibilidade, à simpatia. Considera que as pessoas vem com traumas de conflito a um mundo diferente que a gente pensa, a gente na cidade não dá conta das situações de convivência, a gente convive em uma bolha de cristal por falta de sensibilização. Penso que esse deve ser um dos valores, se pôr no lugar dos outros, um convívio de que na escola tem uma boa aprendizagem, convivência e um bom meio de comunicação.

P3 Minha sala de aula é um espaço muito interessante onde vamos conhecendo mais do nosso país, das diferentes problemáticas, experiências dos seres humanos, nos ajuda a aplicar a inclusão e é um espaço onde se pode ensinar e ressignificar valores: respeito, tolerância e a não discriminação em nível pedagógico.

P3[...]e a sociedade principalmente abra sua mente para que sejam inseridas a uma escolarização normal. Essa formação educativa não deve estar pensada para os modelos, senão para ser melhor pessoa, aceitar o outro, não obstante esse lastre que acompanhe já tem estudos que mostrem um elevado conflito entre os jovens que resolvem partir para a violência física, à agressão, esse é um problema preocupante que pode se tornar mais grave com a chegada de pessoas que não vão tolerar.

P5[...] oportunidades de acesso a essa educação se tem programa “ser aplicado paga” que apoie a esse tipo de população um melhor acesso.

P6 essa empatia sentir o que sente o outro colocar-nos no lugar do outro como reconhecer a possibilidade de aceitá-lo e respeitá-lo como aceito os outros, com suas imperfeições como eu as tenho, seus erros como eu os tenho [...]

Para uma política educativa capaz de dar qualidade para esse tempo de pós-conflito se

vai requer: a capacitação para professores, práticas pedagógicas, infraestrutura, tecnologia como o querer fazer de todos que nos permitam unir a todos os sujeitos sociais e políticos envolvidos no sistema institucional do Estado.

Para fazer uma paz duradoura e estável, o desafio vai representar anos de recuperação já que nossa sociedade representa as sequelas do conflito armado.

Essa formação dos docentes deve estar voltada para a promoção de competências do cidadão, modelos flexíveis, e estar preparados para resolver diferentes tipos conflitos em contextos excepcionais de violência, mas para um gestor da escola pública e para os professores universitários a sociedade de quem cobra neles a responsabilidade na solução dos conflitos:

G1:eu acho que o papel dos professores é fundamental, mas eles também estão cansados, desmotivados, [...] são transmissores dos conhecimentos deixam para lá a formação dos valores que não tem acompanhamento de parte da casa, temos também problemas na formação dos professores.

P6[...] com ambiente adequado para esse tipo de pessoas, a formação não deve ser a tradicional, deve ser voltada a uma educação para o trabalho, que crie valores e respeito.

Reforçando a fala dos professores sejam da escola ou da universidade, dentro das conclusões dos cientistas, no relatório da Colômbia conhecido como “filo de la oportunidad” um dos seus autores, o cientista manifestou que a falta a un propósito comun elevado, información desactualizada e inadecuada hace con que el alumno acabe desinteresandose y perdiendo la curiosidade de los estudiantes. (LLINAS, 2008, p.36)

A complexidade de política pública e sua efetividade em contextos com violência, fazem que a resiliência³⁷, o estigma³⁸, e o preconceito sejam tratados para essa educação inclusiva, para dar lhes um estímulo necessário para continuar no campo³⁹.

³⁷Con la resiliencia se pretende que el sujeto no quede estigmatizado por el suceso traumático y que más bien logre desarrollarse y retomar su vida en la sociedad de manera activa e incluyente. Con ellos se busca que, por ejemplo, los niños que han sido víctimas de desplazamiento forzado no se queden bajo el rótulo de víctimas sino como ciudadanos capaces de aportar a la sociedad. [...]los expertos señalan que hay que estimular y potenciar la autoestima, la autonomía, el humor, el liderazgo, la alegría, el auto reconocimiento la capacidad de establecer lazos afectivos y relaciones interpersonales, entre otras (COLLANTE,2009, p.96).

³⁸Los jóvenes por su parte, no se autodefinen únicamente como excombatientes, pero es a partir de esta definición que se relacionan con el Estado. Su experiencia con los grupos es descrita como una experiencia de vida en dónde construyeron muchas relaciones significativas y aprendizajes sobre lo militar (CASTAÑO,2007,p.186)

³⁹[...]Se ve agravado por el currículo de la educación agrícola, que con frecuencia no es útil ni relevante a la realidad

A agenda da política pública deve permitir gerar o começo de uma paz duradoura na região, de uma equidade e como o assevera De Souza “[...] Na luta contra a desigualdade educacional, reconhece-se a existência da diversidade e com ela a busca da superação das desigualdades sociais mediante a construção de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à reforma agrária.” (2012, p.760). Fatos que também a gestora da escola expõe em sua entrevista, com experiência na educação do campo:

G1: que os jovens do campo possam acessar à educação universitária de forma mais próxima do que ter que pensar em ir embora procurar outras oportunidades. Que as pessoas do campo pensem que as oportunidades estão na cidade é mentira, o governo tem que procurar a maneira de fazer eles entenderem isso: que na cidade não tem oportunidades e que muitas vezes tem uma melhor qualidade de vida no campo do que aqui na cidade. (**G1**)

Convém apresentar, reafirmando o exposto anteriormente pela gestora em que as famílias de cafeicultores da Colômbia e Nicarágua no campo, estão sentindo sobre ser trabalhador na indústria do café, a qual não está sendo atrativa neste momento e os jovens também nem sem interessam neste tipo de serviço, além disso porque o currículo da educação no campo, não é útil nem acrescenta para a realidade do campo e se sua própria família também não se sentem valorizados (ANDREA OLIVAR- FRANCISCO BUSTAMANTE ,2015, p.7).

Com a pergunta: **A educação do campo, que papel deve ter para a educação das meninas que vivem nessas regiões para evitar o recrutamento ilícito de grupos armados ilegais?**

[...]recrutados desde os 10 anos, já estão nas filas então o nível de educação é precário. Tem de ter essa nova visão de deslocar as universidades, a tecnologia de todos esses programas que possam chegar ao campo, é um programa que tem o plano de desenvolvimento de Santander. É interessante que se possa cumprir, que as universidades pudessem ir, disciplinas especialmente que tem a ver com o agro ambiental, essa é uma das estratégias que poderiam implementar-se, a educação de desloque ao campo e para evitar que elas tenham que deslocar-se às cidades e formar-se cordões de miséria. Dessa maneira se potencializar porque muitos tem conhecimentos arraigados, conhecimentos agrícolas, possam potencializar pois todo isso que já conheciam previamente. (**P5**)

del campo. los trabajadores no les enorgullece hacer parte de la industria cafetera y alientan a sus hijos a migrar a las zonas urbanas en busca de mejores oportunidades (ANDREA OLIVAR- FRANCISCO BUSTAMANTE,2015, p.7-9).

Está se realizando um projeto articulado pela Governação do Santander⁴⁰, e as universidades públicas desse Departamento, para dar uma universidade ao campo, oferecer lhes, aos jovens uma alternativa no desenvolvimento da região, no campo e sendo uns dos critérios de escolha, morar no setor rural segundo o Sistemas de Aprendizagem Tutorial (SAT).

Isso quer dizer que a cidade está começando a olhar para o campo de maneira diferente, com inclusão e efetividade que na sala de aula vai se ensinar o que eles precisam no seu desenvolvimento

O Acordo final está mantendo também essa linha de atrelar campo, com a universidade:

[...] así como promover la permanencia productiva de los y las jóvenes en el campo, y acercar las instituciones académicas regionales a la construcción del desarrollo rural, el gobierno nacional creará e implementará el Plan Especial de Educación Rural. Para el desarrollo del Plan se tendrán en cuenta los siguientes criterios: Modelos flexibles de educación preescolar, básica y media, que se adapten a las necesidades de las comunidades y del medio rural, con un enfoque diferencial (COLOMBIA.ACORDO FINAL 2016,22-23).

Para o ICBF deve-se começar para uma reconciliação para meninos, meninas e adolescentes desde o “desenvolvimento da criança, que permita estabelecer novas formas de tratamento para resolução de conflitos, novas gerações de cidadãos, numa sociedade corresponsável”. (ICBF- FISCALIA GENERAL DE LA NACION, INFORMACIÓN DE ASESORIA Y APOYO EN LOS PROCESOS JUDICIALES, DEFENSORES DE FAMILIA, sem data, p.7)

Embora que com o convívio escolar, se apresentam violências dentro e fora da escola que o entrevistado professor da universidade pública afirma sobre o problema de educação.

P6: Na cidade de Bucaramanga o assunto educativo tem estado conforme com o que acontece em grande parte das cidades do país, tem assuntos que tem a ver com a convivência escolar basicamente podemos falar de dois grandes blocos de convivência escolar, o assunto da sexualidade[...]

O Ministério de Educação Nacional também denota a importância do convívio dentro da escola acaba sendo o reflexo da comunidade com experiências de direitos humanos. Se não tiver

⁴⁰ <http://santander.gov.co/index.php/prensa/item/13382-la-universidad-del-campo-sera-una-alternativa-de-desarrollo-para-santander>

esse aprendizado dos direitos humanos sua resultante pode desencadear conflitos incisivos na região. (COLOMBIA.MINISTERIO DE EDUCACION NACIONAL.GUIAS PEDAGÓGICAS PARA LA CONVIVENCIA ESCOLAR LEY 1620 DE 2013 - DECRETO 1965 de 2013, p.25-26).

Por isso ressalta-se que a boa convivência na escola gera um exercício de cidadania, na escola aumentando a participação dos discriminados para que eles acabem sendo protagonistas (RODRIGUEZ.p.2598). Sem isso poderíamos acabar deixando que outros espaços na escola acabem sendo usados por diversos tipos de violência, como aconteceu nos tempos de violência do conflito armado, com as FARC-EP.

Na pergunta referente ao problema da educação outro professor respondeu:

P4 O problema no sistema da educação não só em Bucaramanga, mas em nível nacional é que de que o governo fez com que os estudantes ficassem com a mentalidade de que todos são aprovados, não querendo fazer nenhum esforço, fora o tédio que por si só cria essa geração que prefere estar junto às redes sociais, ao computador, às tablets, à televisão

Trata-se nesse convívio de dar uma resolução aos conflitos na escola, um desafio para o educador, nestes tempos de pós-conflito vai ser levar aos alunos a resolução dos problemas que ajudem no seu desenvolvimento individual e coletivo.

Enfatize-se que em quanto às políticas públicas de corte social

[...] para serem mais eficazes, devem estar articuladas as políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado; a geração de emprego; a elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, a redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil (DA SILVA E SILVA 2010, p.156)

Dá para extrair então que, estamos no caminho certo, mas precisamos ir além das leis, dos textos para que as brechas entre o urbano e o rural sejam diminuídas dia a dia, com uma visão em longo prazo.

G1 defende que: [...]tem pessoas diferentes que precisam uma oportunidade à educação, que tem que ser diferenciada, não podem ter a mesma educação[...](G1)

Se podemos na praticidade aplicar realmente o definido para o território rural ajudará a poder evitar a ineficácia das políticas públicas para a evasão escolar dos camponeses e o

recrutamento ilícito aos grupos que estão à margem da lei, assim como para dar o enfoque territorial e de direitos aos educandos, com espaço histórico e social (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. INFORME NACIONAL DE DESARROLLO HUMANO. COLOMBIA RURAL. RAZONES PARA LA ESPERANZA. RESUMEN EJECUTIVO, 2011, p. 31).

Como a gestora estabelece a importância da inovação para fazer o diferencial na vida dos alunos:

G2: ter pedagogias inovadoras onde se lhes ensinem um currículo pertinente às competências: devem aprender sobre o que precisam para a vida, sobre o que lhes interessa, com uma pedagogia inovadora e criativa.

A educação do campo, que papel deve ter para a educação das meninas que vivem nessas regiões para evitar o recrutamento ilícito de grupos armados ilegais?

No campo o que se faz agora é fazer com que os professores, tanto de meninos quanto de meninas tenham diferentes opções. Com ilusões se podem empreender grandes projetos às vezes, uma das coisas que limitam os alunos é pensar de que “para que aprender se vão acabar ordenhando vacas. Eles não tem uma visão ampla, então tem que ter alguém que lhes diga que o campo necessita muito trabalho e tecnificação, que devem se formar com o SENA ou com diferentes instituições, trabalhar pois tem muito por fazer no campo, criar-lhes esperança em seu próprio contexto de pobreza, novos projetos para suas vidas e sua região (P3).

A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (OCDE, 2016), explica o que acontece para um país se perdemos as habilidades das jovens promessas.

Pero la baja calidad y limitada pertinencia de esa educación pueden generar un desfase entre las habilidades y conocimientos que adquieren los jóvenes y lo que requiere y valora el mercado laboral. A su vez, debido a sus características estructurales, los mercados laborales de la región no generan suficiente oferta de empleos de calidad para los jóvenes, creando una contradicción entre los niveles educacionales adquiridos y las oportunidades de trabajo existentes (CEPAL-NACIONES UNIDAS, 2016, p.50).

Muitas pesquisas revelam que discriminações e exclusões em escolas, dados os preconceitos originados de “situações socioeconômicas, regionais, culturais e etnias marcam profundamente crianças e adolescentes, trazendo-lhes inúmeras consequências destrutivas”. (MOLINA, 2007, p.12).

Reflexo da necessidade de vincular ou articular todos os atores envolvidos neste processo de reconstrução de um país com efetividade poderia fazer a diferença, de não deixar que

as falhas acabe desgastando o sucesso da operação de inclusão à sociedade como afirma MAGO, depois das entrevistas realizadas a pessoas abaixo dos 18 anos que pertenceram a diversos grupos armados à margem da lei, quando moravam em Casanare, Caquetá, Antioquia, Santander, Norte de Santander:

Llegaron a ciudades y pueblos con poca o nula información acerca del proceso de reintegración e incluso algunos sin conocer la existencia de un Programa de Atención Especializada, ni de la ruta jurídica especial para niños. Estos dos elementos — desconfianza y desconocimiento— se interrelacionan y crean un círculo vicioso para los desvinculados: la falta de confianza hacia el Estado les impide acercarse a las instituciones y les dificulta conocer la ruta de reintegración y los derechos estipulados para ellos. Al mismo tiempo, el desconocimiento de sus derechos y del Programa de Atención Especializada no les facilita a los menores el acercamiento a las instituciones.[...] y los que sí ingresaron al Programa valoran el apoyo del Estado como uno de los motivos para quedarse en la vida civil y no volver a las armas (MAGO, 2011, p.67,69).

Numa pesquisa realizada com crianças e as adolescentes que participaram da guerrilha, estabelecem-se entre outras as seguintes revelações: “tratan a los jóvenes como objetos de compasión, y no como sujetos de derechos; niño o la niña es tratado a partir de su pasado. Preguntan por su pasado, pero nunca por sus ideas o aspiraciones” (CENTRO INTERNACIONAL PARA LA JUSTICIA TRANSICIONAL, 2014, p.2).

E assim mesmo o estudo apontou que:

Sin embargo, algunos de las y los jóvenes participantes en este estudio cuestionaron la limitada oferta. Señalaron que los cursos en su mayoría se enfocan en oficios técnicos como belleza, mecánica, panadería, ebanistería y sistemas, entre otros programas que, con frecuencia, no responden a los perfiles ni intereses de los participantes, se refieren a habilidades que luego no pueden poner en la práctica, y en algunos casos sienten que los condenan a una vida precaria.

Ressalta-se num estudo, como essas experiências no contexto de violência política pode ajudar a esse passo de inclusão à sociedade:

Muchos de los niños y niñas somos grandes poseedores de experiencia en temas de supervivencia, salud y disciplina del campo por el grupo armado. Esto se desaprovecha. No es apreciada nuestra experiencia acumulada. Nos hacen dejar de lado estas cosas, borrarlas para crear un nuevo futuro negando lo que hemos sido y aprendido. Nos guían para aceptar un perfil que tal vez no es el nuestro, para ser panaderos, zapateros... A algunos les sirve, pero a otros no. No podemos aspirar a una carrera profesional, no

podemos aspirar a más. Nuestro perfil da para trabajar en estas labores técnicas pero no nos ayudan a trabajar para lograr nuestros sueños, para alcanzar un propósito mayor (CENTRO INTERNACIONAL PARA LA JUSTICIA TRANSICIONAL, 2014, p.23-28)

Confirma-se com os professores da escola pública que eles requerem ser capacitados em:

(P4) A capacitação deveria se focalizar basicamente em adquirir ferramentas para que o professor possa transmitir conhecimentos mais facilmente, mais metodologia. Tem diferentes tipos de conhecimento, por exemplo, eles vêm de estar na selva, nos campos, sem muito contato com tecnologia, esse é outro inconveniente que vai fazer com que tenham atraso nessa parte, vai ser mais complicado de poder chegar a eles de maneira mais diretamente. Vai ser necessário bastante pessoal de apoio, como professores para que conseguissem nivelar os alunos e assim eles possam chegar às aulas no nível dos demais alunos

(P5) [...] a formação, indiscutível capacidades, competências imaginativa compreensivas de me colocar na situação do outro para entender muitas das problemáticas que esses estudantes possam ter do conflito, talvez nós não obtenhamos tão arraigado, é simplesmente em formação de pedagogia compreensiva, de falar de toma de consciência e de empatia. Ter essa possibilidade da capacidade de me colocar no lugar do outro para entendê-lo, compreendê-lo e oferecer-lhe o acompanhamento psicossocial que precisam

Em quanto à educação para as pessoas abaixo dos dezoito se vê com a seguinte afirmação, como são recebidos os cursos oferecidos em 2013:

[...] expresaron gusto por algunos de los cursos ofrecidos, aunque también afirmaron descontento por tener que dejarlos para pasar a otros. Una de las jóvenes al respecto manifestó que: Los trabajos de encuadernación eran buenos. Yo estaba en una empresa que hacía manualidades con papeles. Uno ganaba bien, pero luego me sacaron porque tenía que pasar al taller de máquinas.

[...]Una medida de esta naturaleza que esté disponible para todos los jóvenes que reúnan las capacidades aumentaría significativamente la capacidad para proveer condiciones para reparar las consecuencias del reclutamiento en términos de pérdidas de oportunidades educativas (CENTRO INTERNACIONAL PARA LA JUSTICIA TRANSICIONAL, 2014 p.23-24).

As políticas públicas não são só para serem eficientes devem ser efetivas para atingir a todas as camadas sociais e seja incentivada sua efetividade para dar qualidade do aprendizado e proveito as nossas gerações, já perdemos duas no meio do conflito armado interno, não podemos perder mais meninas por causa da violência

Por isso consta-se por CASTAÑO, com os seus depoimentos coletados:

[...] Pero por su discurso nunca pasa que le fueron restituidos sus derechos por ser víctimas, es más ellos mismos no ven mucha diferencia con el programa de adultos, excepto que siendo menores de edad tiene la “carta limpia” (es decir que se resuelven más fácilmente sus problemas judiciales) y acceso a educación[...], en un periodo de dos años (tiempo que teóricamente toma vivir el Programa) se busca que egrese un joven productivo, auto controlado y jurídicamente limpio. Lamentablemente, esta intención no despoja a los jóvenes de su experiencia en los grupos, por lo tanto para ellos la reinserción social – ya no vivir en la institución- aún no está resuelta, pues aún deben enfrentarse a lo que la sociedad piensa de ellos (CASTAÑO,2007,p.187,189)

Conhecer sobre as políticas públicas no ensino médio público e de educação superior público em geral é um processo que ainda não acaba. Representativo para aqueles que responderam a nossa entrevista semiestruturada que não era conhecido o programa que executa o ICBF para as meninas abaixo dos dezoito anos, que pertenceram as fileiras dos grupos à margem da lei, como as FARC-EP.

Os professores se manifestaram como que “ainda precisam de tempo para ler e dar algum apontamento sobre potencialidades ou deficiências do programa” ou “não conheço” e só a professora universitária sabia da campanha do governo para evitar o recrutamento ilícito das pessoas abaixo dos dezoito anos assim como o programa que esta sendo desenvolvido num bairro que moram vítimas e algo.

Vamos precisar mais de 10 anos para poder analisar a efetividade do acordo, porque serão diversas leis necessárias para implementar, avaliar os acordos e ter assim o início de encerramentos de brechas entre cidade e campo, entre a sociedade e os compromissos que o Estado adquiriu com a guerrilha FARC-EP.

O acordo de paz da Habana, Cuba, foi submeto a um plebiscito. A resposta da sociedade foi “não” no plebiscito mas também existiu uma abstenção do 62,59% dificilmente o acordo de paz foi apoiado pela maioria da sociedade, como consequência disso a sua implementação poderá dizer a longo prazo se o Estado encontrou todas as soluções e respostas as populações invisíveis do conflito armado interno, sejam mulheres, adolescentes recrutados, ex-combatentes, pessoas do campo, nos diversos assuntos que foram estabelecidos para encerrar uma história de descasos e ausências .

Os direitos humanos deveriam tornar-se em um símbolo de mudança na Colômbia, mas a realidade está demonstrando o contrário, novos grupos armados ilegais estão chegando a ocupar os espaços das FARC-EP. Novos desafios acabarão sendo ter um investimento certo em todas as áreas que representem evitar novos conflitos, novos recrutamentos

Enquanto ao que estivesse sendo oferecido pelo sistema educativo e como essa perspectiva em tempos e em situação de violência, para essas meninas ainda está longe de ser uma realidade para que além de que sejam um dado estatístico, tenham opções educativas para barrar as desigualdades sociais e políticas.

Até agora não temos a todos os adolescentes abaixo dos dezoito anos que pertenceram às fileiras da guerrilha entregues pelas FARC-EP, segundo o ICBF, sem isso não temos como oferecer lhes cenários de educação próprios da sua idade para que essas jovens consigam novos projetos de vida.

O discurso tem a ver como afirma Bardin do discurso correspondente a lugares na estrutura de uma formação social(p.214)

O enfoque Territorial no acordo está em ambos textos, permeado com enfoque de direitos, gênero, justiça transicional e reformas rurais.

Enquanto ao item de mulheres no primeiro texto do (24-08-2016) com o acordo se busca mudar as condições de “exclusão dos camponeses e o atraso das comunidades rurais que afeta especialmente às mulheres, meninos e meninas (p.2,2016)

Para o assunto de enfoque de gênero, está o reconhecimento das mulheres, para acesso aos bens e serviços e em concordância às necessidades delas com a participação nos diferentes espaços da reforma rural, resolução de conflitos, mecanismos de justiça e em direitos de titularidade da terra.

A sua vez é reconhecida como à mulher tem sido excluída, discriminada e colocadas

submissão.

No segundo acordo(12-11-2016) na implementação sequer que às medidas afirmativas para participação da mulher como parte da divulgação dos avanços a implementação dos planos e programas.

As novas perguntas sobre direitos humanos e educação é como vamos estrategicamente aplicar um sistema de proteger a nossos adolescentes de recrutamentos, nas regiões afastadas ou isoladas das principais capitais. Para ter melhores resultados onde as estratégias de inclusão transformem currículos, ementas, e o novo discurso de cultura para a paz ou educação para a paz seja capaz de encher nos territórios, os espaços que a violência, estereótipos, estigmas se criaram nas pessoas. Por causa desses grupos armados ilegais, entre outros.

O empoderamento das meninas e o desenvolvimento dos projetos de vida das meninas devem levar que o investimento neste conflito permita que uma escola seja objeto de interesse para as adolescentes para permanecer até o final.

Considerações finais

“Repetir, Repetir, Repetir até ficar diferente[...]” (Manoel De Barros, 2008)

O momento histórico-político que representa o acordo de paz, depois de muitas tentativas de esforços para dar certo, de avanços e retrocessos em diferentes governos com os diferentes grupos armados ilegais que formaram parte do cenário da violência e do conflito armado mais longo na América Latina, tem gerado muitas vezes polarizações e questões a serem pesquisadas. Sendo assim, os direitos humanos na Colômbia acabam sendo uns dos instrumentos para que a paz seja estável e duradoura, permeando a nova reconstrução das instituições democráticas, sem esgotar o assunto sobre direitos humanos.

A fim de evitar que o recrutamento faça parte da vida das crianças ou dos adolescentes é necessário que a liderança forte e participativa dos órgãos do Estado gerem uma efetiva abordagem da transformação histórico-política em todos os atores sociais e políticos do país. Para isso, o Estado está adiantando processos de atendimentos aos diferentes grupos de população como os meninos, meninas e adolescentes, acolhendo-os por normatividade (abundante).

Concomitante a isso, a escola deve estar sempre atrelada às instituições e a todos os atores do sistema educativo, com o propósito de formar cidadãos com características que permitam sua inclusão participativa nas transformações que cada um vai ter e não a sua própria exclusão.

São muitas as mudanças que devem ser feitas, ainda que o apanhado de normas colombianas expressem o objetivo de evitar o recrutamento de meninos, meninas, adolescentes, em geral dos jovens nos diferentes grupos ilegais.

Não basta só regulamentar a implementação é preciso propiciar na escola novas dinâmicas que permitam que a inovação e a criatividade façam com que professores, alunos e as comunidades sejam parte ativa de todos os planos, programas, ações locais, municipais e não simplesmente espectadores.

Para concretizar uma paz estável e duradoura é preciso um repensar, uma desconstrução das desigualdades do gênero, dos diversos preconceitos que a população possa ter em relação aos

adolescentes. Dando as oportunidades para que esses adolescentes possam fazer estudos complementares ingressar nas universidades, se inserir no mercado de trabalho, ter a titularidade por causa da restituição de terras, entre outros exemplos.

Não adianta somente atender assistencialmente aos meninos, meninas, adolescentes, sem chegar a solucionar seu recrutamento, seus problemas de pobreza, discriminação ou estigma dentro de outras comunidades. Já que na construção de políticas necessárias requerer-se que seja construído não como uma emergência, mas como uma prática inclusiva satisfatória para os beneficiários, em diferentes situações, no campo, na cidade, como foi dito em outros trabalhos que apresentaram narrativas de vida de jovens ex-combatentes .

Entendemos que o desafio será dar às meninas, às adolescentes excluídas as chances de melhorarem os espaços de participação e da educação em que elas vão intervir ao longo do seu processo, seja de escolarização ou de inclusão aos diversos programas que oferece o Estado.

Assim como a implementação do acordo representou uma interligação de todas as entidades executivas, legislativas, a vontade política deve estar presente para o sucesso da execução dos diversos compromissos que o Estado e os próximos governos estarão dispostos a levar a cabo em parceria com a sociedade civil.

Todas as políticas públicas não serão resolvidas de uma só maneira, o acordo de paz não vai ser resolvido só pela implementação do governo, onde as raízes da violência trouxeram o maior deslocamento das regiões para as cidades principais. As políticas públicas tanto em seu projeto como na sua implementação exigem uma postura com características da participação plural e inclusiva das instituições, escola, universidade e comunidades em geral.

A oferta educativa que se deve oferecer estrategicamente às pessoas abaixo dos dezoito anos, deveria ser pertinente e atrelada às necessidades da especificidade dos sujeitos sociais e políticos que representam os adolescentes, respondendo aos desafios prementes do campo e das reformas agrárias.

As entrevistas que tínhamos planejado para as meninas, adolescentes e gestores educativos no ICBF não foram autorizadas até a finalização desse processo de análises da pesquisa, apesar de terem sido preenchidos os documentos exigidos pelo Instituto. A conjuntura política da pedagogia social do plebiscito, marcado para se realizar no dia 2 de outubro de 2016, gerou mais polarização nas regiões do país.

A pedagogia social utilizada pelo governo colombiano utilizou-se dos meios de

comunicação, onde, todos os setores do governo comprometeram-se nas atividades da didática explicativa dos diálogos sobre o Acordo de Paz, tendo sido informado às comunidades, estudantes e aos professores e outros setores, as vantagens do ‘sim’, com relação aos Diálogos de Paz do governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP, para o povo colombiano.

Além disso, a dificuldade de entrega dos adolescentes ao Comitê Internacional de Cruz Roja - CICR, coloca os organismos internacionais de direitos humanos em alerta, para próximas entregas de adolescentes, vindos dos acampamentos das FARC-EP. Ante essa realidade, nossa pesquisa de campo, com os professores acabou desenvolvendo somente as entrevistadas planejadas com os professores da escola pública, universidade pública e universidade privada. Sendo compreensível, todas as dificuldades enfrentadas pelo ICBF neste momento histórico.

Para as próximas pesquisas é importante desenvolver as entrevistas com aquelas meninas ex-combatentes, que saíram das fileiras das FARC-EP, para compreender uma parte da história que necessita ser registrada para as futuras gerações, sobre o desfecho inicial de um acordo de paz e dos fatos dessa, que é uma das guerrilhas mais antigas da América Latina.

No Registro Único de Vítimas da Colômbia, sistema de informações desenvolvido por conta do conflito armado, em dezembro de 2016, as vítimas por vinculação, pessoas que sofreram violências e recrutamento pelas guerrilhas, entre estes meninos, meninas e adolescentes, somados, chegam a 8.039. Foram reportadas, por gênero nesse mesmo sistema de informações, 3.972.633 mulheres vitimadas. Em Santander, especificamente em Bucaramanga, objeto do estudo, foram registrados 54.294 casos de violência contra mulheres baseadas no gênero e reportados por recrutamento um total de 119 meninos, meninas e adolescentes.

Enquanto o medo é maior que a coragem, os direitos estão sendo limitados ou pouco conhecidos, para que cada dia sejam menores as vulnerabilidades sociais e as potencialidades individuais sejam uma realidade para as mulheres, as meninas, adolescentes e jovens na Colômbia. É representativo que o governo e os organismos internacionais acompanhem o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à redução da pobreza, a educação e à inclusão social. Novos caminhos precisam ser desbravados nesse país que busca uma nova história.

Trazer visibilidade para as mulher nos planos de educação e trabalho, desenvolver estratégias de enfrentamento ao recrutamento, que ainda depois do Acordo de Paz assinado, levará algum tempo para desaparecer do cotidiano das cidades do interior do país, deverá ser uma luta diária nas escolas e fora das escolas, para gerar multiplicadores de Cultura de Paz em

cada canto do país e para que o Estado, em ação compartilhada com todos e todas, consiga se organizar, adaptar a governança, as políticas públicas e acabem repercutindo nos modos de pensar e agir dos cidadãos e cidadãs colombianos.

Nossos professores, através das suas respostas, mostram que estão trabalhando e estão se preocupando desde seus espaços de trabalho com os acontecimentos desse momento e com o futuro das meninas e adolescentes que venham do pós conflito. Mas não é só a construção de propostas, políticas públicas que irá dar solução ao volume de problemas existentes na Colômbia, senão gerar uma socialização de desconstrução de estereótipos, de ampliar e iniciar um processo de igualdade de gênero, da utilização da educação formal como um mecanismo de ampliação de direitos sociais, ao mesmo tempo se preparem pessoas para serem os novos gestores de paz.

REFERÊNCIAS

ACNUDH. 28 período sesiones. Tema 2 de la agenda. **Informe anual del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para derechos humanos.**2015.

AVILA, E.D.S, **Mujeres y conflicto armado: estudio sobre la victimización de mujeres desplazadas por la violencia colectiva en Colombia.**Usaid,Oim,Unidad De Victimas. Bogotá. 2014.

AZUERO, Jean Carlo Mejia. **Meninos e Meninas Combatentes em Colômbia sem direito de Brincar.** Prolegómenos-Direitos e Valores. Vol. XII, n. 24, Julh-Dez 2009. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87617269009>>. Acesso em: 30 de novembro de 2015.

BAHAMON, S.O. **Mujeres excombatientes experiencias de ingreso, combate y reinserción. Aproximación desde la sociología.** TCC.Universidad de los Andes.2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar: Colômbia** / Ministério das Relações Exteriores. – Brasília: O Ministério, 2012 120 p.; il._ (Coleção estudos e documentos de comércio exterior;) SECOM, 2012.

BANDEIRA, L; BATISTA, A.S., **Preconceito e discriminação como expressões de violência.** Estudos Feministas. Ano 10.1º semestre/2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Edições 70.LDA. Almedina Brasil. São Paulo. 2011.

BARIG, M. **Transversalizando el Género. Encuentro de mecanismos de la mujer y género del orden nacional y territorial.** Presidencia de la República de Colombia, Cooperación española, Humanas.Novembro.2014.

BELLINI, M.I.B., FALLER, C.S., SCHERER, P.T., DE SESUS, T. B, ARSEGO, L.R, VIEIRA, A.L D.M.**POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSETORIALIDADE EM DEBATE2010.**

BENEVIDES M.V. **Cidadania e Direitos Humanos.** Cátedra IEA. USP. São Paulo.2013. UNESCO-USP. Disponível em: < [http:// www.iea.usp.br/artigos.](http://www.iea.usp.br/artigos.)>. Acesso em: 30 de novembro de 2015.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro. 7 Tiragem. Elsevier Editora. 1992. 2004 .

BOGOTA. Alcaldia Mayor de Bogotá. **Política, Infancia y adolescencia en Bogotá.2011-2021.**Sigma Editores Ltda. Disponível em:><http://www.idrd.gov.co/sitio/idrd/sites/default/files/imagenes/POLITICA%20DE%20INFANCIA%20Y%20ADOLESCENCIA%20TODO.pdf>>. Acesso em:4 de janeiro de 2016.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro. 2 edição. Editora Bertrand Brasil S.A, 2002.

_____. **A dominação masculina**/Pierre Kühner. -11 ºed.-Rio de Janeiro 160p. Bourdieu tradução Maria Helena BertrandBrasil,2012.

_____. “La domination masculine”. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 84, p. 2-31, 1990.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

BUCARAMANGA. Alcaldía de Bucaramanga. **Plan de desarrollo 2012-2015**. Bucaramanga Sustentável. Municipio de Bucaramanga.2011.Disponível em:>http://www.bucaramanga.gov.co/documents/PRIMER_%20DOCUMENTO_%20PLAN_%20DE_%20DESARROLLO_%202012-2015.pdf >http://www.bucaramanga.gov.co/documents/http://versionantigua.bucaramanga.gov.co/documents/ACUERDO_014_PDM_2012-2015._version_final_mayo_31.pdf>Acceso em: 2 de dezembro de 2015.

CABO VERDE. **Mulheres e homens em Cabo Verde**. Factos e números. Imprensa nacional de cabo verde. 2012.

CALDERON, J.R. **Etapas del conflicto armado en Colombia: hacia el pós-conflicto Latinoamericano**.

CARMONA, M.T.L.**Narrando el cuerpo: una alternativa para resignificar las experiencias de los niños y niñas en el contexto del conflicto armado colombiano**. Disertación Magíster en Universidad de Manizalez. CINDE. Medellín. 2012.

CASTAÑO, P. A.R. **El Papel De La Educación No Formal En El Desarrollo Rural**: Análisis De La Incidencia Programa De Multiplicadoras De Salud Y Bienestar Rural, En La Comunidad Beneficiada Del Municipio De Líbano, Tolima. Disertación (Máster en Desarrollo Rural) Bogotá.2007.

CAVALCANTE, R.B; CALIXTO P; PINHEIRO, M.M.K, **Análise de Conteúdo**: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. inf. e sociedade, Est., João Pessoa, v. 24, n.1, p.13-18, jan.abr.2014.

CEARA, D. B. **FARC-EP**: o mais longo processo de luta revolucionária da América Latina. História Social, n. 17, Unicamp. 2009. Disponível em:><http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/283/256>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2015

CENTRO INTERNACIONAL DE JUSTICIA TRANSICIONAL. **Reparación Integradora Para Niños y Niñas y Jóvenes víctimas de reclutamiento ilícito en Colombia**. Bogotá, 2014.

CEPAL-NACIONES UNIDAS. **La Matriz de la desigualdad social en América Latina**. Octubre. Santo Domingo. 2016

COALICO. **Los principios de Paris. Principios y guía sobre niñez vinculada con fuerzas o grupos armados.** Revista Boletín El Hacedor de Paz Púchipu n.17-18,jul-dez.2007.Bogotá. 2007.

_____ Las condiciones de un proceso de desarme, desmovilización y reinserción de niños, niñas y jóvenes en Colombia. **Boletín. El Hacedor de Paz. Púchipu** n.17-18,jul-dez.2007.

_____ Política pública de niños, niñas y jóvenes desvinculados del conflicto. **Boletín El Hacedor de Paz. Púchipu** n.4 Abril.2002.

_____ **ACORDO FINAL DE PAZ.** octubre, 2016. Disponible en <<https://www.mesadeconversaciones.com.co/sites/default/files/24-1480106030.11-1480106030.2016nuevoacuerdofinal-1480106030.pdf>> Acceso: 15 abril 2017

_____ Informe de la Misión de Sabios. **Al filo de la oportunidad.** Tomo 1.1996.Presidencia de la República.Consejería Presidencial para el desarrollo institucional.Colciencias. Tercer Mundo Editores.Bogotá.

_____ **ALTA CONSEJERÍA PRESIDENCIAL PARA LA EQUIDAD DE LA MUJER. Lineamientos de la política pública nacional de equidad de género para las mujeres.** Presidencia de República de Colombia. Bogotá. Septiembre, 2012.

_____ **BOLETÍN 1 Pobreza y Primera Infancia en Colombia.** Bogotá. Marzo, 2013.

_____ **Código de niño y de la Adolescencia de Colombia.** Ley 1.098 de 2006.Concordado 20 años en posición de garante de los derechos de las niñas. Procuraduría General de la Nación.Visión Mundial.Graficov Ltda, 2010.

_____ **CONPES 3554 Política Nacional De Reintegración Social Y Económica Para Personas Y Grupos Armados Ilegales.** Departamento Nacional De Planeación. Bogotá, 2008.

_____ **CONPES 3784 Lineamientos de política pública para la prevención de riesgos, la protección y garantía de los derechos de las mujeres víctimas del conflicto armado.** Consejo Nacional de Política Económica y Social República de Colombia Departamento Nacional de Planeación. Bogotá, 2013.

_____ **CONPES 3726 Lineamientos, plan de ejecución de metas, presupuesto y mecanismo de seguimiento para el plan nacional de atención y reparación integral a víctimas.** Bogotá, 2012.

_____ Consejo Superior de Judicatura de Colombia. **Constitución Nacional de Colombia.** Disponible en: <http://www.cna.gov.co/1741/articles-186370_constitucion_politica.pdf>. Acceso em: 2 de dezembro de 2015.

_____ Consejo Nacional De Planeación. **Versión preliminar para discusión del**

Consejo Nacional de planeación para Bases del Plan Nacional de Desarrollo 2014-2018. Departamento Nacional de Planeación. Bogotá, 2014.

_____ Corte Constitucional sala especial de seguimiento **Sentencia T-025 de 2004 a auto 009 de 2015.** Magistrado Ponente: Dr. Luís Ernesto Vargas Silva. Bogotá, 2015.

_____ Corte Constitucional. **Anexo complementario 009 de 2015.** Magistrado Luís Ernesto Vargas Silva. Bogotá <http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/A-009-2015.pdf>

_____ Corte Constitucional. **Auto 092 de 2008.** Bogotá. Magistrado Manuel José Cepeda Espinosa: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/autos/2008/a092-08.htm>

_____ Corte Constitucional. **Sentencia C-172/04.** Magistrado ponente: Jaime Córdoba Triviño revisión de constitucionalidad de la ley 833 del 10 de julio de 2003, por medio de la cual se aprueba el “protocolo facultativo de la convención sobre los derechos del niño relativo a la participación de niños en los conflictos armados, adoptado en nueva york el veinticinco (25) de mayo de dos mil (2000)”

_____ Corte Constitucional sala segunda de revisión. **Auto n° 251 de 2008:** Protección de los derechos fundamentales de los niños, niñas y adolescentes desplazados por el conflicto armado, en el marco de la superación del estado de cosas inconstitucional declarado en la sentencia T-025 de 2004, después de la sesión pública de información técnica realizada el 28 de junio de 2007 ante la Sala Segunda de Revisión. Magistrado Ponente: Manuel José Cepeda Espinosa Bogotá, D.C. 2008.

_____ CORTE CONSTITUCIONAL. **Sentencia Tutela 1117 de 2005.** Nuris María Andrade Pacheco. Magistrado Álvaro Tafur Galvis. 2005.

_____ Corte Constitucional. T-433 de 1997. Fabio Morón Díaz.

_____ Corte Constitucional. T-278 de 1994. Hernando Herrera Vergara.

_____ **Cuarto Informe de Seguimiento CONPES Social 161 “Equidad de Género para las Mujeres Ejes 2 y 3:** Autonomía Económica y Participación en Espacios de Poder y Toma de Decisiones. Departamento Nacional de Planeación. Bogotá, 2015.

_____ Departamento Nacional De Planeación. **Guía Metodológica Para El Seguimiento Y La Evaluación De Las Políticas Públicas.** Dirección de Seguimiento y Evaluación de Políticas Públicas. Sinergia. Bogotá, 2014.

_____ Departamento Nacional De Planeación. **Bases del Plan Nacional de Desarrollo 2014-2018.** Bogotá, 2014.

_____ Departamento Nacional De Planeación. **Versión de Discusión del Consejo Nacional de Planeación.** Bogotá, 2014.

_____ Informe de la misión de sabios. **Al filo de la oportunidad**. Tomo 1. Presidencia de la República-Consejería Presidencial para el desarrollo institucional. Colciencias. Tercer Mundo Editores. 1996. Bogotá.

_____ Instituto Colombiano De Bienestar Familiar (ICBF) Organización Internacional Para Las Migraciones – OIM Para Las Migraciones –UNICEF-OIM-DPS. **Reclutamiento de Niños, Niñas y Adolescentes por GAOML: una mirada a sus factores de riesgo según género** - Observatorio del Bienestar de Niñez. n. 9, 2013.

_____ Instituto Colombiano De Bienestar Familiar. **Lineamiento Técnico Administrativo De Ruta De Actuaciones Para El Restablecimiento De Derechos De Niños, Niñas Y Adolescentes Con Sus Derechos Inobservados, Amenazados O Vulnerados**. Proceso Gestion Restablecimiento De Derechos ICBF. Aprobado mediante Resolución No.1526 de 23 de febrero. Bogotá, 2016.

_____ Instituto Colombiano De Bienestar Familiar -Organización Internacional para las Migraciones Fondo de Las Naciones Unidas Para La Infancia. **Impacto Del Conflicto Armado En El Estado Psicosocial De Niños, Niñas Y Adolescentes**. 2014 file:///C:/Users/Janeth%20Duran%20Baron/Downloads/undp-co-consulpost2015-2015%20(3).pdf

_____ **Ley General 115 de 1994**. Por la cual se expide la Ley General de Educación. Diario Oficial n. 41, 2014.

_____ Ministerio De Educación Nacional. **Guías Pedagógicas Para La Convivencia Escolar Ley 1620 De 2013 - Decreto 1965 De 2013**.

_____ Ministerio de Educación Nacional de Colombia. **Portafolio de Modelos educativos flexibles**. Disponible em:> www.colombiaprende.edu.co/html/mediateca/1607/articles-85440_archivo.pdf. 2014. Acceso em: 12 de diciembre de 2017.

_____ Ministerio de Educación Nacional de Colombia.-Ret. **Lineamientos generales para la atención educativa a población vulnerable y víctima del conflicto armado interno**. Bogotá. 2014

_____ Ministerio de Educación Nacional, Y Asociación Visión Social. **Colombia territorio rural: apuesta por una política educativa para el campo**. 2015. Bogotá.

_____ **Plan Nacional De Educación En Derechos Humanos. Planedh**. Vicepresidente de la República. Ministerio de Educación Nacional de Colombia. Defensor del Pueblo. Buenos y Creativos S.A.S. Bogotá, 2014.

_____ Presidencia de la República de Colombia. Departamento para la prosperidad social.. **Sector de la Inclusión social y reconciliación. Plan estratégico**. Bogotá. 2015

_____. Presidencia de la República de Colombia. Programa Presidencial de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario. **Estrategia nacional para la garantía de los derechos humanos 2014-2034**. Bogotá, 2014.

_____. Presidencia De La Republica De Colombia. Alta Consejería Presidencial Para la Equidad de la mujer. **Lineamientos De La Política Pública Nacional De Equidad De Género Para Las Mujeres**. Bogotá, 2012

_____. Presidencia De La Republica De Colombia. **Lineamientos de la Política Pública Nacional de Equidad de Género para las Mujeres y el Conpes Social 161 de 2013**. Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer. Bogotá, 2013.

_____. Presidencia de la República de Colombia. **Políticas públicas de mujeres víctimas del conflicto armado**. 2016. Disponible em: <http://www.equidadmujer.gov.co/ejes/Documents/2016_mvca/Politicapublicas-mujeres-victimas-conflicto-armado.pdf>. Acceso em: 15 dezembro de 2016.

_____. Presidencia de la República. **Transversalizando el género. Encuentro de mecanismos de la mujer y género del orden nacional y territorial**. Noviembre. Bogotá. 2014.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS E OEA. **Violencia, niñez y crimen organizado** / Comisión Interamericana de Derechos Humanos. 2015. Disponible em: www.cidh.org>. Acceso em: 2 de dezembro de 2015, 2015.

COMPARTIR-FEDESARROLLO. **El rol de la educación en el pós-conflicto: La reincorporación de los desmovilizados**. Bogotá, 2015.

_____. **La situación de la educación rural en Colombia. Los desafíos de posconflicto y la transformación del campo**. 2015. Bogotá, 2015.

CONTRERAS, M.H.J. **Conflicto armado na fronteira**. Universidad del Norte. Revista de Derecho n.19. Junho. 2003.

CORREA, C, Jiménez, A.M, LADISCH, V, Salazar, G. **Reparación integradora para niños, niñas y jóvenes víctimas de reclutamiento ilícito en Colombia**. Centro Internacional para la Justicia Transicional. 2014

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. Delegada para la Prevención de Riesgos de Violaciones a los Derechos Humanos. **El Conflicto Armado Y El Riesgo Para La Mujer Rural** H Sistema de Alertas Tempranas (SAT) Bogotá D.C., 2014.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. **Décimo séptimo informe del defensor del pueblo al congreso de la república de Colombia**: resumen ejecutivo – separata. 2010 Disponible em: <http://www.defensoria.gov.co/public/pdf/02/17_informe_congreso_infejecutivo.pdf> Acceso em: 9 de abril de 2016.

_____ -COALICO-UNICEF. **INFORME DEFENSORIAL Justicia transicional: Voces y oportunidades para los niños, niñas y adolescentes en la construcción de la paz en Colombia.** Bogotá, 2014.

DESLANDES, S.F.; GOMES, R.; MINAYO, M.C.S.(Orgs). **Pesquisa Social.** Teoria método e criatividade. Petrópolis, R.J, Vozes, 2002.

DESLANDES, S.F.; GOMES, R.; MINAYO, M.C.S.(Orgs). **Pesquisa Social.** Teoria método e criatividade. Petrópolis, R.J, Edição 6, Vozes, 1993.

DE JESUS, C.S.C. **Relatório Final Gestão de conflitos na escola** Instituto Politécnico de Beja. Portugal.2012

DA SILVA E SILVA, M.O. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.v.13, n.12 **Revista Kata.** Florianopolis. jul-dez. 2010. <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>

DE SOUZA, M.B.M; M.B.A.J. DE MELO, M.S.S.T; SANTIAGO, M.E. **Análise De Conteúdo Como Forma De Tratamento Dos Dados Numa Pesquisa Qualitativa Em Educação Física Escolar,** v. 16, n. 03, p. 31-49, julho/setembro. Porto Alegre. 2010

DUPRET, L. **Cultura De Paz E Ações Sócio-Educativas: Desafios Para A Escola CONTEMPORÂNEA.** Disponível em:<[://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572002000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572002000100013)>

ESPAÑA. MARCO DE ASSOCIAÇÃO PAÍS COLÔMBIA-ESPANHA 2015-2019, ANEXO 13- **Transversalização De Enfoques En El Mapa Colombia-España.** 2015-2019. >http://www.cooperacionespanola.es/sites/default/files/map_colombia_2015_2019_cooperacion_espandola.pdf> Acesso em:6 de fevereiro. 2016.

ESPINOSA, N; VALDERRAMA, D. **Pasos metodológicos para el análisis cuantitativo y cartográfico del conflicto armado en Colombia. Un estudio de caso** Estudios políticos. Universidad de Antioquia. Escudos políticos. n.39. p 196-230.2011..

FEDESARROLLO. **La Educación Básica Y Media En Colombia: Retos En Equidad Y Calidad.** Informe Final. Bogotá, 2014.

FERNANDES, A. M; PALUDETO, M.C. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cadernos CEDES.** Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 30, n. 81, p. 233-249, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/28266> .Acesso em: 2 de dezembro de 2015.

FLEURY-TEIXEIRA, E, MENEGHEL S.N. **Dicionário Feminino Da Infância.** Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência. In: DE ROMANI J.P. Editora FIOCRUZ, 2015.

FILHA, C.X. **Sexualidade, Gênero E Diferenças Na Educação Das Infâncias**, Campo Grande/MS, In: Famílias, Famílias. Representações e práticas Educativas, editora UFMS, 2012.

FISAS, V. **El proceso de paz en Colombia**. QUADERNS DE CONSTRUCCIÓ DE PAU N° 17. Catalunya, 2010. Disponível em: <http://escolapau.uab.es/img/qcp/procesos_paz_colombia.pdf> Acesso em: 2 de dezembro de 2015.

FUNDACION INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA CONCEPTUAL ALBERTO MERANI-MINSTERIO DE EDUCACION DE COLOMBIA. **Guía docente. Modelo educativo aceleración del aprendizaje**. Bogotá.2010.

FRAGA P.C.P. **El conflicto armado en Colombia y sus consecuencias para los niños y jóvenes**. Disponível em <http://desidades.ufrj.br/es/open_space/662/> Acesso em: setembro 26 de 2015.

GALBAN, L.Y.P; ARTOLA,A.E.;HERNANDEZ,J.C;HIDALGO,T.G. **La guerra como desastre. Sus consecuencias psicológicas**, Hospital Clínico Quirúrgico Docente Dr. “Octavio de la Concepción y de la Pedraja”, 2007.

GOMES, N.L.**EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciências da Educação. DESIGUALDADES E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO. IN:DE SOUZA M.A. EDUCAÇÃO DO CAMPO, DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACION, SOCIEDADE, CAMPINAS v. 33, n.120, p. 745-763, jul-set. 2012.**Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br.Sao Paulo, Cortez. Campinas CEDES. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em: setembro 26 de 2016.

GRAZIELLE, A.G.F. **Entre “guerreiros justos” e “almas belas” proteção, poder e resistência políticas nos discursos e nas práticas das mulheres colombianas organizadas pela paz.**

GIL, M.Y. **Relaciones entre el conflicto político armado nacional y las violencias preexistentes en la ciudad de Medellín: 1997-2005**. Disertación de Maestría en ciencia política. Universidad de Antioquia. Medellín, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.6.ed. São Paulo. Atlas. 2008.

GIMENO, S.J. **O CURRÍCULO. UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA**, 3 edição. Porto alegre. Artmed. 2000.

GUERRA, M.D.R, PLATA, J.J. **Estado sobre la investigación sobre conflicto. Posconflicto, reconciliación y papel de la sociedad civil en Colombia**. Revista de Estudios sociales, Universidad de los Andes. N.21.p.81-92.2005.2005.

HUR.D.U. **Memórias Da Guerrilha: Construção e transformação**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, 2013.

ICRC. Como o Direito Internacional Humanitário define “conflitos armados”? **Artigo de opinião**, 17 de março.2018.Disponível em: < <https://www.icrc.org/por/resources/documents/article/other/armed-conflict-article-170308.htm> > Acesso em:10 de julho de 2015

JAIMES G.E.N. **La Guerra Revolucionaria del M-19 (1974-1989)**. Universidad Nacional de Colombia. Disertación (Magister en Historia), 2012.

JARA, C.B. Los niños, niñas y jóvenes de los grupos armados ilegales en Colombia: ¿Víctimas de la violencia política o sujetos del delito? **Revista de Estudios Socio-Jurídicos**, [online] Universidad de Rosario. n.17 v.2, p.233-262, 2015. Disponível_ Em:>Doi:dx.doi.org/10.12804/esj17.02.2015.07>. Acesso em: 2 de dezembro de 2015.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Soldados meninos**, São Paulo. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/public/especiais/meninos-soldados/colombia.html>. São Paulo>.2013 Acesso em: 2 de dezembro de 2015.

JURADO, M.F.O. **Protección de la infancia y adolescencia en asuntos de derecho internacional humanitário en Colombia**. v.10.n.20.jan-jun.p.17-50 Revista Colombiana Derecho Internacional.Bogotá.2012.

LEITE, C.R. **Convivência escolar: a questão dos conflitos entre alunos e professores e alunos**. PUCP-PR. Educere.anais.2008.

MACHEL, G. **Relatório no seguimento da Resolução 48/157 da Assembleia Geral das Nações UnidasDoc. A/51/306**, de 28 de Agosto de 1996. Disponível em:<<https://www.unric.org/html/portuguese/peace/gracamachel.pdf>>. Bogotá. Acesso 6 de fevereiro.2016.

MAGO, I. **De niño combatiente a ciudadano**. Disertación de Maestria presentada en el programa de la Universidad de los Andes.2011.

MAIA, L.M. IN: SILVEIRA, R.M.G, et. al. João Pessoa: **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. Editora Universitária, 2007.

MANZINI, E.J. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros** in: seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais...Bauru: USC, 2004. Disponível em:<<http://www.sepq.org.br/lisipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso 6 de fevereiro.2016.

MARIÑO-ARÉVALO, A.;VALENCIA-TORO,M. Participación de la gran empresa en la política pública de atención a las víctimas del conflicto armado en Colombia. **Cuadernos de administración. Revista universitaria Javeriana**.v.28.n.50.p.159-185.2015.

MARISTELA, R.D.P. **FARC-EP: Meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível**.

MARTINEZ, L.S. **Mulheres guerreiras-aproximação à experiência de vida de mulheres que pertenceram aos grupos armados da guerrilha na Colômbia**. Dissertação do Mestrado da Faculdade de Educação Universidade Estadual de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

MARTUSCELLI Patricia Nabuco. **O Invisível Caso do Uso de Crianças Soldado na Colômbia: Implicações nas relações internacionais**. Centro de Direito Internacional 2006. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/wp-content/uploads/2014/05/O-Invis%C3%ADvel-Caso-do-Uso-de-Crian%C3%A7as-Soldado-na-Col%C3%B4mbia-Implica%C3%A7%C3%B5es-nas-Rela%C3%A7%C3%B5es-Internacionais>>. Acesso em 30 de novembro de 2015, 2015

MARULANDA, L.C.S, SUAREZ, M.P.H. **Conflito armado na Colômbia. Marcos de governabilidade no acesso aos direitos à saúde mental e à reparação integral**. TCC. Psicología. Universidad Javeriana.2009.

MATAMORO, S.E.D.C. **La génesis del programa de hogares comunitarios del instituto colombiano de bienestar familiar** tesis (doctora en ciencias sociales. Niñez y Juventud). CENTRO DE ESTUDIOS AVANZADOS EN NIÑEZ Y JUVENTUD UNIVERSIDAD DE MANIZALES – CINDE DOCTORADO EN CIENCIAS SOCIALES. NIÑEZ Y JUVENTUD. Entidades Cooperantes: Universidad de Caldas, Universidad Autónoma de Manizales, Unicef, Universidad Pedagógica Nacional, Universidad de Antioquia, Universidad Central, Universidad Nacional de Colombia, Universidad Distrital, Pontificia Universidad Javeriana. Manizales, 2009.

MEDINA, F.A.R, **Conflicto Armado, Escuela, Derechos Humanos y DIH en Colombia**. Analisis político n. 77, Bogotá, enero-abril,2013, p. 57-84. Disponível em:<<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/rt/printerFriendly/44001/45251>>Acesso em:10 de janeiro de 2016.

MEDINA, R.O. Niños, niñas y jóvenes víctimas del conflicto armado un proyecto de ley para el futuro. **Revista El hacedor de paz. Pútchipú**. n.5, outubro, 2002.

_____ **Estigmas: espaço para exclusão social**. Revista Syposium. Ano 4, número especial, dezembro 2000

MESA, C.O; CARMONA, M.T.L; **Niños y niñas en tiempos de guerra: estrategias de resistencia**. Prospectiva. revista de trabajo social e intervención social No. 20, octubre 2015: pp. 91-114.

MILANI, F. Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão.1999 **Educ.rev**.no.15CuritibaJan./Dec.1999.Disponível em:<http://www.educarevista.ufpr.br/arquivos_15/milani.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

MINAYO, M. C. de S. A. Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cad. Saúde**

Pública, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 07-18, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2015.

MOJICA, J.C.T. **Análisis jurídico del acuerdo humanitario en Colombia a partir del estudio del derecho internacional humanitario**. Dissertação apresentada no programa de Mestrado da Universidad Nacional. Bogotá. 2012.

MOLINA, M.C. **Desigualdades e direitos: desafios para a qualidade da educação básica do campo**, p1- p.2.2007.http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/343.pdf

MORA, G.M **La atención estatal a los menores de edad desvinculados del conflicto armado**. Universidad Nacional de Colombia. Disertación presentado no programa do Maestria en Antropología Social, 2011.Bogotá.

MUÑOZ, G. Conflicto armado en Colombia y sus consecuencias sobre niños y jóvenes. **Revista Desidades**, .n. 8, año 3, set, 2015.

NACIONES UNIDAS DERECHOS HUMANOS. **Oficina Alto Comisionado. Protección jurídica internacional de los derechos humanos durante los conflictos armados**. Nueva York y Ginebra, 2011.

OCAMPO, J.A, **Misión Para La Transformación Del Campo**. Departamento Nacional de Planeación. Bogotá, 2014.

OLIVAR, A.BUSTAMANTE, F. **Comprendiendo la situación de los trabajadores del café en haciendas y pequeñas fincas familiares**, Solidaridad y Scaa, 2016

OLIVAR. J.N. A angústia dos corpos indóceis: prostituição e conflito armado na Colômbia contemporânea. **Cad. Pagu [online]**. 2008, n.31, p.365-397.

ONU. Asamblea General de las Naciones Unidas. Consejo de Seguridad. Sexagésimo noveno período de sesiones Tema 64 del programa **Promoción y protección de los derechos del niño**. Asamblea General de las Naciones Unidas. 2014. Disponível em:<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Sess.2_Spanish.pdf>. Acesso em: 6 de maio de 2016

ONU. Asamblea General de las Naciones Unidas. Quincuagésimo sexto período de sesiones. Tema 127 del programa provisional. **Promoción y protección de los derechos del niño**. A/56/342-S2001/8522001.

ONU Asamblea General de las Naciones Unidas. **Consejo de Seguridad**. Resolución n.1820 de 2008 Aprobada por el en su 5916ª sesión, celebrada el 19 de junio de 2008.

ONU _____Resolución n.2106 (2013) aprobada por el Consejo de Seguridad en su 6984ª sesión, 24 de junio de 2013.

ONU. _____ A/69/402,2014.

ONU. _____ Resolución 1612 de 2005 Aprobada por el en su 5235ª sesión, S/RES 1612 de 2005.

ONU. Sexagésimo séptimo período de sesiones Tema 65 del programa Promoción y protección de los derechos del niño. A/67/845–S/2013/245 Consejo de Seguridad Sexagésimo octavo año **Los niños y los conflictos armados.** Mayo. 2013. Disponible em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2013/9179.pdf?view=1>>. Acceso em: 5 de junho de 2016.

ONU. Sexagésimo noveno período de sesiones Tema 68 b. del programa provisional Promoción y protección de los derechos humanos: cuestiones de derechos humanos, incluidos otros medios de mejorar el goce efectivo de los derechos humanos y las libertades fundamentales. Del 24 de septiembre de 2014. Disponible em: <http://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/UNSR_informe_UNGA_privatizacion_2014_ES.pdf>. Acceso em: 8 de junho de 2016.

ONU. Asamblea General de las Naciones Unidas. Consejo de Derechos humanos. Tema 2 de la agenda. Informe anual del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos humanos e informes de la Oficina del Alto Comisionado y del Secretario General. Enero. 2015. A/HRC/28/3/Add.3

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN Cuadragésima octava reunión Centro Internacional de Conferencias Ginebra “**LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: EL CAMINO HACIA EL FUTURO**” 2008 Disponible em: <http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Policy_Dialogue/48th_ICE/CONFINTED_48-3_Spanish.pdf> Acceso em: 8 de junho de 2016.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Empoderamiento de mujeres adolescentes:** un proceso clave para el logro de los objetivos del milenio. Washington, D.C, 2010.

ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICOS (OCDE). **Revisión De Políticas Nacionales De Educación: Educación En Colombia.** París, 2016

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Para desarmar la palabra:** diccionario de términos del conflicto y de la paz. Bogotá, 1999. OIM. 1999. Disponible em: <<http://repository.oim.org.co/handle/20.500.11788/933>>. Acceso em: 6 de dezembro de 2015.

OROZCO, R.A, P; CHAVES A.M; FARIAS, F.C. **Estado e grupos armados na Colômbia: carrascos, salvadores e experiênciã traumática** Estado y grupos armados en Colombia: verdugos, salvadores y experiencia traumática, 2015.

OROZCO, R.A.P; GAVIRIA, C.D.P. Configuración de la identidad de desertores de la guerrilla colombiana. **Revista Psicología y sociedad**. 24(3):517-526.2012.

PANIAGO, R.N.ALBURQUEQUE, S.D.R, PANIAGO, J.D.N. **Revista ensaio**.B.H.v.16.n.1.Jan-Abr, 2014.

PARRA, J.A; MARTIN. F.M. **La Carrera De Las Niñas En Los Grupos Guerrilleros Y Paramilitares De Colombia: Un Estudio Desde El Punto De Vista Del Agente**. Medellin.2011.Tese (Doctoral de la Universidad Complutense de Madrid). España, 2011.

PARRA, A.M. Hablando sobre paz, ¿actuando por la paz? **Revista Ciudad Pazando**. Universidad Distrital Francisco José de Caldas. n.11, v.7. Disponível em:<<http://revistaciudadpazando.udistrital.edu.co/index.php/53-articulos-revista-11/465-hablando-sobre-paz-actuando-por-la-paz>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

PARRA, J.A.C. **Definición de la situación de los menores desvinculados de los grupos armados ilegales en los actos jurídicos y sus efectos psicoeducativos**. Estudios Socio-Jurídicos, 16(2), 163-177.

PATIÑO Configuración de la identidad de desertores de la guerrilla. **Revista de Psicologia y sociedad**, 24(3), p.517-526, 2012

PENACHIONI, B. J. Crianças- soldado na América Latina: o caso colombiano. **Revista Ponto-e-vírgula** n.16, p.53-66, 2014. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/index>>. Acesso em: 30 de novembro de 2015

PÉREZ, A.L. O Exército Dos Mortos: Sentido Do Sacrifício E Da Transcendentalidade Na Militância Revolucionária, Caso Do Exército De Libertação Nacional (Eln) Da Colômbia. **MANA** n.18, v.2, p. 349-377, 2012.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. Ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

PINHEIRO, M.R.D.S **FARC-EP. Meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível**. Dissertação do Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PROCURADURIA GENERAL DE LA NACION-ICBF. **Iniciativa para a prevención de la vinculación de los niños y niñas al conflicto armado en Colombia**. Bogotá, 2004.

PROCURADURIA GENERAL DE LA NACION – UNICEF. **La infancia, la adolescencia y el ambiente sano en los Planes de Desarrollo departamentales y municipales**. Una mirada a la planeación local en favor de los derechos de los niños, las niñas y los adolescentes colombianos,

Bogotá, marzo. Bogotá, La imprenta Editores Ltda, 2005.

_____. **Lineamientos jurídicos y administrativos del Estado colombiano para la atención a los niños, niñas y adolescentes desvinculados del conflicto armado.** Editorial Gente Nueva, 2006.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Informe Nacional de Desarrollo Humano. Colombia rural. Razones para la esperanza. Resumen ejecutivo,** Bogotá, 2011.

_____. Niños y jóvenes por que ingresan a grupos armados ilegales. **Revista Hechos del Callejón**, n.38, agosto, año 4, Bogotá, 2008.

PICON, Yuli R. O jogo da guerra. Meninos, meninas e adolescentes no conflito armado na Colômbia. **Revista Tábula Rasa** n.8, p. 197-210, jan-jun. Bogotá, 2008. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2015.

PUNTES. E.T. **Narratividad y tiempo: Niños y niñas desvinculados del conflicto armado colombiano.** Editorial Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, 2015

RAMIREZ, H.N.; JUAREZ F; BANOS, A.J.P.; RAMIREZ, H.N.; LUZARDO, J.G.; CHAVEZ, Y.M.R.; CASTILLA, A.M.S.; AMAYA, M.V.V. **Afectaciones Psicológicas, Estrategias de Afrontamiento y Niveles de Resiliencia de Adultos Expuestos al Conflicto Armado en Colombia.** Revista Colombiana de Psicología [en línea] 2016, v. 25 n .1. (Enero-Junio): [Fecha de consulta: 22 de diciembre de 2016] Disponible em:<<http://awwww.redalyc.org/articulo.oa?id=80444652009>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2015

RAMIREZ, M.Y.G. **Paramilitarismo y conflicto urbano y violencias en la ciudad de Medellín 1997-2005,** 2009.

RESTREPO, C.T, **El derecho a la educación. Desde el marco de la protección integral de los derechos de la niñez y de la política educativa.** Unicef-Colombia-Comité Alemán y apoyo técnico de la Fundación Antonio Restrepo Barco, 2000.

RIBEIRO, M. **Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 dezembro 2015.

RIVERA, E.D.V. **Historia del paramilitarismo en Colombia.** História, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 134-153, 2007.

ROJAS, J.C. Etapas del Conflicto armado en Colombia: hacia el posconflicto Latinoamérica. **Revista Estudios Latinoamericanos.**v.62.jan-jun.,p.227-257.México, 2016.

ROSEMBERG, M.C. **Factores asociados al éxito de jóvenes desvinculados del conflicto**

armado en la resignificación hacia una identidad civil. TCC. Universidad de los Andes. Bogotá, 2006.

RUIZ, A.M. Niños y jóvenes en la guerra en Colombia. Aproximación a su reclutamiento y vinculación. **Revista opinión jurídica**, Universidad de Medellín, vol. 7, No. 13, p. 37- 51 Jan-Jun, 2008. Medellín, 2008.

SAAVEDRA, A.J.A, NARANJO, C.P.C. **Diálogos Textos breves sobre desarrollo rural, Colombia: Mujeres rurales gestionan su Ley.** Instituto para el desarrollo rural de Suramérica. n. 35, Bogotá, abril de 2010.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1987.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16) p.115-136.2001.

SANTANDER. Gobernación de Santander. **Política pública de mujer y equidad de géneros en Santander.** Plan Decenal de igualdad de oportunidades de Santander Plan de Desarrollo Santander incluyente 2010-2019. Santander, s.\ data.

SARMIENTO, A.V. **Experiencias históricas recientes de reintegración de excombatientes en Colombia.** *Colômbia Internacional*. n.77. jan-abr. p. 107-140, 2013

SARRIAS, J.A.C. **Los renegados de antaño y hogaño: Desmovilización de Excombatientes Irregulares en Colombia.** n.1. Mestrado en Psicología Instituto Universitaria Los Libertadores. Bogotá, 2006.

SPRINGER, N. **Como corderos entre lobos. Del uso y reclutamiento De niñas, niños y adolescentes en el marco del conflicto armado y la criminalidad en Colombia.** Springer Consulting SAS, Bogotá, 2012.

SILVA, V.C.MOREIRA, L.C. Currículo na escola inclusiva: o estigma da diferença. **Anais educere. PUC**, 2008.

SILVIA, O.B.A. **Mujeres excombatientes experiencias de ingreso, combate y reinserción. Aproximación desde la sociología.** TCC. Universidad de los Andes.2006.

SUESCUN, M.L.V, RAMIREZ, M, FAJARDO, M.A, ALVARADO, O.M.C.2015. **De la afectación a nuevas posibilidades: niñas y niños en el conflicto armado colombiano.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y juventud. v.13 n.2. p. 1037-1050, 2015.

TOBON, C; AGUIRRE-ACEVEDO,D; VELILLA,L;DUQUE,J; RAMOS,C;PINEDA,D. Perfil psiquiátrico, cognitivo y de reconocimiento de características emocionales de un grupo de excombatientes de los grupos armados ilegales en Colombia. **Revista Colombiana de Psiquiatría, Universidad de Antioquia**, v.45, n.1. p. 28-36, 2016.

TORO, M.V. IN: BUESO, M; MANTILLA, J, ORTIZ, I; Giraldo, M **¿Justicia desigual?: Género y Derechos de las víctimas en Colombia**. Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer - UNIFEM, 2009. Bogotá.

UNICEF-COALICO. **Los Principios de Paris principios y guía sobre niñez vinculada con fuerzas o grupos armados**, 2007.

UNICEF. Informe anual 2014. Disponible em: >http://unicef.org.co/reporte_anual_2014/reporte_anual_2014.pdf>. Acesso em: 8 abril 2015, 2014.

_____ **Informe 2016**. Infancia en tiempos de guerra: ¿los niños de Colombia conocerán por fin la paz? 2016.

_____ **Informe Defensorial Justicia Transicional**: voces y oportunidades para los niños, niñas y adolescentes en la construcción de la paz en Colombia. 2014. Disponible em: <http://www.defensoria.gov.co/public/pdf/InformeCompleto_Justiciatransicional.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

UNICEF. 2014. E. Hidalgo, A. Faúndez, V. Valdivia, G. Bisbicus, D. Romero. **Análisis de la situación de la infancia y la adolescencia en Colombia 2010-2014**.

UNICEF-DEFENSORIA DEL PUEBLO. **La Niñez y sus derechos. Caracterización de las niñas, niños y adolescentes desvinculados de los grupos armados ilegales: Inserción social y productiva desde un enfoque de derechos humanos**, 2006. Disponible em: <https://www.unicef.org/colombia/pdf/co_resources_ID9_conclus.pdf>

UNICEF-PROCURADURIA. **La infancia, La adolescencia y el ambiente sano en los planes de desarrollo Departamentales y municipales**. Marzo. Bogotá, La imprenta Editores Ltda, 2005.

VALENCIA-SUESCUN, M.L; RAMIREZ, M, FAJARDO, M. OSPINA-ALVARADO, M.C. De la afectación a nuevas posibilidades: niñas y niños en el conflicto armado colombiano. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud** 13(2) p.1037-1050, 2015.

VARGAS, N.H.D; TORO, P.L. Autopercepción de Saberes y Prácticas sobre Educación y Desplazamiento Forzado en Docentes de Cali. **Revista Colombiana de Psicología**. Universidad de San Buenaventura. Cali. n.25, p.155-173.março, 2015

VELASCO, M.A. LOS NIÑOS SOLDADOS. RETO DE UN NUEVO MODELO DE SEGURIDAD. REVISTA CONVERGENCIA.CIENCIAS SOCIAIS. **REVISTA CONVERGENCIA DE CIENCIAS SOCIALES**. v.11, n.34, jan-abr, p.113-137, 2004.

VERRI, P. **Dicionário de direito internacional dos conflitos armados**, Genebra: CICR,

Argentina, 2008.

VIANA, M.T. Cooperación internacional y desplazamiento interno en Colombia: Desafíos a la mayor crisis humanitaria de América del Sur. **Rev. int. direitos human [online]**, vol.6, n.10, p.138-161, 2009.

VIDIGAL, S.M.P, OLIVEIRA, A.T. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA: UM DESAFIO PARA O EDUCADOR. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp. Presidente Prudente. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2707/2370>**, 2014

VILLA, Y.P. **Representación social del conflicto armado colombiano en niños y niñas de un colegio adscrito a la Policía Nacional.** Revista Psicología de Universidad Javeriana, v.10, n.3, p.775-788. Bogotá.2010.

VILLOTA, I.M.C. **Gênero, autonomia e resistência na construção das mulheres como atores sociais: O caso das experiências coletivas dos grupos de mulheres camponesas “sueños de mujeres” e “aromas del campo”Tulúa.** Disertación de Maestria en Sociologia. Departamento de sociologia de Universidade de Sociologia.2014.

WOLFF, C. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Rev. Bras. Hist. [online]**, vol.27, n.54, p.19-38, 2007.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos / trad. Daniel Grassi - 2.ed.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO SOCIAL
BRASIL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado/as a participar em uma pesquisa como VOLUNTÁRIO (A), podendo decidir, portanto, se quer participar ou não. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte se não entender qualquer coisa a respeito ao responsável pelo estudo. Este estudo intitulado **MENINAS DA GUERRILHA: GÊNERO E EDUCAÇÃO EM SITUAÇÃO DE CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA**, está sendo conduzido pela discente Yaneth Durán Barón, matriculada no Programa de Pós – Graduação, Mestrado em Educação – Área de Concentração: Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, sob a orientação da Prof^a Dr^a Claudia Araújo de Lima.

A finalidade deste estudo é **conhecer e analisar as necessidades, dificuldades, deficiências ou potencialidades da inclusão na educação formal, de meninas e adolescentes ex-combatentes em situação de conflito armado, em Bucaramanga, na região de Santander, Colômbia**. O público alvo desta pesquisa são as meninas abaixo de 18 anos que estiveram nas fileiras da guerrilha.

Você será submetido a uma entrevista semi-estruturada, com questões abertas para livre expressão. Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei, somente a pesquisadora a orientadora do estudo, o comitê de Ética e os inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso as suas informações.

Você será informado de qualquer mudança que possa alterar a sua vontade em continuar participando do estudo e terá garantido o direito de desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo. A participação na pesquisa não lhe trará riscos de qualquer natureza, também não lhe acarretará custos, bem como não há previsão de ressarcimento ou indenizações futuras por parte da pesquisadora ou da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A pesquisadora se encarregará de chegar até você nos momentos e lugares convenientes para a realização da entrevista.

Os resultados desse estudo retornarão a você na forma de relatório que será disponibilizado ao final da pesquisa.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação em qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa em pauta

No sentido de garantir o sigilo das informações e a privacidade da (o) entrevistada(o) todo e qualquer dado que possa identificá-la (o) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o

material armazenado em local seguro.

Caso você deseje que seu nome ou de sua instituição conste do trabalho final de pesquisa, é importante que isso seja registrado para conhecimento em qualquer tempo do Comitê de ética em Pesquisa.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contatos explicitados neste Termo.

Como benefícios diretos de sua participação nesta pesquisa, consideramos que seus comentários e observações em um estado aprofundado sobre as meninas adolescentes em situação de conflito armado podem contribuir para o fortalecimento das políticas públicas, apontando suas potencialidades, suas experiências, bem como suas lacunas e dificuldades, deficiências.

Serão tomadas todas as medidas para que não haja qualquer tipo de constrangimento para o entrevistado (a) antes, durante ou depois das entrevistas. No entanto, caso aconteça algum imprevisto, fica a pesquisadora responsável por esclarecer ou justificá-los, bem como minimizá-los para os sujeitos da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, artigos científicos e pela dissertação.

Ao final da pesquisa, todo o material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme Resolução 466/2012/CNS e orientações CEP/UFMS.

Você ficará com uma das duas vias de igual teor deste Termo de Consentimento.

Agradeço a colaboração,

Atenciosamente.

Declaro ter conhecimento da finalidade do presente estudo e autorizo o uso das informações para fins exclusivos do processo citado.

Assinatura do Voluntário

Data ____/____/____

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO SOCIAL
BRASIL

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EDUCADORES

1. Qual sua formação? Curso, faculdade, ano, especialização, mestrado, doutorado?
2. Qual é a sua experiência no campo da educação?
3. Por que escolheu trabalhar no ICBF?
4. Existem reuniões regulares com os colegas que também atuam na educação? Qual a regularidade? Debatem-se metodologias de ensino?
5. Qual é a sua avaliação sobre a educação no ICBF para meninas e as adolescentes ex-combatentes da guerrilha? Comente. Dê exemplos
6. Quais são, para você, os principais problemas da educação no município de Bucaramanga?
7. Qual é a visão sobre o papel da sociedade e da comunidade na educação com o final do conflito armado ?.
8. Como vê hoje a profissão de professor com o final do conflito armado em regiões rurais de Bucaramanga?
9. Qual é sua visão atual com a inclusão de meninas abaixo dos 18 anos que formaram parte da guerrilha das FARC-EP, no processo de escolarização?
10. O professor que tipo de capacitação deveria receber para apoiar os problemas didáticos que essas meninas ex-guerrilheiras enfrentaram na sua inserção na escola?
11. Qual o seu sentimento diante da possibilidade de reconstrução da Colômbia e suas regiões com o processo de paz estabelecido?
12. Na sua sala de aula, como você senti que será(é) ter meninas ex-combatentes ao lado de pessoas que jamais pertenceram a esses grupos armados ilegais
13. Quais são as diferenças com as políticas públicas antes e depois de assinar o acordo de paz com as Farc-Ep?

14. Quais são os valores/garantias/direitos deveriam ser mais procurados na educação para essas meninas para o convívio e inserção na sociedade depois do conflito armado?
15. Na sua opinião que deficiências tem os planos ou os programas para ser efetivas e eficazes na educação das meninas recrutadas pela guerrilha?
16. E quais potencialidades ou estratégias dos planos merecem destaque na educação das meninas ex-combatentes abaixo dos 18 anos?
17. Que necessidades tem as escolas para evitar a violência de gênero nas adolescentes que pertenceram à guerrilha?
18. A educação do campo, que papel deve ter para a educação das meninas que vivem nessa regiões para evitar o recrutamento ilícito de grupos armados ilegais?.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO SOCIAL**

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MENINAS

1. Nome (FICTÍCIO/UM NOME DIFERENTE DO SEU):
- Idade (em anos completos): (_____)
2. Cidade onde morou antes do recrutamento: (_____)
3. Cidade em que nasceu: (_____)
4. Você sabe ler? Sabe escrever?
5. Até que ano você estudou antes de pertencer à guerrilha?
6. Qual é a importância da educação para sua vida?
7. Você acredita que a escola está lhe oferecendo um bom ensino? Porquê?
8. Você acha que o diretor/diretora e seus professores conhecem bem o seu nível de aprendizado e dos outros alunos no processo de aprender a ler e escrever? Por quê?
9. Você acha que existe diferenças entre uma pessoa que sabe ler e escrever e outra que não sabe? Qual diferença?
10. Você sentia falta do conhecimento da leitura e escrita? O que sentia?
11. O que você quer fazer com esse domínio (ler e escrever)?
12. Quais eram suas atribuições dentro da guerrilha?
13. As atribuições eram diferentes se era homem ou se era mulher. Quais?.
14. Qual o seu sentimento diante da possibilidade de reconstrução da Colômbia e suas regiões com o processo de paz?
15. O professor que tipo de capacitação deveria receber para apoiar os problemas didáticos que essas meninas ex-guerrilheiras enfrentaram na sua inserção na escola?

16. Qual o seu sentimento diante da possibilidade de reconstrução da Colômbia e suas regiões com o processo de paz estabelecido?
17. Você conhecia quais eram seus direitos como pessoa, como adolescente, como mulher, antes de se vincular à guerrilha das FARC-EP?
18. Qual é a percepção de si mesma nos direitos humanos com um conflito armado
19. Qual é a percepção de si mesma no processo de reintegração no ICBF?
20. Os meninos, meninas e adolescentes desvinculadas da guerrilha precisam de educação para conviver? Teve já essa formação no ICBF?

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES

1. Qual é sua formação? Curso, faculdade, ano, especialização, mestrado, doutorado?
2. Qual é a sua visão sobre o papel da sociedade na educação com o final do conflito armado?
3. Qual é sua avaliação dos principais problemas educacionais do município de Bucaramanga? .
4. Qual é a sua opinião sobre o papel dos professores na educação do município de Bucaramanga?
5. Qual é sua visão atual sobre a inclusão de meninas com idades abaixo dos 18 anos na escola para não ser só alfabetizadas funcionalmente, quando foram parte da guerrilha das FARC-EP?
6. Qual o seu sentimento diante da possibilidade de reconstrução da Colômbia e suas regiões com o processo de paz estabelecido?
7. Quais são as políticas públicas que devem ser mais aprimoradas na escola para poder inserir às ex-guerrilheras com idades abaixo dos 18 anos?
8. A educação do campo, que papel deve ter para a educação das meninas que vivem nessas regiões para evitar o recrutamento ilícito de grupos armados ilegais?
9. Na sua opinião que deficiências tem os planos ou os programas para ser efetivas e eficazes na educação das meninas recrutadas pela guerrilha?
10. E quais potencialidades ou estratégias dos planos merecem destaque na educação das meninas ex-combatentes abaixo dos 18 anos.
11. Quais são os valores/garantias/direitos deveriam ser mais procurados na educação para essas meninas para o convívio e inserção na sociedade depois do conflito armado?
12. Quais são as diferenças com as políticas públicas antes e depois de assinar o acordo de paz com as Farc-EP?